

**PAULO EMÍLIO DE CASTRO ANDRADE**

**ONGS E EDUCAÇÃO: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR  
JOVENS À PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS  
EDUCATIVOS**

**Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2009**

**PAULO EMÍLIO DE CASTRO ANDRADE**

**ONGS E EDUCAÇÃO: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR  
JOVENS À PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS  
EDUCATIVOS**

Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Educação e Ações Coletivas.

Orientador: Professor Doutor Juarez Tarcísio Dayrell

Co-Orientador: Geraldo Magela Pereira Leão

**Belo Horizonte**  
**Faculdade de Educação da UFMG**  
**2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Dissertação intitulada **ONGS E EDUCAÇÃO: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS À PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS**, de autoria de **PAULO EMÍLIO DE CASTRO ANDRADE**, analisada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

---

---

---

---

Belo Horizonte,

## AGRADECIMENTOS

Sinto-me um eterno aprendiz. Fazer mestrado foi uma tentativa de aprender mais. Deu certo. Aprendi muito. Agradeço, então, a dois grupos de pessoas e instituições. O primeiro é composto pelos “mestres” de toda a vida. Aqueles que fazem parte do meu cotidiano.

A Deus, por me ensinar a lutar pela vida e por me ajudar a compreender o valor de cada dia, por me manter forte o suficiente para transpor os obstáculos deste percurso.

À minha mãe, Maria Lívia, a maior educadora que já conheci, por me ensinar a não desistir daquilo que parece importante para mim. Tê-la como referência de luta me ajudou a chegar até aqui. Seus ensinamentos desde o meu nascimento, certamente, foram essenciais para que eu desse conta de vencer mais este desafio!

Ao meu pai, Alexandre, pela demonstração de dignidade e honestidade ao longo da vida. Ter sua companhia intensa nos momentos antes de partir foi um presente, o qual nunca me esquecerei.

Aos meus irmãos, João, Regina, Fafaia e Silvinha, e seus companheiros, pelo acolhimento aos meus “choramingos” durante o difícil processo do mestrado.

À Mara, uma especial surpresa na reta final do mestrado, que me ajudou a compreender a importância deste processo para a minha vida e pelo carinho e amor que tem me dedicado desde que nos encontramos!

Aos meus sogros, cunhados e sobrinhos, pelo acolhimento na família e carinho dedicado.

Aos meus especiais amigos, Alessandra, Bibiana, Karina, Paola, Richard, Rodrigo, Saulo e Shirley, pelo companheirismo e apoio constantes. Ser amigo de mestrando não deve ser fácil, mas eles entenderam meus momentos de afastamento e me ajudaram a seguir em frente!

À Cristiane, minha analista, pela escuta cuidadosa às minhas angústias, por me ajudar a compreender o real sentido de todos os momentos vividos nos últimos anos.

O segundo grupo de pessoas e instituições é composto por aqueles que fizeram parte, diretamente, da minha trajetória no mestrado.

À Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo acolhimento a um “desconhecido”, pelas ricas oportunidades que me proporcionaram para que eu pudesse adquirir e compartilhar importantes conhecimentos e pontos de vista.

Aos meus orientadores, Juarez Dayrell e Geraldo Leão, que acompanharam mais de perto a minha busca por aprender a ser um pesquisador, pela paciência e dedicação que tiveram com este iniciante no mundo da pesquisa. As críticas constantes foram importantes para um permanente pensar e fazer na pesquisa!

À Associação Imagem Comunitária, por me deixar entrar em contato com a sua maior preciosidade, que são os seus jovens. O contato cotidiano com o trabalho desta instituição ajudou-me a ampliar meu olhar diante das possibilidades da educação. Emociono-me ao lembrar de momentos vividos no cotidiano com esses jovens. Um agradecimento especial à Rafaela, Juliana e Nana, por terem mantido com muita abertura o papel de interlocução sobre os assuntos da minha pesquisa.

Aos jovens que me permitiram conhecê-los mais de perto, acompanhar-lhes o cotidiano e analisar-lhes as atitudes, bem como por terem aceito meu convite e me ensinado tanto. Foi um privilégio muito grande poder aprender a pesquisar tendo-os como sujeitos.

Ao Observatório da Juventude da UFMG, pelas ricas oportunidades de troca e por ter me proporcionado oportunidades de dar minha contribuição ao importante trabalho que desenvolve. Especialmente às minhas colegas Carla, Fernanda, Helen e Renata Bergo por todo o carinho e atenção que tiveram comigo nos últimos anos!

Aos professores Inês Teixeira e João Valdir, por me ensinarem que uma aula expositiva pode ser muito enriquecedora. A qualidade do trabalho de vocês é inspiradora. Aos demais professores da Faculdade de Educação da UFMG, pelos ensinamentos e pela dedicação ao que fazem.

À Humbiumbi – Arte, Cultura e Educação – fonte do meu desejo em aprender mais sobre educação de jovens.

A todos aqueles que, de variadas maneiras, contribuíram para que minha caminhada no mestrado fosse mais prazerosa e fértil.

## RESUMO

Nesta pesquisa, buscou-se refletir sobre as dimensões educativas de organizações não governamentais (ONGs). Para tal, investigou-se a ONG Associação Imagem Comunitária (AIC), em Belo Horizonte, buscando compreender a metodologia de trabalho desenvolvida e os significados que os jovens atribuem à participação nos projetos desenvolvidos pela Associação Imagem Comunitária. No desenvolvimento da pesquisa, privilegiou-se a abordagem qualitativa, optando pelo estudo de caso, que incluiu diferentes métodos de coleta de dados: observação participante do cotidiano da ONG, acompanhamento da participação de oito jovens nas atividades da AIC em 2007, entrevistas individuais e análise de documentos. Dentre os resultados da investigação, evidenciou-se que a metodologia utilizada pela AIC contribui para que os jovens participantes dos seus projetos de comunicação comunitária estabeleçam novos circuitos de participação e atuação na cidade e amplia as esferas de sociabilidade entre eles. Ao mesmo tempo, influencia na escolha profissional desses jovens, bem como na elaboração dos seus projetos de futuro, apesar dos limites apresentados para a inserção deles no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** juventude, ONGs, educação.

## ABSTRACT

The research investigated the educational dimensions of NGOs, in an attempt to understand the methods employed in their work, and the significance for youngsters of lower classes in Belo Horizonte for taking part in the projects developed by the Associação Imagem Comunitária. The investigation gave preference to a qualitative approach, deciding on the study of a case, which included data collection through different methods: observing and participating in the daily activities of 8 youngsters at the Association in 2007, individual interviews, and analysis of documents. Among the results of the investigation, it was found that the methods of the Association make it possible for the young participants of their community communication projects to establish new circuits of participation and action in town, expanding sociability spheres amongst them. At the same time, there is also an influence on the professional choices made by the youths and on their elaboration of plans and projects for the future, in spite of the limitations they find when it comes to being included in the working class.

**Key-words:** youth, NGOs, education.

## LISTA DE SIGLAS

- AIC – Associação Imagem Comunitária
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (órgão das Nações Unidas)
- CMJ – Conselho de Mídias Juvenis da AIC
- Cuco – Projeto Cuco – Juventude, Cultura e Comunicação
- GT – Grupos de Trabalho
- GCI – Grupo Cultural Interação
- ONG – Organização não governamental
- PPL – Participação Periférica Legítima
- RJC – Rede Jovem de Cidadania



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Juventude: uma categoria em construção.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Percurso metodológico.....</b>	<b>13</b>
<b>2 AS ONGS NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 As Ongs: questões e desafios no cenário brasileiro.....</b>	<b>24</b>
<b>3 AS DIMENSÕES EDUCATIVAS DA ASSOCIAÇÃO IMAGEM COMUNITÁRIA .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 AIC: sua história e seus projetos .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 Juventude e as dimensões educativas das ONGs.....</b>	<b>38</b>
<b>3.3 Atuação dos jovens na AIC em 2007.....</b>	<b>40</b>
<b>3.3.1 O processo formativo em mídias.....</b>	<b>41</b>
<b>3.3.2 O conselho de Mídias Juvenis.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3.3 A produção de programas de televisão.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3.4 O grupo cultural interação.....</b>	<b>52</b>
<b>3.3.4.1 A atuação do GCI em 2007.....</b>	<b>53</b>
<b>3.3.4.2 O cotidiano do GCI.....</b>	<b>54</b>
<b>3.4 Reflexões sobre a metodologia de trabalho da AIC.....</b>	<b>58</b>
<b>3.4.1 A relação entre jovens e educadores na AIC.....</b>	<b>68</b>
<b>4 REPERCUSSÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS PROJETOS DA AIC.....</b>	<b>72</b>
<b>4.1 A cidade é minha comunidade.....</b>	<b>72</b>
<b>4.2 A participação juvenil.....</b>	<b>80</b>
<b>4.3 A dimensão da sociabilidade para os jovens .....</b>	<b>86</b>
<b>4.4 Os jovens e o trabalho .....</b>	<b>90</b>
<b>4.4.1 Os jovens e seus projetos de futuro.....</b>	<b>97</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b><i>POST SCRIPTUM</i>.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>119</b>
<b>Apêndice A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....</b>	<b>119</b>
<b>Apêndice B – PROPOSTA DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO DE ROTEIRO DE VIDEODOCUMENTÁRIO.....</b>	<b>121</b>
<b>Apêndice C – TABELA DE ATIVIDADES DIÁRIAS.....</b>	<b>127</b>
<b>Apêndice D – PERFIL DOS JOVENS PESQUISADOS.....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Minha intenção é analisar as dimensões educativas presentes no trabalho desenvolvido pelas organizações não governamentais (ONGs) no ponto de vista dos jovens que as frequentam, compreendendo a repercussão que as atividades oferecidas podem gerar em algumas das dimensões da vida deles.

O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu dado meu amadurecendo nos estudos e práticas no campo da educação. Minha experiência profissional está amplamente vinculada ao trabalho educativo em ONGs. Atuei como educador e coordenador de projetos socioculturais de atendimento a adolescentes e jovens da ONG Humbiumbi – Arte, Cultura e Educação nos últimos dez anos. O público principal atendido pela Humbiumbi é composto por jovens das camadas populares da Regional Oeste de Belo Horizonte. Atuei, nos últimos cinco anos, na produção de materiais educativos para jovens e educadores de projetos parceiros do Instituto Ayrton Senna, por intermédio do “Programa Educação pela Arte”. Além disso, acompanhei o trabalho de diversas ONGs em todo o Brasil por meio de uma rede de relações com seus gestores, educadores e jovens.

Em termos acadêmicos, tenho focado esforços para pesquisar os limites e as possibilidades que uma articulação entre comunicação e educação possibilitam na formação de jovens. Na graduação, desenvolvi a pesquisa *Educomunicação: o jornal O Ato, a Rua, a Lua* sob a perspectiva do *newsmaking*, na qual analisei o processo de produção de *fanzines* por jovens moradores de bairros da periferia da Regional Oeste de Belo Horizonte que participaram do projeto Comunicação no Centro Cultural.<sup>1</sup> Na pós-graduação, pesquisei os processos de produção e de apropriação dos jovens do mesmo projeto pela linguagem radiofônica para dar voz aos sonhos, às realidades e aos olhares sobre si mesmos, o outro e o mundo. Esse estudo resultou na produção de monografia intitulada *Análise do programa ‘Nossa Cara’ sob a perspectiva do newsmaking*.

O foco dessas pesquisas esteve centrado na análise do processo de produção midiática dos jovens, tendo como referência central o *newsmaking*, uma teoria do campo da comunicação. Por meio das pesquisas, pude concluir que propor a produção de mídia pode ser uma maneira de envolver os jovens em questões importantes da vida de cada um e de suas

---

<sup>1</sup> O Projeto “Comunicação no Centro Cultural” foi desenvolvido entre 1999 e 2003, mediante parceria entre o Centro Cultural Maria Lívia de Castro e o Instituto Ayrton Senna.

comunidades. Apesar das suas contribuições, naquele momento ainda não me colocava questões relacionadas às visões de mundo, aos valores e aos interesses expressos pelos jovens que participaram do projeto social pesquisado, tampouco se houve dimensão educativa no trabalho em questão e a possível repercussão dele na vida dos jovens. Posteriormente, passei a questionar e buscar entender a existência e os significados da dimensão educativa das ONGs na vida dos jovens. Assim, decidi ingressar na pós-graduação na Faculdade de Educação da UFMG.

Minhas experiências de trabalho em uma ONG e na relação com uma variedade de outras entidades me levaram a problematizar uma série de questões relacionadas à atuação do 3º Setor no Brasil, enfocando especificamente sua dimensão educativa. A primeira delas é a importância de compreender parte do discurso das ONGs.

Há um crescente número de entidades que se dizem responsáveis pelo aumento da autonomia dos jovens que atendem, afirmando que as práticas delas têm papel central nesse processo. Há, também, as organizações que assumem como resultado do trabalho delas a transformação das formas como seus educandos veem o mundo e nele atuam. São afirmações, muitas vezes, fundadas em observações empíricas sem, no entanto, um esforço de análise crítica e profunda dos processos e resultados de suas ações. A questão que está em jogo, inicialmente, é problematizar o trabalho desenvolvido pelas ONGs. Qual seria a repercussão de tais ações na vida dos jovens?

Tendo em vista o contexto de atuação das ONGs no Brasil, outras questões influenciaram meu interesse em desenvolver esta pesquisa. À medida que as ONGs ampliam sua atuação – consequência, dentre outros fatores, da ampliação da visibilidade social que alcançam e dos recursos postos à sua disposição pelo Estado e por empresas –, não estaria o Estado deixando de exercer parte de suas obrigações sociais ou, pelo menos, pulverizando os impactos de sua ação?

Outra questão importante é em que medida as ONGs, ao desenvolverem ações financiadas com recursos do Estado, estão interessadas nas estratégias e as executam para que os resultados do trabalho delas tenham impacto em parcelas significativas da população. Essa questão se coloca à medida que se observa, em muitos casos, que volumes significativos de recursos são investidos na construção de conceitos e metodologias que impactam um número pouco significativo de pessoas. Nesse contexto, em que medida estariam as ONGs atuando, por exemplo, para construir metodologias que possam contribuir para a qualificação da educação no País e para ampliar o impacto quantitativo de suas ações?

Essas questões estão entre os focos desta pesquisa, na qual me dediquei a compreender as dimensões educativas das ONGs e a repercussão das suas ações em algumas dimensões da vida dos jovens.

### **1.1 Juventude: uma categoria em construção**

Embora o número de estudos relacionados à juventude tenha aumentado na última década, observa-se, ainda, a necessidade de ampliar as reflexões sobre a realidade juvenil e seus desafios, principalmente, aqueles relacionados à sua formação educacional.

A relativa carência de estudos da juventude e, mais que isso, a pouca abrangência deles foram observadas por Marília Spósito (1997), que mapeou dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Educação no período entre 1980 e 1995. Na pesquisa, Spósito considera que há dispersão e variação temáticas causada pela diversidade de enfoques utilizados pelos diversos estudos. Foi-me possível constatar um conjunto considerável de dissertações e teses pesquisadas nas quais busquei compreender a categoria juventude, em geral restrita à escola, com base na condição de aluno ou, em outros casos, enfatizando a condição de “estudante-trabalhador”. É importante apontar, também, a existência (e em alguns casos aumento quantitativo) das pesquisas que abordam a juventude em seus aspectos psicossociais, com ênfase na psicologia e, mais recentemente, em menor número, na participação política, na atuação em grupos juvenis e na relação entre a juventude e a violência.

A partir do final da década de 1990, no entanto, ampliou-se o interesse em compreender as várias dimensões da vivência juvenil, crescendo o número de estudos sobre a condição juvenil fora do espaço escolar. Spósito (1997, p. 50) considera que houve um “alargamento de seus interesses e práticas coletivas, acentuando a importância da esfera cultural que fomenta mecanismo de aglutinação de sociabilidades, de práticas coletivas e de interesses comuns”.

Considero importante definir a concepção de juventude abordada nesta pesquisa. A antropóloga Guita Debert (1999), ao estudar a velhice, aponta contribuições importantes para refletirmos sobre a juventude, principalmente, em relação à discussão sobre as idades da vida, atribuindo à juventude um conceito histórico e social. A autora aponta a dimensão das

idades como fator fundamental para o conhecimento das experiências dos atores e da organização social das diferentes culturas, lamentando certo descaso em relação a essa dimensão em pesquisas acadêmicas. Debert (1999) analisa a idade cronológica relacionando-a aos estágios de maturidade e com o conceito de geração. Segundo a autora, a idade cronológica, na modernidade, está ligada à definição do *status* de cidadão, ao estabelecimento de direitos e obrigações, além de impactar vários âmbitos da vida dos sujeitos.

Sobre a dimensão histórica e social das formas de periodizar a vida, nesse caso, da juventude, Debert (1998) afirma que os recortes de idade e a definição de “práticas legítimas” relacionadas a cada uma das etapas da vida não são consequência da evolução científica, tendo em vista a preocupação em estabelecer parâmetros precisos do desenvolvimento biológico humano. Assim, a autora destaca que

as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente [o que] não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes do todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios. (DEBERT, 1998, p. 53).

Spósito (2000) avança na tentativa de superar a dimensão etária da juventude, reconhecendo-a, mas incorporando a essa categoria a dimensão da diversidade, das diferenças entre classes sociais, das relações étnicas e de gênero, da forma como os jovens se apropriam do território e da maneira diversa como se configura a participação nas religiões, entre eles.

Alberto Melucci (*apud* DAYRELL, 2005, p. 33) “defende a ideia que os fenômenos evolutivos presentes nas mudanças dos ciclos vitais são fatos que dizem respeito a cada momento da existência, fazendo das mudanças ou transformações uma característica estável da vida do indivíduo”. Assim, o autor compreende o desenvolvimento como um processo de construção contínua, em que tudo aquilo que foi acumulado durante a vida é importante para a construção do sujeito. A adolescência, então, segundo Melucci, precisa ser compreendida não como um tempo que termina ou como uma fase de crise e de passagem entre a infância e a vida adulta, mas como o início da juventude, na qual se observam mudanças no corpo, na maneira de estabelecer relações e de construir referências sociais.

O conceito de juventude utilizada como referência nesta pesquisa compreende a diversidade como dimensão constitutiva da categoria juventude. Assim, proponho, ao longo do trabalho, considerar as múltiplas questões que se apresentam nessa fase da vida, observar o

momento de experimentação que os jovens vivem, compreender que se trata de um período de construção e ampliação de relações e de vínculos, da construção de valores e de ingresso e/ou preparação para o ingresso no mundo do trabalho, dentre outras. Ao tratar sobre a diversidade juvenil, Dayrell (2007, p. 6) afirma:

A juventude é uma categoria socialmente construída e ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e, até mesmo, geográficas, dentre outros aspectos.

Os jovens sujeitos desta pesquisa residem em bairros periféricos de Belo Horizonte. Na história de vida deles, há casos de falta de acesso a bens culturais, em razão de trajetória escolar irregular, da grande dificuldade de inclusão qualificada no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que amam, têm sonhos em relação a si mesmos, à família e à comunidade onde vivem, estabelecem vínculos entre pares e encontram opções de diversão.

Esta pesquisa teve como partida uma visão de juventude que reconhece a diversidade de interesses, conhecimentos, pontos de vista e sonhos entre os jovens como constitutiva da própria categoria.<sup>2</sup> Uma visão que considera o momento de vida dos jovens como uma fase de experimentação, da construção de valores, de busca pela construção e ampliação de relações e de vínculos, da identificação de projetos para o futuro e do ingresso ou busca do ingresso no mundo do trabalho.

## 1.2 Percorso metodológico

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, utilizamos como referência metodológica a abordagem qualitativa. Entre as possibilidades da pesquisa qualitativa, escolhemos desenvolver um estudo de caso. Conforme aponta Becker (1993), o estudo de caso permite construir uma compreensão abrangente do grupo que está sendo estudado, tendo em vista as modalidades de atividade e de interação que estabelecem e as maneiras como relacionam entre si e com o mundo, por exemplo. Ainda segundo o autor, o estudo de caso também permite “desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do

---

<sup>2</sup> Cf. DAYRELL, 2007; SPOSITO, 2005 e MELUCCI *apud* DAYRELL, 2005.

processo e estrutura sociais” (BECKER, 1993, p. 118). Ao desenvolver um estudo de caso, o pesquisador lida com descobertas inesperadas, sendo possível que a pesquisa seja reorientada com base em dados, fatos e situações que surgem a cada encontro com o grupo acompanhado.

A definição da ONG estudada nesta pesquisa se deu com base em um estudo exploratório de projetos desenvolvidos por organizações com jovens de Belo Horizonte que utilizam metodologias diferentes das tradicionalmente presentes nas práticas escolares. Produzimos um mapeamento de iniciativas de ONGs por meio da pesquisa de seus sítios na internet e publicações às quais tivemos acesso.

Após analisar as diversas iniciativas mapeadas, desenvolvemos um estudo de caso da Associação Imagem Comunitária (AIC), que desenvolve atividades em que jovens que residem em bairros da periferia de Belo Horizonte produzem mídia.

Entre os objetivos da AIC estão “constituir-se num centro de experimentação comunitária em comunicação e de criação de possibilidades para o acesso público às mídias”, “construir espaços para que grupos socialmente excluídos ou com poucas oportunidades de visibilidade se coloquem no debate público” e “fomentar a construção da cidadania, entendendo-se como algo em constante processo”. (LIMA, 2007, p. 28-29)

A escolha da AIC se deu por alguns motivos principais. O primeiro está ligado ao reconhecimento social que a ONG vem ganhando nos últimos anos. Recentemente, recebeu diversos prêmios importantes, dentre eles o prêmio *Itaú-Unicef*, considerado uma das principais premiações a trabalhos de ONGs do Brasil por diversas instituições do Terceiro Setor. A AIC tem sido premiada, também, por diversas instituições internacionais, como o CEPAL/ONU.

Outro motivo para a escolha da AIC foi o fato de a equipe de coordenação e de educadores ter produzido uma sistematização publicada em 2007. Ter a experiência sistematizada e publicada é um diferencial importante da AIC em relação às demais ONGs mapeadas que ainda não a possuem.

Finalmente, a dimensão comunicativa dos produtos criados pelos jovens que participam dos projetos da ONG influenciou nessa escolha. Diferentemente do que foi observado no trabalho de outras instituições, as produções de mídia dos jovens da AIC ganham visibilidade em redes de televisão aberta, emissoras de rádio, sites da internet e publicação de larga tiragem de jornais, por exemplo.

Após a identificação da AIC como a ONG a ser pesquisada, os instrumentos metodológico que seriam utilizados no desenvolvimento da pesquisa foram definidos. O

primeiro deles é a observação participante, que teve a função de contribuir para compreender de forma mais aprofundada as experiências dos jovens no cotidiano das ações realizadas pela AIC. Entre as diversas vantagens em realizar a observação, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 164) apontam que, por meio dela, é possível “identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir [...] [e] permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial”.

A observação participante permite, segundo Becker (1993), que o pesquisador se engaje em várias atividades diferentes, dependendo do grau em que ele é participante e observador. Ou seja, o observador pode, de um lado, “não participar em absoluto” de forma tão discreta que aqueles que estão sendo observados mal o percebem. De outro lado, o observador pode ser um “participante em caráter integral”, vivendo intensamente a comunidade em estudo ou trabalhando cotidianamente na organização que está sendo estudada, por exemplo.

Assim, identificamos um grupo de oito jovens que participaram como “educandos” dos projetos “Rede Jovem de Cidadania” (RJC) e “Cuco”, e que, em 2007, mantiveram vínculo com a AIC para serem os sujeitos desta pesquisa. Os jovens<sup>3</sup> que acompanhamos são Otto, Fernanda, Daniela, Carlos, Bruno, Igor, Érica e Laura. Importante explicitar que, em 2007, esses jovens não participavam mais dos projetos realizados pela AIC como “educandos”. Alguns deles atuaram nos projetos da ONG como estagiários ou monitores e outros frequentavam as atividades realizadas pela ONG informalmente, tal como o Conselho de Mídias Juvenis.

Ao longo de seis meses, acompanhamos os jovens nas diversas atividades de que participavam, dentre elas o processo formativo em mídias e o conselho de mídias juvenis. Nesse período, íamos diariamente à AIC, para observar os jovens. Importante destacar que nem todos participavam das mesmas atividades, dividindo-se entre elas. Portanto, foi necessário que acompanhássemos atividades diversas para que fosse possível observar todos os oito jovens pesquisados.

Em fevereiro de 2007, no momento em que nos preparávamos para iniciar a pesquisa de campo, promovemos vários encontros com a equipe de coordenadores da AIC. Em um deles, a coordenadora geral disse que alguns dos jovens que haviam participado do

---

<sup>3</sup> Utilizamos pseudônimos para preservar a identidade dos jovens pesquisados.



processo formativo em mídias entre 2003 e 2006 estavam estruturando um grupo juvenil, denominado Grupo Cultural Interação.<sup>4</sup>

Acreditamos que acompanhar o processo de estruturação de um grupo juvenil seria uma forma de evidenciar a repercussão que aqueles jovens atribuíam à participação deles nos projetos desenvolvidos pela AIC.

É importante explicitar os motivos que nos levaram a ter interesse em acompanhar as reuniões e demais atividades dos jovens do grupo Interação. O primeiro deles refere-se ao fato que todos os jovens membros do grupo participam e/ou participaram de algum tipo de atividade realizada pela AIC. A maior parte dos jovens do GCI participou do processo formativo em mídias que a ONG realizou entre 2003 e 2006 por meio dos projetos Rede Jovem de Cidadania e Cuco.

Outra razão é que as reuniões do grupo realizavam-se no espaço da AIC e, além disso, o grupo havia negociado com a instituição a utilização da sua estrutura, tais como equipamentos, lanches e vales-transporte. Para tanto, os jovens ofereciam contrapartidas à AIC, que se efetivavam por meio de ajuda na produção de atividades diversas realizadas pela ONG.

Uma terceira e importante razão era o interesse em verificar possíveis influências, conceitual e metodológica, da AIC sobre o trabalho daqueles jovens, tendo em vista a atuação deles no grupo Interação.

Acompanhei o cotidiano dos jovens nas atividades cotidianas da AIC e do grupo Interação entre abril e novembro de 2007, estando presente em diferentes atividades relacionadas ao processo de produção de mídia, que serão descritas e analisadas ao longo desta dissertação. Diariamente, ficava entre quatro e oito horas na AIC. A cada dia, verificava quais dos jovens estavam na ONG e decidia quem observar, já que eles se dividiam entre as várias atividades. Estabeleci uma relação informal com os jovens que, muitas vezes, me avisavam das atividades que iriam desenvolver, como um convite à minha observação.

Uma questão importante foi a que chamamos de “os imponderáveis da vida real”, ou seja, acontecimentos que geram mudanças de rota, independentemente das vontades do pesquisador. Após quatro meses de observação dos jovens em suas atividades na AIC, a pesquisa de campo foi interrompida por dois meses, em decorrência de um problema de saúde do pesquisador. Os jovens demonstraram estranheza com o meu “desaparecimento”, enviando-me e-mails em busca de notícias. Após minha alta hospitalar, fiz contato com os

---

<sup>4</sup> Nome fictício, com a intenção de preservar a identidade dos jovens participantes do grupo.

jovens, estabelecendo novos combinados em relação à continuidade da observação, que seria retomada 45 dias depois, conforme orientação médica. Essa interrupção impactou o trabalho de observação, já que algumas das ações que os jovens estavam desenvolvendo não foram continuamente observadas e, na retomada da pesquisa de campo, os jovens estavam vivenciando outras atividades.

Um segundo instrumento metodológico utilizado foi um trabalho coletivo,<sup>5</sup> proposto ao grupo de oito jovens, com a intenção de aprofundar questões que surgiram ao longo das observações e preparar para as entrevistas individuais, que seriam realizadas na sequência. Neste trabalho em grupo, propomos aos jovens, coletivamente, que produzissem um roteiro de um videodocumentário, com base nos conhecimentos e habilidades desenvolvidos nos projetos da AIC de que participaram. Solicitamos aos jovens, ainda, que preenchessem uma ficha<sup>6</sup> do “dia típico” deles, para que pudesse compreender as atividades que desenvolvem no cotidiano. Nas observações, evidenciou-se que os jovens participavam de uma grande variedade de atividades, mas não conseguimos caracterizá-las. Por isso, o preenchimento dessa ficha tornou-se importante.

O trabalho coletivo<sup>7</sup> foi importante para que nós pudéssemos aprofundar alguns dos aspectos observados na participação cotidiana dos jovens em atividades na AIC e nas entrevistas individuais. O trabalho coletivo esteve, também, ligado à preocupação de minimizar os possíveis impactos negativos inerentes à relação de poder estabelecidas entre entrevistador e entrevistado, que seriam posteriormente realizadas com parte dos jovens. Conforme explicita Bourdieu (1997, p. 695),

tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se pode produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de particular da troca.

Para aprofundar a compreensão sobre a repercussão do trabalho da ONG na vida dos jovens, fizemos entrevistas individuais semi-estruturadas,<sup>8</sup> criando um espaço para que

---

<sup>5</sup> A proposta do trabalho coletivo e os materiais utilizados neste trabalho encontram-se no APÊNDICE B.

<sup>6</sup> A ficha encontra-se no APÊNDICE C.

<sup>7</sup> Os materiais utilizados no trabalho coletivo encontram-se anexados a esta dissertação.

<sup>8</sup> O roteiro das entrevistas encontra-se no APÊNDICE A.

os sujeitos se expressassem em relação às questões centrais da pesquisa. Para isso, foi construído um roteiro semi-estruturado que norteou as entrevistas. Foram feitas entrevistas individuais com quatro dos oitos jovens sujeitos desta pesquisa. A escolha dos jovens se deu pela intensidade da participação deles nas atividades da ONG e do GCI, em 2007, verificada nas observações participantes. As entrevistas foram realizadas em novembro e dezembro de 2007.

Os registros das observações, das entrevistas e do trabalho coletivo atividade prática foram organizados ao longo do próprio processo de observação, das entrevistas individuais e do trabalho coletivo. A análise dos registros iniciou-se no momento da pesquisa de campo e finalizou três meses depois, quando foi possível estabelecer um distanciamento do campo. Tal análise resultou da interação entre teorias e conceitos, construídos por meio do estudo da bibliografia identificada e das práticas dos jovens. Neste momento, as atividades foram interrompidas novamente, em razão de novo problema de saúde. Foram seis meses de interrupção médica, até que eu pudesse retomar as atividades e finalizar o trabalho do mestrado.

Esta dissertação está estruturada em três partes, além desta introdução. No capítulo 2, explicita-se o processo de surgimento e intensificação da atuação das ONGs no Brasil. Em seguida, questões inerentes à atuação das ONGs no País são problematizadas e descritos o foco de atuação de parte dessas organizações no campo da educação.

No capítulo 3, a história da AIC é descrita e os aspectos relevantes da metodologia de trabalho da ONG são analisados, tendo em vista os objetivos desta pesquisa.

No item 4, é apresentada a repercussão dos projetos desenvolvidos pela AIC na vida dos jovens pesquisados, tendo em vista a participação deles. Nesse sentido, são analisados aspectos relacionados à participação, à sociabilidade, ao acesso à cidade, aos projetos de futuro e ao trabalho.

Na sequência, são apresentadas as considerações finais, nas quais sintetizamos as principais questões da pesquisa e apontadas conclusões e necessidades de aprofundamento.

## 2 AS ONGS NO BRASIL

O chamado “Terceiro Setor” tem sido, de forma crescente, tema de interesse social e acadêmico, estando presente na mídia cotidianamente. A ampliação da quantidade de instituições no Brasil e, principalmente, a influência que exercem na sociedade têm gerado atenção em relação a elas. Diversos estudos acadêmicos<sup>9</sup> vêm se dedicando a compreender suas características, formas de atuação e implicações na sociedade. De um lado, há uma tendência em valorizar as instituições que compõem o Terceiro Setor, tendo em vista a disseminação de possíveis resultados positivos que elas estariam gerando para a transformação positiva dos grupos nos quais atuam. Ao mesmo tempo, é visível a desconfiança de setores da sociedade em relação a essas entidades, dado o surgimento de denúncias de irregularidades na captação e utilização de recursos públicos por parte delas, bem como o questionamento do resultado efetivo de suas ações.

Na busca por caracterizar o Terceiro Setor, Souza (2006, p. 113) destaca a característica heterogênea das instituições que o compõem:

Nem nos EUA nem aqui se chegou a um consenso sobre o conceito de terceiro setor e sobre exatamente que tipo de entidades o compõem. A expressão ‘terceiro setor’ tenta aglutinar num espaço social próprio, ocultando as diferenças internas, um universo extremamente heterogêneo de organizações privadas sem fins lucrativos, originadas de diferentes segmentos e grupos sociais com interesses igualmente diferentes.

Teodósio (2002, p. 13) também aponta a dificuldade de definir o Terceiro Setor, já que os conceitos associados a ele são “amplos, imprecisos e até mesmo contraditórios entre si”:

Numa definição mínima sobre o termo, entende-se por Terceiro Setor uma gama variada de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, fundações, projetos sociais ligados a empresas, dentre outras, e tendo como destaque as chamadas Organizações Não-Governamentais. (2002, p. 13)

Como afirma Teodósio (2002), as ONGs parecem ser as instituições que mais têm visibilidade no âmbito do Terceiro Setor. O termo “ONG” não é definido na legislação, sendo

---

<sup>9</sup> Como os estudos de Damasceno (1997), Teodósio (2002) e Martins (2003).

considerado uma categoria que vem sendo construída socialmente. No Brasil, o termo é entendido como um tipo de organização da sociedade. Gohn (1997, p. 60) define ONG como “um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas”.

O surgimento e a ampliação da quantidade e da atuação das ONGs brasileiras ocorrem a partir de determinado contexto histórico, social e político. Pinto (2006, p. 652) chama a atenção para o fato que a intensificação da participação da sociedade civil, no Brasil, nas últimas décadas do século XX, deu-se como efeito “de sua própria organização e pelos novos papéis a ela atribuídos”.

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, a expressão “sociedade civil” foi entendida como participação e organização da população na luta contra o regime militar. Segundo Gohn (2005, p. 70):

Este fato significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal, dominado pelos militares e por um regime não democrático [...]. (GOHN, 2005, p. 70)

Um dos eixos de luta da sociedade civil, naquele momento histórico, referia-se à noção de busca de autonomia, ou seja, propor formas de organização independentes do Estado. Até então, o Estado exercia uma centralidade, atuando “como promotor do desenvolvimento econômico e, posteriormente, como protagonista e garantidor do processo de redemocratização pelo qual passou a maioria dos países do continente [latino-americano]”. (PINTO, 2006, p. 652)

Assim, novos atores se colocaram nesse cenário, dentre os quais os movimentos sociais populares (urbanos e rurais) que reivindicavam reconhecimento de alguns dos direitos sociais, relativos a temáticas, como raça, segurança, gênero, meio ambiente, dentre outros. Com isso, evidenciou-se a ampliação e a “pluralização” dos grupos organizados que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs, com os fundamentos que diziam respeito à valorização da cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas. (GOHN, 2005, p. 72-73)

Em meados da década de 1980 e início da década de 1990, com a saída dos militares do poder no Brasil, a noção de sociedade civil começou a ganhar novos contornos. A luta pela promoção da participação da sociedade civil tendeu a perder sentido e a autonomia

dos seus membros deixou de ser um eixo estruturante. Para Gohn (2005, p. 78), os movimentos sociais viveram uma crise de identidade e o termo “cidadania” passou a ganhar centralidade nesse novo contexto:

A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas as questões emergenciais, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais. (GOHN, 2005, p. 78)

É nesse momento que as organizações não governamentais, que, até então, atuavam como instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, caracterizadas como militantes, ganharam força. É importante explicitar que as ONGs não são os movimentos sociais, mas relacionam-se com ele. As ONGs têm metas a cumprir, organizam suas ações por meio de projetos preestabelecidos que recebem financiamento de terceiros. (PINTO, 2006, p. 656).

Na busca por caracterizar a intensificação do surgimento de ONGs no Brasil, citamos dados da pesquisa *Perfil das Associadas*, realizada pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG) em 2004. A pesquisa revela que apenas 15,85% das ONGs associadas foram legalmente fundadas antes de 1980, sendo que 80,69% foram constituídas entre 1981 e 2000. Esse dado indica a intensificação da criação das ONGs nas décadas de 1980 e 1990, no Brasil, período subsequente à ditadura no País. A ampliação do número de ONGs brasileiras coincide com um momento histórico marcado pela perda de força da ideia do Estado de Bem-Estar Social, pela reorganização produtiva no mundo ocidental e pelas transformações nas relações de trabalho. Todas essas mudanças deslocaram o papel do Estado e, assim, geraram transformações nas formas de relação entre ele e a sociedade civil.

Nesse contexto, várias são as possibilidades de classificação da atuação das ONGs, conforme os diversos autores que se dedicam a pesquisar o tema. Pinto (2006, p. 657), por exemplo, classifica essas organizações com base em dois critérios: as organizações que defendem a causa dos seus próprios membros, entre eles, negros contra o racismo e gays que se articulam contra o preconceito e as ONGs que defendem a causa de outros – por exemplo, os meninos de rua, vítimas de abuso dos direitos humanos, dentre outros.

Gohn (1997) também busca caracterizar as ONGs, apresentando três esferas de atuação: o “assistencialismo”, resultante da filantropia; o “desenvolvimentismo”, que se dá pelos programas de cooperação internacional realizados entre ONGs e agências públicas e privadas de fomento; e o “campo da cidadania”, caracterizado pelas ONGs vinculadas aos

movimentos sociais que lutam pelos direitos da sociedade. Essas “esferas” coexistem no tempo e no espaço, segundo a autora.

A autora classifica essas organizações a partir de quatro eixos: as “caritativas” são aquelas que atuam no campo da assistência, voltadas ao “menor, à mulher e ao velho”. Essas ONGs ampliaram sua atuação na década de 1980, em decorrência da expansão da rede de creches promovida pelas políticas públicas. A expansão das religiões no País também contribuiu para a ampliação das ONGs “caritativas”, que têm como um de seus exemplos a Pastoral da Criança, vinculada à Igreja Católica, que, entre suas ações, busca diminuir a mortalidade infantil no Brasil.

As “desenvolvimentistas”, segundo a autora, são aquelas organizações ligadas, principalmente, ao conceito de desenvolvimento sustentável, articulando-se em redes internacionais. Podemos citar a WWF-Brasil para exemplificar as ONGs desenvolvimentistas. Essa organização, que atua no Brasil desde 1971, realiza projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do planeta, tendo como foco as questões ecológicas.

Já as organizações “ambientalistas”, que têm tido ampla visibilidade desde a década de 1990, a autora denomina “campanhas espalhafatosas” e estudos e diagnósticos relacionados ao meio ambiente. A ação dessas ONGs tem gerado impactos urbanos importantes, como a recuperação de praças e prédios. Uma das ONGs ambientalistas mais conhecidas mundialmente é o Greenpeace.

Gohn cita, por fim, as ONGs “cidadãs”, “voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania”, atuando nas grandes cidades. Essas organizações nascem das associações e dos movimentos sociais, o que as demarca como “agentes de democratização, característica peculiar no Brasil” (GOHN, 1997, p. 61). Há, entre as ONGs “cidadãs”, as que se dedicam a construir redes de solidariedade e as que focam suas ações em “segmentos discriminados” da população. Um exemplo de ONG cidadã é o Instituto Ayrton Senna.<sup>10</sup>

Para ampliar a compreensão da atuação das ONGs brasileiras, consideramos importante buscar estabelecer um perfil dessas instituições. A ABONG (2005) aponta que 31,68% têm todo o território nacional Brasil como principal âmbito de atuação. Em termos estaduais, 29,70% têm como principal âmbito os territórios estaduais. Segundo a pesquisa, os Estados do Nordeste e do Sudeste brasileiro são os que mais compreendem ações das ONGs associadas à ABONG. Esses dados apontam uma dimensão importante das ONGs brasileiras,

---

<sup>10</sup> O Instituto Ayrton Senna desenvolve projetos educativos em parceria com escolas e com ONGs, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens.

que é a alta capacidade de se articular e de realizar ações não apenas nas comunidades e municípios onde estão sediadas. Essas articulações, em geral, são financiadas pelo Estado, empresas privadas e órgãos internacionais.

Em relação aos beneficiários das ações das ONGs pesquisadas pela ABONG, ficou evidenciado que as entidades atuam com mais de um público. Assim,<sup>11</sup> 61,88% delas atuam tendo as organizações populares e movimentos sociais como público beneficiário, 49,50% com mulheres, 43,56% com crianças e adolescentes. Há uma incidência significativa da porcentagem de ONGs que atuam com professores e estudantes de escolas, sendo 22,28% e 19,31% respectivamente, o que significa uma tendência dessas organizações em buscar contribuir para a qualificação da educação do País. Por meio dos dados da pesquisa, fica evidenciada outra tendência das associadas à ABONG em atuar com as minorias, tais como portadores de HIV, moradores de áreas de ocupação, povos indígenas, gays e lésbicas, portadores de necessidades especiais, entre outras.

Em relação aos objetivos das instituições junto ao público beneficiário,<sup>12</sup> 70,3% declaram que buscam “desenvolver a consciência crítica/cidadania” entre os beneficiários, sendo que 55,45% afirmam que pretendem transformar suas ações em políticas públicas e 52,48% têm a intenção de “fortalecer as entidades e coletivos organizados”. Apenas 11,88% das associadas à ABONG afirmam que atuam para “solucionar problemas imediatos”. Esses dados explicam o caráter “mobilizador” e “articulador” que diversas ONGs brasileiras vêm demonstrando. As ações do Greenpeace, por exemplo, tendo em vista as campanhas publicitárias e manifestações que realiza pela preservação do meio ambiente, podem ser tomadas como exemplo de mobilização social com a intenção de promover a consciência crítica da população sobre o tema. Mais que isso, articulam grupos e pressionam o Estado para controlar ações de empresas privadas que estariam em desacordo com a legislação vigente em relação ao tema.

Ao especificar as principais áreas temáticas<sup>13</sup> priorizadas pelas associadas à ABONG, a pesquisa aponta que 47,03% delas focam a educação, enquanto 40,59% priorizam temas relacionados à participação popular, 29,7% justiça e promoção de direitos e 26,73% o fortalecimento de outras ONGs e de movimentos populares. Para atuar nessas áreas temáticas, as instituições utilizam como principal tipo de intervenção capacitações técnicas (65,35%),

---

<sup>11</sup> Em muitos casos, uma mesma organização atua junto a diversos públicos.

<sup>12</sup> Em muitos casos, uma mesma organização tem mais de um foco de atuação.

<sup>13</sup> Em muitos casos, uma mesma organização atua com foco em mais de uma área temática.



assessoria (46,53%), articulação política (34,16%) e prestação de serviços, configuradas como atendimento direto ao público (31,19%). Há, também, ONGs que atuam com pesquisa (21,29%). Esses dados evidenciam o foco das entidades na educação, temática que tem sido debatida amplamente na sociedade brasileira nos últimos anos, apesar de não podermos aferir transformações significativas. O destaque dado pelas instituições à temática da promoção de direitos parece ser uma resposta à atuação do Estado, que não garantiria aos cidadãos, entre eles as crianças e adolescentes, o conjunto de direitos previsto na legislação do país. Esses dados parecem vincular-se aos de articulação política, ou seja, as ONGs utilizariam espaços de diálogo e interlocução com o Estado como forma de influenciar as políticas. Isso é evidenciado, também, nos dados relacionados às relações institucionais que elas estabelecem. Segundo a pesquisa, 79,7% das associadas à ABONG participam de Redes, 74,75% participam de fóruns e 64,36% fazem parte de conselhos de políticas públicas.

Em termos de orçamento e infra-estrutura, há uma grande diversidade entre as instituições participantes da pesquisa, sendo que a maior parte delas recebe recursos internacionais, seja de agências das Nações Unidas, tal como o Unicef, seja de financiadores globais. Segundo dados da mesma pesquisa realizada em 2003, 78,71% das instituições recebem recursos advindos de agências internacionais de cooperação, 42,57% comercializam produtos e realizam prestação de serviços, 36,63% recebem financiamento de órgãos governamentais federais e 35,15% têm empresas ou institutos empresariais brasileiros como fontes de recursos. Em relação à infra-estrutura, 50,5% delas possuem sede própria e 99% têm computador disponível para suas atividades.

Esses dados contribuem para a compreensão de diversos aspectos relacionados às instituições do País, apesar de não serem representativos de sua totalidade. Nessa pesquisa, evidencia-se, mais uma vez, a heterogeneidade dessas instituições. Mesmo assim, é possível identificar contornos característicos, tendências de atuação, formas de sustentabilidade e outras questões referentes a essas organizações.

## **2.1 As ONGs: questões e desafios no cenário brasileiro**

Tendo em vista que ainda são reduzidos os estudos que analisam a atuação das ONGs no País e que esse é um campo vasto e complexo, é possível problematizar diversos

aspectos. Não é nossa pretensão, aqui, esgotar as possibilidades de discussão sobre o tema, mas, sim, colocar em questão algumas das características, enfoques e formas de atuação das ONGs.

Um primeiro ponto a ser problematizado refere-se às relações entre as ONGs e o Estado. É relevante destacar que, cada vez mais, as ONGs recebem recursos do Estado brasileiro para desenvolver suas atividades, sendo que, em diversos casos, elas são totalmente dependentes do repasse de recursos estatais. Surge, portanto, uma questão importante, qual seja, o fato de que há ONGs que utilizam seus espaços e articulações para a prática de *lobby* e lançam “mão das verbas públicas, direcionando-as para interesses de minorias em nome de ações públicas mais eficazes<sup>14</sup>” (GOHN, 1997, p. 61). Ou seja, há ONGs que captam recursos públicos e os utilizam com um número bastante reduzido de cidadãos. Justificaria, então, o investimento do Estado em ações que beneficiam a vida de poucas pessoas?

Por outro lado, autores como Gohn (1997) contrapõem a esse “problema” das ONGs a possibilidade que elas têm de apresentarem-se como um novo espaço de organização da sociedade civil, espaço mais espontâneo e menos burocrático, cujo potencial é constituir-se como “mecanismos fundamentais de construção da cidadania brasileira”, exercendo a fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, em relação aos bens públicos (GOHN, 1997, p. 61). Em relação às questões apresentadas por Gohn, é importante problematizar dois aspectos. Estariam as ONGs se responsabilizando por ações historicamente assumidas pelo Estado, configurando uma “privatização do Estado”? É possível afirmar que a maior parte das ONGs, efetivamente, contribui com a sociedade na perspectiva de se constituírem como um “mecanismo de construção da cidadania”?

Nesse sentido, tendo em vista o foco desta pesquisa, ou seja, a análise das dimensões educativas de uma ONG, não estaria o Estado se abstendo de assumir suas obrigações, principalmente, com relação aos direitos dos cidadãos à educação de qualidade? Em relação a essa questão, Oliveira e Hadad (2001) descrevem duas facetas contraditórias entre a atuação das ONGs:

De um lado, tal envolvimento (de institutos e fundações empresariais) aponta para um importante compromisso social de parte do capital, compromisso fundamental em sociedades como a brasileira, com elevada concentração de renda e considerável desnível social. Mas, ao mesmo tempo, aponta também

---

<sup>14</sup> Ao fazer essa afirmação, Gohn (1997) refere-se ao fato de que, segundo ela, as ONGs apresentariam mais confiabilidade social quanto ao gerenciamento de recursos e à eficiência de suas ações em relação às entidades públicas.

para um crescente descomprometimento do setor público com a educação, correndo-se o risco de rompimento de um dos aspectos mais importantes na construção da democracia social brasileira. (OLIVEIRA; HADAD, 2001, p. 80)

Um dos exemplos possíveis para aprofundar as reflexões dessa questão é o “Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”,<sup>15</sup> criado em 2000 pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social. Em Belo Horizonte, as atividades de todos os núcleos desse programa são desenvolvidos por entidades (ONGs, associações e centros comunitários, por exemplo), conveniados com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Ao Estado, nesse caso representado pelos governos federal e municipal, cabe definir as referências conceituais e de funcionamento do trabalho, além de financiar os custos de execução das ações pelas entidades conveniadas. Às entidades, por sua vez, cabe o trabalho de “contratar os educadores, planejar e desenvolver as atividades, acompanhar e avaliar os jovens, e participar das reuniões de formação e planejamento organizados pela prefeitura”. (DAYRELL *et al.*, 2007, p. 50)

Nessa pesquisa, Dayrell *et al.* (2007, p. 47-82) destacam, dentre os desafios encontrados, que há uma clara precariedade de implementação do programa, visível na distância entre os seus objetivos e as ações práticas realizadas cotidianamente. Dentre as diversas questões observadas, evidenciou-se que a infra-estrutura oferecida não parecia adequada às necessidades do programa. A qualidade das ações também foi questionada, uma vez que apresentou características de fragmentação, descontinuidade e poucos resultados na aprendizagem dos jovens.

Diante do exemplo exposto, evidencia-se que essa articulação não produziu os resultados previstos, o que não descaracteriza pontos positivos da iniciativa, descritos por Dayrell *et al.* (2007). O que justificaria, então, o fato de o Estado repassar a essas entidades funções que a ele são de dever, como promover a formação dos adolescentes?

Essa questão parece estar articulada a outro ponto que merece ser problematizado: a pulverização dos recursos públicos, uma vez que o Estado investe seus recursos no trabalho realizado pelas ONGs. O exemplo do Agente Jovem pode ser suficiente para demonstrar que o repasse de recursos para as entidades do Terceiro Setor executoras das ações pode ter caracterizado como uma pulverização dos recursos e, conseqüentemente, de resultados.

---

<sup>15</sup> Entre os objetivos do projeto, segundo Dayrell *et al.* (2007, p. 48), estão proporcionar oportunidades de ocupação para os jovens que vivem em condição de risco e vulnerabilidade social, promover a inserção, reinserção e permanência desses jovens no sistema formal de ensino e possibilitar a integração deles com suas famílias, com a comunidade e com a sociedade.

É necessário, no entanto, apontar que essa pulverização dos recursos públicos pode gerar resultados positivos, como no caso do “Programa Cultura Viva”, desenvolvido pelo Ministério da Cultura do Governo Federal. Esse programa vem, nos últimos cinco anos, promovendo a articulação entre Estado e ONGs brasileiras para a realização de ações de formação com crianças e jovens nos campos da arte e da cultura, em todo o território nacional, com a clara intenção de descentralizar o investimento cultural do Estado que, no caso brasileiro, historicamente, concentrou-se no sudeste do País, em especial em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A escolha das iniciativas que recebem os recursos do Estado se dá por meio de um edital público, com diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura (MinC). Uma vez aprovadas pelo MinC, essas iniciativas tornam-se “Pontos de Cultura” integrantes do “Programa Cultura Viva”. Atualmente, há cerca de 800 Pontos de Cultura conveniados. Ou seja, o Estado identifica grupos culturais formalizados em todo o território nacional e se propõe a articulá-los em um programa. Há repasse de recursos para que os Pontos de Cultura realizem suas ações. A forma de execução do “Programa Cultura Viva” poderia caracterizar uma ampla pulverização dos recursos públicos. No entanto, ao que parece, ele tornou-se uma importante ação de democratização cultural no País, uma vez que descentralizou o direcionamento dos recursos públicos destinados à cultura, distribuindo-o a ONGs em todos os Estados brasileiros. Ao analisar ações do Estado no campo da cultura, verifica-se que, no Brasil, o Estado é o principal patrocinador da cultura e que, nas últimas décadas, possibilitou a produção cultural no País por meio de leis de incentivo, caracterizadas pela isenção de impostos de empresas privadas que decidem patrocinar projetos culturais aprovados pelo MinC.

O “Programa Cultura Viva”, embora seja o caso de pulverização de recursos públicos, parece ter intensificado e ampliado a dimensão de ações que já existiam no Brasil, porém é necessário problematizar aspectos referentes à qualidade dessas iniciativas apoiadas pelo Estado em todo o País. Pelas características do “Programa Cultura Viva”, percebe-se a dificuldade de avaliar os resultados da ação dessas instituições junto ao seu público, nas centenas de comunidades em que atuam. O fato de os Pontos de Cultura estarem sediados em todo o território nacional, seja nas favelas das capitais, seja nos municípios do interior e, até, em aldeias indígenas, e de não haver uma política consistente de acompanhamento técnico, sistematização e avaliação do trabalho que desenvolvem suscita algumas questões: quais seriam os impactos dessas iniciativas? Como garantir que tais iniciativas apresentam

qualidade compatível com a proposta pelo programa? Qual o significado efetivo dessas ações nas comunidades beneficiárias?

Nessa articulação entre o Estado e as ONGs brasileiras, a relação entre ONGs e o Estado pode gerar um efeito que se concretiza “na tendência de o Estado ver estas organizações como sinônimo de sociedade civil”, o que, em termos práticos, se configuraria como uma estratégia do Estado em, ao se articular com ONGs, presumir que estaria solucionando “a difícil tarefa de administrar a representação da sociedade civil em órgãos estatais” (PINTO, 2006, 666). Consideramos que essa é uma questão que merece aprofundamento, uma vez que ela aponta novas perspectivas da execução das políticas sociais no País, como no caso do Agente Jovem, ou seja, a “terceirização” de responsabilidades da execução de políticas sociais e educacionais. O resultado que se observa é que, em muitos casos, a sociedade civil passa a exercer uma função pública. Nesse sentido, Oliveira e Hadad (2001, p. 79) afirmam:

Se, antes, a participação da sociedade civil se circunscrevia aos processos de democratização do Estado, pelo seu papel de controle e direcionamento dos serviços públicos, neste momento ela é conduzida a colaborar diretamente com a oferta dos serviços educacionais, na lógica de diminuição de responsabilidades do Estado.

Oliveira e Hadad (2001) apontam para a necessidade de problematizar os papéis e o lugar das ONGs e do Estado. Compreendemos que as articulações entre Estado e Terceiro Setor podem garantir espaços importantes de participação social necessários à democracia. A articulação entre esses setores pode gerar transformações sociais importantes, que parecem não demandar, necessariamente, o “repasso” de responsabilidades, mas, ao contrário, o compartilhamento de competências na construção de soluções para os desafios sociais do País.

Outra questão que consideramos importante problematizar em relação às ONGs no Brasil refere-se à autonomia de atuação dessas instituições, observada entre ONGs que têm desenvolvido ações no campo da educação. São diversas as ações realizadas por ONGs no campo da educação, dentre elas, projetos de atendimento direto e prestação de serviços junto a educadores e órgãos do Estado:

tanto na ação direta de oferta e serviços educacionais, em que o Estado se retira ou não entra, como em decorrência da redução do corpo técnico das diversas secretarias, na produção de materiais didáticos, capacitação de

professores e atuação no plano das orientações pedagógicas. (OLIVEIRA; HADAD, 2001, p. 80)

Muitas vezes, as ONGs recebem forte influência dos seus financiadores para realizar suas ações com focos comuns aos da entidade que financia os projetos. Isso se dá à medida que a maior parte das ONGs não possui recursos próprios, dependendo de recursos de empresas privadas, fundações empresariais, organismos internacionais e do Estado. Os financiadores, em alguns casos, parecem buscar “padronizar” o trabalho das ONGs ou criar uma espécie de “diretriz” de atuação entre elas. Assim, ao estabelecer parcerias com alguns dos financiadores que desenvolveram suas próprias diretrizes de atuação, as ONGs estariam perdendo parte da autonomia em definir suas próprias referências conceituais e metodológicas.

A Fundação Itaú Social, braço social do Banco Itaú, é uma das que realizam programas na área de educação. Entre os programas que a instituição realiza está o “Educação e Participação”, que desde 1995 realiza ações focadas na melhoria da qualidade da educação escolar, por meio do estímulo à criação de parcerias entre ONGs e escolas. Uma das ações desse programa é o Prêmio Itaú-Unicef, realizado a cada dois anos. O prêmio, que distribui recursos financeiros, tem entre seus objetivos identificar e divulgar projetos educacionais que sirvam de referência para outras ONGs e escolas. Em 2003, 1834 projetos de ONGs foram inscritos no Prêmio Itaú-Unicef, sendo que, em 2005, foram 1682 iniciativas inscritas. Importante destacar que o prêmio é amplamente divulgado, em todo o País, por meio de propaganda em rádio, jornal, televisão e internet e cartazes afixados nas agências do banco.

A Fundação Itaú-Social<sup>16</sup> apresenta os indicadores utilizados na edição do Prêmio Itaú-Unicef em 2007. A instituição definiu que para vencer o prêmio as iniciativas das ONGs deveriam conjugar “educação e proteção social como meio de assegurar o direito ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos”, além de realizar ações de forma continuada e no contraturno da escola, ou seja, fora do tempo escolar dos alunos. Outra diretriz do prêmio é que os projetos, para serem vencedores, deveriam ter o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes como objetivo principal; ou seja, promover aprendizagem; ampliar a capacidade de convivência e participação, os repertórios de competências e habilidades cognitivas; e promover “o acesso e o aproveitamento dos serviços sociais básicos com foco no sucesso escolar, na promoção da saúde, na participação e avaliação do processo educativo junto com as famílias”.

---

<sup>16</sup> FUNDAÇÃO ITAÚ-SOCIAL. Disponível em: [www.fundacaoitausocial.org.br](http://www.fundacaoitausocial.org.br). Acesso em: 2 jun. 2008.

A Fundação Itaú-Social aponta, também, alguns dos critérios utilizados na seleção dos projetos que serão premiados, dentre os quais a sustentabilidade política, financeira e técnica das ONGs.

Por sustentabilidade política, a Fundação Itaú-Social entende a capacidade que a ONG deve ter em estabelecer redes de relacionamento, conferindo à iniciativa credibilidade e legitimidade, sendo capaz de “constituir-se como operação de uma ação pública”. Ao definir esse critério, o prêmio explicita claramente a visão da Fundação Itaú-Social de que é necessário às iniciativas sociais o caráter político, de garantia da credibilidade social diante dessas iniciativas para que as instituições executoras possam operar ações públicas, ou seja, de alguma forma, assumir papéis que seriam conferidos ao Estado.

Por sustentabilidade financeira, a instituição entende a capacidade que as instituições devem ter de criar condições financeiras para viabilizar o desenvolvimento do projeto inscrito no prêmio, bem como a possibilidade de dar continuidade às ações realizadas. Ao estabelecer esse critério, a instituição que realiza o prêmio define claramente o foco em entidades capazes de se articular com financiadores. Importante citar que, como as ONGs, em sua maioria, viabilizam sua sustentabilidade financeira exclusivamente por meio de parcerias com financiadores, e que essas parcerias são marcadas por descontinuidades, poderíamos afirmar que a maior parte das ONGs brasileiras não podem garantir a possibilidade de dar continuidade às iniciativas.

Já o conceito de sustentabilidade técnica remete às “competências acumuladas e capacidade da organização de criar condições favoráveis para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e garantir seu acesso aos serviços voltados à infância e à adolescência”; ou seja, o prêmio está interessado em avaliar se as iniciativas são capazes de, realmente, possibilitar o desenvolvimento do público beneficiário.

A Fundação Itaú-Social realizou, no ano seguinte a premiação das iniciativas vencedoras do Prêmio Itaú-Unicef, ações de formação com as entidades que realizam as iniciativas semifinalistas, finalistas e premiadas. As ações de formação acontecem a distância e presencialmente. Nessas formações, a organização do prêmio dissemina os conceitos, estratégias, metodologias, dentre outros itens que considera importantes como referência para qualificar as iniciativas participantes.

Assim, é possível afirmar que o prêmio, além de reconhecer, estimular e divulgar boas práticas no campo da educação, estaria exercendo papel de interferir na atuação de ONGs em todo o País. Ao definir e divulgar os indicadores do prêmio e, mais que isso,

promover formação das ONGs inscritas tendo como referencial conceitual a própria diretriz do prêmio, a Fundação Itaú-Social estaria influenciando o trabalho realizado por essas ONGs.

Uma das características das ONGs no Brasil é a diversidade de parcerias com financiadores que estabelecem. Como os recursos são reduzidos, elas acabam estabelecendo vínculos com vários parceiros. Nesse contexto, ao realizar ações com parceiros diferentes, recebem variadas influências e demandas, o que, muitas vezes, pode descaracterizar a identidade do trabalho e promover conflitos de interesses e pontos de vista. Isso pode significar iniciativas que, de fato, exercem poucas influências positivas e, até mesmo, a realização de ações que respondem aos interesses e demandas dos financiadores, e não do público que se beneficia dessas ações.

Constata-se, então, nos aspectos descritos e analisados sobre a pulverização de recursos públicos para investimento nas ações realizadas pelas ONGs e sobre os limites da autonomia das ONGs, à medida que estabelecem relações com financiadores que têm interesses e objetivos diversos, que esse é um campo repleto de ambiguidades e que, portanto, necessita de aprofundamentos. Essas ambiguidades na atuação das ONGs, entretanto, não as impedem de, em muitos casos, desenvolver ações coerentes com as necessidades do público com o qual atuam, contribuindo para qualificar a vida dessas pessoas.



### **3 AS DIMENSÕES EDUCATIVAS DA ASSOCIAÇÃO IMAGEM COMUNITÁRIA (AIC)**

Durante a realização da pesquisa de campo no cotidiano das ações realizadas pela AIC com os jovens, um dos focos principais das observações relacionava-se à compreensão das dimensões educativas do trabalho da instituição. Neste capítulo, descrevemos o trabalho realizado pela AIC, enfocando especialmente aspectos da metodologia utilizada como referência pela ONG. Importante ressaltar que o enfoque dado nesta pesquisa é o ponto de vista dos jovens que participaram de projetos realizados pela AIC.

#### **3.1 A AIC: sua história e seus projetos**

Cheguei à sede da AIC na manhã do dia 17 de abril de 2007. Durante os seis meses de observação, observei os espaços e a maneira como as pessoas circulavam por ele. A AIC funciona em uma casa localizada no bairro Floresta, em Belo Horizonte. Logo na entrada da casa, no andar térreo, avistei uma sala com seis computadores. Ao longo das observações, constatei que essa sala é permanentemente utilizada por jovens e educadores. Percebi que os jovens que frequentam a instituição utilizam livremente os equipamentos. À frente, uma pequena sala para reuniões que, nesse período, foi bastante utilizada para o planejamento e a discussão de temas das produções de mídia, para a realização de avaliações pelo GC Interação, bem como pelo grupo cultural formado por jovens que participaram de projetos realizados pela AIC no passado.

No andar de cima, há três salas. Uma, geralmente, é utilizada pelos coordenadores da AIC. A segunda é para uso da administração da instituição. Na última, encontram-se cinco computadores, nos quais trabalham o responsável pelo *design* gráfico dos produtos realizados pela entidade, outros profissionais e jovens que se dedicam à função de produção das mídias, em especial do boletim informativo que é enviado semanalmente, por e-mail, a uma lista extensa de contatos. Nesse espaço, em muitas ocasiões, os computadores foram utilizados por jovens e outras pessoas ligados aos projetos realizados pela instituição.

O andar abaixo da entrada da casa, que chamei de “subsolo 1”, é dedicado às produções de rádio e televisão. Na entrada, uma sala de produção, com um computador, equipamentos de vídeo, prateleiras de fitas VHS e DVDs. Na parede, encontra-se um quadro branco dividido em pequenos quadrados, um para cada dia do mês, nos quais são descritas as atividades de produção de mídia e os seus responsáveis, além dos equipamentos que serão utilizados em cada uma delas. Há, ainda, um quadro de avisos, no qual constam telefones considerados importantes, recortes de jornal e recados. Nesse espaço, é feita a produção dos programas veiculados na televisão, que consiste no trabalho de preparação de todos os detalhes anteriores às filmagens e entrevistas. Além disso, esse espaço é utilizado para a seleção inicial das imagens e dos áudios colhidos nas filmagens. Ao lado, duas pequenas salas chamadas de “ilha de edição”, equipadas com computadores e filmadoras digitais para a realização das edições dos programas. Nesses espaços é feita a finalização das produções antes de serem veiculadas na televisão e no rádio.

O último andar inferior, que chamei de “subsolo 2”, é composto por uma cozinha e uma sala de produção, com um computador e um pequeno depósito de materiais. Nesse andar, há um amplo pátio, descoberto, onde são realizadas atividades com grupos maiores.

Foi possível observar, desde o início, o trânsito intenso e livre, tanto dos jovens quanto dos educadores e funcionários, por todos os espaços da casa. Em torno de trinta pessoas circulam pelos espaços por dia. Não percebi que a hierarquia das pessoas fosse marcada pelo acesso e pela utilização dos espaços. Não há “sala da diretoria” ou “sala dos jovens”. Os espaços parecem ser organizados para atender às demandas de produção de mídia e as diversas pessoas (jovens, educadores e coordenadores) envolvidas em cada uma delas vão utilizando os espaços na medida de suas necessidades e de seus interesses. Assim, jovens, educadores e coordenadores ora atuam em determinado espaço da instituição, ora em outros. Apenas o setor administrativo da AIC tem uma sala própria, onde são arquivadas notas fiscais e feitas a prestação de contas dos diversos projetos.

Dada a grande demanda do uso de computadores disponíveis na casa, os quais, às vezes, são em número insuficiente, percebi que havia disponibilidade coletiva em compartilhar os equipamentos em diversos momentos; ou seja, mesmo que alguns equipamentos fossem usualmente utilizados por um profissional ou por um jovem, esse cedia seus equipamentos para uso de outras pessoas, em razão de demandas urgentes. Isso é feito a partir de negociações pessoais e informais.

A casa utilizada pela AIC, apesar de grande, com seus quatro andares, parece não ter mais espaço suficiente para todas as ações realizadas pelos jovens e profissionais que participam dos diversos projetos. Essa constatação não é novidade na história da instituição, que iniciou suas atividades, em 1993, em uma pequena sala da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, quando um grupo de professores e estudantes do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais participou da realização do projeto “TV Sala de Espera”. Esse projeto, desenvolvido na região nordeste de Belo Horizonte, tratava da produção de programas de televisão com o tema “qualidade de vida”, para serem veiculados nas salas de espera de centros de saúde públicos. Em 1997, com a interrupção da TV Sala de Espera, em decorrência, principalmente, da falta de recursos, formalizou-se a AIC, mediante a realização de trabalhos no campo da comunicação comunitária, tendo como ponto de partida as articulações com escolas e com os movimentos populares, construídas na época da TV Sala de Espera.

Entre 1993 e 2001, os membros da AIC realizaram dezenas de ações de comunicação comunitária em escolas públicas e com grupos e instituições diversos que atuam nas áreas da cultura e da comunicação. Em geral, as atividades em escolas referiam-se à formação de professores para a produção de vídeo e jornal, percebidos como possibilidades de contribuir para a formação dos alunos. Nesse período, seis associados participavam da maior parte das atividades, sendo que os demais traziam contribuições. Dependendo das demandas da instituição, novos profissionais juntavam-se à equipe. Assim, o número de membros da equipe de coordenação e educadores variava a cada ano. Nessa época, os membros da associação utilizavam uma sala emprestada no edifício Maleta, localizado na região central de Belo Horizonte. Essa sala é de propriedade de um ex-associado da AIC, que disponibilizou o espaço para a realização das reuniões do grupo e para que os equipamentos e materiais fossem guardados.

Em 2002, a AIC decidiu organizar as experiências bem-sucedidas acumuladas até então, com a intenção de criar um projeto que promovesse o acesso à produção de mídia por jovens. Nesse período, a AIC funcionava em um espaço maior que os anteriores, no bairro Floresta, composto por quatro salas e uma cozinha. Desse ano em diante, surgiram diversos projetos, dentre os quais o “Cuco – Juventude, Cultura e Comunicação” e a “Rede Jovem de Cidadania (RJC)”.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Desde 2002, a AIC realizou outros projetos, além do RJC e do Cuco. Decidimos centrar a descrição nos projetos RJC e Cuco pelo fato de os jovens sujeitos desta pesquisa terem participado deles.

O projeto Cuco, que teve início em 2004 e foi interrompido em 2006, promovia a participação de 40 jovens em atividades de produção de rádio, tendo como um de seus objetivos a estruturação de Conselhos de Mídias Juvenis em escolas públicas, que seriam responsáveis por promover a produção de mídias pelos alunos dessas escolas. Assim, os jovens do projeto atuavam como “disseminadores” das experiências de produção midiática vivenciadas por eles mesmos na AIC, conforme explicita a equipe técnica do projeto:

A escola foi o espaço escolhido para a intervenção comunitária dos jovens do projeto Cuco. Paralelamente ao processo de formação/produção em mídia comunitária foram elaboradas ações utilizando o rádio em 20 escolas públicas da cidade de Belo Horizonte. [...] O coletivo de jovens vivenciou, neste momento, um movimento de saída do grupo, de organização, de exposição, de expressão para além das já conhecidas produções midiáticas. Foi colocado a cada jovem o desafio de apresentar o projeto em suas comunidades, de compartilhar a formação e, sobretudo, de mobilizar outros jovens e a comunidade escolar através da comunicação. (ESTEVEVES, 2006, p. 59)

Segundo a equipe técnica do projeto, composta por quatro profissionais, observou-se que os jovens assumiram a função de levar às escolas as possibilidades geradas pela produção de programas de rádio. Implantavam-se, nelas, espaços de diálogo, discussão, negociação, gerando mais participação dos diversos sujeitos que interagem na escola, o que não significa, necessariamente, mudanças estruturais nas relações de poder da escola e transformações concretas na escolarização dos alunos.

Um pouco antes da realização do projeto Cuco, a AIC iniciou o projeto RJC, concebido com a intenção de possibilitar a 54 adolescentes e jovens de Belo Horizonte, residentes das 9 regionais administrativas da cidade, a produção de mídia e a apropriação dos meios de comunicação. Nos primeiros anos do projeto, os jovens produziam um jornal impresso, programas de televisão e de rádio, além de terem sido responsáveis por uma agência de notícias. As ações desse projeto eram realizadas no espaço da AIC, no bairro Floresta, e em uma sala emprestada do Centro Cultural da UFMG, localizado próximo à Praça da Estação, na região central de Belo Horizonte. Em 2006, a instituição transferiu-se para a casa onde, até hoje, realiza suas ações. Importante citar que a equipe de educadores e coordenação do projeto variou ao longo dos anos, em relação à quantidade dos profissionais. A equipe, que inicialmente era composta por cerca de 10 profissionais, chegou a ter mais de 20 membros. Em 2007, a equipe do RJC tinha 6 membros.

A produção midiática dos jovens do projeto RJC ganhou visibilidade ao longo dos anos. Os programas de televisão foram veiculados durante um período inicial na TV Horizonte<sup>18</sup> e, atualmente, são transmitidos pela Rede Minas,<sup>19</sup> que abrange todo o Estado de Minas Gerais. Os programas de rádio foram veiculados na Rádio Favela<sup>20</sup> e, atualmente, são parte da programação da emissora UFMG Educativa,<sup>21</sup> tendo alcance na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As edições do jornal *Tá na Rede* foram distribuídas gratuitamente nas escolas municipais de Belo Horizonte, com mais de 50 mil cópias por exemplar publicado. Os boletins da agência de notícias, por sua vez, eram encaminhados para uma rede de grupos juvenis e instituições que atuam com a juventude em âmbito nacional. Esses boletins tiveram variação na periodicidade ao longo dos anos. Atualmente, o RJC realiza o programa de televisão, que continua sendo veiculado na Rede Minas, o processo formativo em mídias e o conselho de mídias juvenis.

As comunidades aparecem no cotidiano dos jovens, no processo de criação e desenvolvimento de produtos de comunicação, de maneiras variadas. Em alguns momentos, a cidade é percebida e utilizada como espaço para a realização de filmagens, ou seja, são locações. Um exemplo claro disso é o quadro “Debate no meio da rua”, parte integrante do programa de televisão “Rede Jovem de Cidadania”. Nesse quadro, diversas pessoas são convidadas a debater determinado tema no meio de ruas movimentadas de Belo Horizonte, nos intervalos entre os sinais vermelho e verde dos semáforos. Na filmagem, aparecem carros, pedestres, semáforos e os debatedores, que carregam as próprias cadeiras para o meio da rua.

Em outros momentos, as comunidades são temas de debate. Os jovens discutem as principais questões sociais e culturais de suas comunidades, por exemplo, diferenciando-as ou comparando-as. As comunidades, nesses casos, são referências de “pertencimento” dos jovens e, geralmente, a noção de comunidade está vinculada às diversas regionais administrativas da cidade de Belo Horizonte. Um exemplo disso é o quadro “Turista da minha comunidade”, integrante do programa de televisão produzido pelos jovens do RJC. Nesse quadro, os jovens percorrem suas comunidades mostrando aos espectadores o que há de importante nelas.

---

<sup>18</sup> Na época, a TV Horizonte era transmitida pela TV a Cabo, no canal 22, e atualmente é transmitida em rede aberta, em UHF.

<sup>19</sup> A Rede Minas de Televisão é gerida pelo Governo do Estado de Minas Gerais e é transmitida em rede aberta em todo o território estadual por meio do canal 9.

<sup>20</sup> A Rádio Favela é uma emissora educativa com sede em uma favela de Belo Horizonte. A programação da rádio era, na época, transmitida para parte da cidade de Belo Horizonte.

<sup>21</sup> A UFMG Educativa é uma rádio gerida por alunos e professores da Universidade Federal de Minas Gerais, em especial do curso de Comunicação Social. A programação da rádio é transmitida para toda a cidade de Belo Horizonte.

Importante ressaltar que, nos dois casos, a cidade parece ser vista pelos jovens não apenas como locais, mas como espaço de ação, ou seja, é “onde a vida acontece”, onde estabelecem relações, desenvolvem suas produções de mídia, trabalham, vivenciam opções de lazer e de cultura. Assim, transitar pelas diversas comunidades da cidade, atuando nelas por meio da produção de mídia, pode ser uma oportunidade para os jovens de se apropriarem das diversas possibilidades que a cidade oferece.

Em 2007, quando iniciamos a pesquisa de campo, as principais ações de produção de mídia realizadas pela AIC relacionavam-se ao projeto RJC, que incluíam o “processo formativo em mídias”, o “Conselho de Mídias Juvenis” e a “produção de programas de televisão”,<sup>22</sup> que serão descritos adiante, neste capítulo. Além do RJC, a AIC realizou ações de assessoria social e prestação de serviços a outras instituições do Terceiro Setor, grupos juvenis e empresas, o que parece ter contribuído para ampliar o impacto social do trabalho e promover a sustentabilidade financeira da instituição. A AIC contava com uma coordenação geral e três coordenações de área, quais sejam, uma coordenação de projetos, uma de pesquisa e uma administrativa e financeira. Além dos coordenadores, atuavam na instituição oito educadores, seis estagiários e três funcionários da área administrativa. Há, também, os associados da instituição, membros eleitos pela associação que acompanham o trabalho desenvolvido pela ONG e tomam decisões institucionais.

A equipe técnica da AIC, em 2007, ao descrever o conjunto de ações e projetos desenvolvidos, ao longo de sua história, aponta que o objetivo central da instituição é

constituir-se num centro de experimentação comunitária em comunicação e de criação de possibilidades para o acesso público às mídias. A proposta é construir espaços para que grupos socialmente excluídos ou com poucas oportunidades de visibilidade se coloquem no debate público. A ideia é que eles consigam exercer o direito de expressão e de se fazer ouvidos. (LIMA, 2007, p. 28)

Assim, a instituição acredita que,

capacitando tais grupos [de jovens] a efetivamente utilizar os meios de comunicação, a AIC busca fomentar a construção da cidadania, entendendo-a como algo em constante processo. Uma vez que atores coletivos em situação de exclusão passam a se expressar, discutir suas reivindicações publicamente e apresentar suas questões, demandas e manifestações, eles avançam na conquista do direito fundamental de participar da sociedade e de

---

<sup>22</sup> Importante explicitar que o “processo formativo em mídias” gera a produção de programas que são veiculados na televisão. No entanto, essa não é a única ação do RJC que implica a produção de mídia.

poder lutar por outros direitos. Saem do anonimato simbólico e exercem um papel ativo na sociedade. (LIMA, 2006, p. 29)

O foco do trabalho da instituição, como é possível perceber no discurso de sua equipe técnica, é

a construção da cidadania, a defesa do direito de expressão [a promoção do] acesso do público aos meios de comunicação, a descentralização da produção, valorizando as subjetividades, os processos coletivos de representação, a criatividade, a invenção, a experimentação, sem perder de vista o espectador, em quem apostamos. (LIMA, 2006, p. 70)

A AIC, então, afirma buscar cumprir seu foco de atuação mediante a capacitação de grupos, para que possam utilizar os meios de comunicação com autonomia. Segundo Lima (2007, p. 29), consta nos documentos da instituição que

[...] a Associação Imagem Comunitária fomenta e dá suporte à criação de meios de comunicação inteiramente geridos pelas comunidades. A elaboração dos produtos comunicacionais – da pauta à edição – é realizada pelos grupos envolvidos, e contam com permanente assessoria e atividades de formação oferecidas pela equipe técnica da entidade. (LIMA, 2007, p. 29)

### **3.2 Juventude e as dimensões educativas das ONGs**

Conforme descrito na introdução desta dissertação, buscamos, com esta pesquisa, compreender as dimensões educativas do trabalho desenvolvido pela AIC, focando a participação de jovens nos projetos RJC e Cuco. Para isso, foi acompanhado o cotidiano de oito jovens que haviam participado de ações de formação nesses projetos, entre 2003 e 2006, e que, em 2007, ainda mantinham vínculo com a AIC. Os jovens<sup>23</sup> Fernanda, Otto, Daniela, Carlos, Regina, Igor, Bruno e Laura participaram das atividades realizadas pela AIC de maneiras diversas durante as observações. Assim, faremos uma breve descrição do perfil desses jovens<sup>24</sup> e da participação deles em atividades realizadas pela AIC em 2007.

Fernanda tem 20 anos e já finalizou o ensino médio. Participa dos projetos da AIC desde 2004. Mora com a mãe e o irmão na Regional Barreiro de Belo Horizonte. É

---

<sup>23</sup> Todos os nomes são fictícios.

<sup>24</sup> O perfil mais detalhado dos jovens encontra-se no APÊNDICE A desta dissertação.

solteira, negra e já trabalhou em diversos projetos nas áreas de educação, comunicação e cultura, em escolas públicas, associações comunitárias e ONGs. Em 2007, atuou como estagiária da AIC, participando de diversas atividades. Trabalhou como educadora do “Processo Formativo”, que consiste na formação de representantes de outros grupos juvenis da cidade para a produção midiática, para, assim, terem acesso às mídias. Participou, também, do “Conselho de Mídias” e é membro do Grupo Cultural Interação (GCI).

Otto, atualmente com 20 anos, é branco, solteiro e reside na região de Venda Nova. Está finalizando o curso de fisioterapia, mora com a mãe e a irmã. Assim como Fernanda, participa dos projetos da AIC desde 2004 e já trabalhou em diversos projetos nas áreas de educação, comunicação e cultura. Em 2007, atuou como produtor dos programas de televisão da AIC, veiculados na Rede Minas e na TV Futura. É um dos fundadores e líderes do GCI.

Carlos, 20 anos, é branco, solteiro e mora com o pai. Ainda não finalizou o ensino médio, mas continua estudando. Realizou pequenos trabalhos em projetos de educação, comunicação e cultura e ficou um longo período procurando oportunidades diversas para trabalhar, sem sucesso. Em 2007, Carlos participou dos encontros do Conselho de Mídias Juvenis e, principalmente, integrou-se ao GCI.

Daniela, 23 anos, mora com os pais e dois irmãos na região nordeste de Belo Horizonte. A jovem é negra, solteira, já finalizou o ensino médio e trabalhou em loja de roupas, padaria e casa de família, dentre outros empregos que teve. Em 2007, Daniela foi contratada pela AIC como estagiária, atuando no GT do Conselho de Mídias Juvenis e no Rede Jovem nas Escolas. É uma das jovens que compõem o GCI.

Érica, 21 anos, solteira, branca, reside na região noroeste de Belo Horizonte. Está cursando Comunicação em uma universidade de Belo Horizonte e mora com os pais e o irmão. Trabalha em um laboratório de patologia clínica, condição para sua permanência na universidade. Em 2007, ela participou, informalmente, da edição de vídeos na AIC, com a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto. Participou, também, de reuniões do Conselho de Mídias Juvenis, quando o horário dos encontros não coincidia com seu horário de trabalho no laboratório.

Bruno, 23 anos, negro, solteiro e já finalizou o ensino médio. É o que reside mais próximo da AIC, na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Mora com os pais e três irmãs. Em 2007, Bruno deixou a função de estagiário na AIC, conquistada por meio de uma seleção, para ir trabalhar numa empresa de telemarketing, onde tinha a possibilidade de ganhar um



salário maior. No entanto, após alguns meses de trabalho, decidiu abandoná-lo ao perceber que não tinha motivação para realizar aquelas funções. Ao longo do ano, participou das atividades do Conselho de Mídias Juvenis da AIC e passou a integrar o GCI. Além disso, segundo ele, “ajuda em muitas coisas” a equipe da AIC, quando é demandado.

Igor, 22 anos, negro, solteiro, reside com a avó e com a tia na Regional Nordeste de Belo Horizonte. Em 2007, dedicou-se especialmente a finalizar o ensino médio, já que havia interrompido os estudos para trabalhar. Quer fazer faculdade de Comunicação e considera que as experiências que viveu nos anos em que participou dos projetos da AIC foram importantes para essa escolha profissional. Participou de algumas atividades na AIC, mas focou seu tempo e esforços para além da escola, ao participar do GCI.

Laura, 20 anos, negra, solteira, reside com os pais e quatro irmãos na região norte de Belo Horizonte. Laura está finalizando a faculdade de Belas-Artes, na UFMG, e as atividades de produção de rádio em escolas municipais, que realizou pela AIC.

Nos próximos itens, descrevemos algumas das ações realizadas pela AIC em 2007 que tiveram a participação dos jovens sujeitos desta pesquisa. Importante explicitar que alguns deles participaram de mais atividades que outros, já que há diferenças no tipo de vínculo que têm com a ONG: em 2007, Fernanda, Otto, Daniella e Laura foram contratados como estagiários, ao passo que os outros participaram das atividades sem vínculo de trabalho com a instituição. A contratação desses jovens ocorreu por meio de uma seleção, aberta a todos os jovens egressos dos projetos e outros interessados.

### **3.3 Atuação dos jovens na AIC em 2007**

É importante relatar as atividades de que os jovens participaram em 2007, durante o momento em que a pesquisa de campo foi desenvolvida. É importante frisar que eles participaram, nos anos anteriores, dos projetos RJC e/ou do Projeto Cuco, descritos neste capítulo.

Em 2007, os jovens sujeitos da pesquisa se dividiram entre o “Processo Formativo em Mídias, do Conselho de Mídias Juvenis, da Produção de Programas de TV, que são ações do projeto RJC. E seis entre estes jovens participaram do Grupo Cultural Interação”.<sup>25</sup>

### ***3.3.1 O processo formativo em mídias***

O Processo Formativo em Mídias é uma das ações realizadas pela AIC. Nele, a instituição articula-se com outros grupos juvenis de Belo Horizonte com a intenção de promover o acesso público às mídias. Assim, esse é um espaço para que tais grupos vivenciem o processo de produção de meios de comunicação, em especial programas de televisão.

Os grupos que participam do processo formativo são selecionados mediante o preenchimento de um formulário específico. Ao se interessarem em produzir mídia em articulação com a AIC, os grupos são convidados a integrar o Conselho de Mídias Juvenis, descrito na sequência deste capítulo. Assim, os grupos participam de decisões relacionadas às produções de mídia da instituição e se candidatam a participar delas. Aqueles grupos que desejarem candidatam-se a participar do processo formativo.

No processo formativo, que tem duração variada, a depender do tempo necessário para as produções, os jovens dos grupos realizam todas as etapas da produção midiática, ou seja, da definição e debates de temas, de pesquisa, da construção de roteiros (quando for o caso), da produção, das filmagens, da seleção de imagens e da edição. A vivência desse processo pelos jovens dos grupos juvenis parceiros da AIC é acompanhada por uma equipe de educadores e estagiários da ONG.

A metodologia utilizada nas ações do processo formativo pressupõe que os conhecimentos técnicos são apropriados pelos jovens durante o fazer, ou seja, não há aulas específicas sobre como utilizar uma câmera filmadora ou como se faz uma edição. À medida que a produção midiática dos jovens demanda a utilização de um equipamento, a equipe técnica da AIC dá o suporte necessário de conhecimentos. Assim, o foco do trabalho parece estar centrado não nos conhecimentos técnicos da produção de mídia, mas em uma proposta

---

<sup>25</sup> Conforme descrito, o GCI foi criado por jovens que participaram de atividades de produção de mídia da AIC. Entre os oito jovens sujeitos desta pesquisa, sete deles fazem parte do GCI.

de levar ao público reflexões e pontos de vista daquele grupo de jovens sobre determinado tema, por meio da produção de mídia. Em termos de formato das produções, evidenciou-se que a AIC propõe a ruptura dos formatos convencionais dos produtos midiáticos, desafiando os jovens a experimentar e criar novos formatos.

Em setembro e outubro de 2007, por exemplo, 15 adolescentes com idade entre 13 e 14 anos, pertencentes a dois grupos juvenis de Belo Horizonte, participavam das atividades do Processo Formativo em Mídias. Um dos grupos atua na área de arte/educação, em especial a música. O outro é um grupo juvenil que realiza ações comunitárias diversas, cuja parte do processo de produção de mídia será descrita, explicitando a participação de Fernanda.

A produção midiática que os jovens desses grupos realizaram durante o processo formativo refere-se à criação e ao desenvolvimento de vídeo. Os jovens dividiram-se<sup>26</sup> em quatro subgrupos e cada um deles realizou uma produção: um videodocumentário, uma ficção, um “vídeo-poema” e um programa de auditório.

A jovem Fernanda atuou como estagiária do processo formativo, acompanhando os adolescentes em todas as etapas e respondendo pelo alcance dos resultados do trabalho. Uma educadora da ONG acompanhou-lhe o trabalho com os jovens, por meio de conversas informais sobre o processo. Foram realizados 32 encontros, com duração total de 96 horas, sempre no período da manhã.

Ao chegar à sede da AIC, alguns dos adolescentes iam para a sala de produção acessar a internet, geralmente olhando perfis de seus colegas e amigos na página de relacionamentos Orkut e conferindo o recebimento de e-mails. Em geral, enquanto um dos adolescentes abria as páginas, outros observavam em volta e comentavam os recados e fotografias que viam na tela do computador. Esse era um momento “livre” enquanto aguardavam o início das atividades. Com a chegada de Fernanda, os adolescentes se organizavam em seus respectivos subgrupos.

Observei, nos diversos momentos do processo formativo, a apropriação do espaço físico e dos equipamentos da AIC por boa parte dos jovens. Eles desciam e subiam os três andares da instituição de acordo com a vontade e as necessidades deles. Organizavam as

---

<sup>26</sup> A divisão dos jovens nos quatro subgrupos se deu com base nos interesses deles, tendo em vista a proposta de cada um dos subgrupos. Antes da divisão, os jovens participaram de “jogos midiáticos”, em que foram provocados a problematizar aspectos da realidade por meio da produção de imagens e sons, com utilização de equipamentos próprios da produção de mídia, tal como câmera filmadora. Segundo Fernanda, são diversas as intenções dos jogos midiáticos, como a de questionar a dicotomia “certo-errado” na produção de mídia e a de iniciar a manipulação dos equipamentos, o que contribuiria para a participação dos jovens nas atividades que seriam realizadas em cada subgrupo.

mesas dos subgrupos, ocupavam as salas de produção e de edição, manuseavam equipamentos e buscavam o lanche. Conversavam entre si e com Fernanda e os demais membros da equipe da AIC de maneira bastante informal.

As atividades de cada subgrupo se desenvolviam à medida que os adolescentes e Fernanda definiam cada um dos passos que seriam dados. Assim, tarefa por tarefa, os adolescentes de cada subgrupo produziam seus vídeos. À medida que se viam diante de um impasse, por falta de ideias ou de conhecimentos técnicos, os adolescentes demandavam a participação de Fernanda, que se dividia entre todos os subgrupos.

Em um dos dias de produção observado, os adolescentes de um subgrupo já haviam vivenciado a filmagem das cenas de seu respectivo vídeo e recebeu solicitação de Fernanda para que fossem “minutar” as fitas de gravações já realizadas pelo grupo. Com o uso de uma ficha própria, os adolescentes registraram as principais cenas gravadas em cada minuto da fita de vídeo. Assim que Fernanda fez a solicitação, os adolescentes argumentaram que não daria tempo para “minutar” as três fitas. Prontamente, Fernanda respondeu que o tempo seria suficiente se houvesse dedicação na realização do trabalho, dando um estímulo ao envolvimento dos jovens nas atividades propostas. Assim, os adolescentes assentaram-se em frente à televisão e, com a ficha de registro e o controle remoto em mãos, deram início à minutagem.

A relação de Fernanda com os adolescentes foi marcada pelo diálogo e pela construção conjunta dos produtos midiáticos em questão. Ao mesmo tempo em que liderava o debate entre os adolescentes, Fernanda era propositiva, sugerindo formatos, temas e metodologia de trabalho.

Em geral, Fernanda divide os demais adolescentes nos seus subgrupos. Além dos que trabalham na minutagem das fitas, há os que trabalham na construção do roteiro do outro vídeo que seria produzido e os que atuam na produção das próximas “externas”, que são as filmagens em espaços públicos e demais locais fora da sede da AIC. A atuação de Fernanda não segue um roteiro fixo e não parece ser uma tarefa simples. Os subgrupos demandam orientação ao mesmo tempo e ela se esforça para responder a todas as demandas. Observei um “sobe-e-desce” permanente da jovem, nos diversos espaços onde os subgrupos desenvolvem suas atividades, de forma a dar o suporte necessário e garantir que os grupos realizem as ações propostas. Ao final das atividades, Fernanda demonstrava cansaço, natural de quem realizou diversas ações concomitantes e em espaços diferentes.

Como o espaço utilizado pelos grupos que trabalhavam na criação do roteiro e na produção é aberto e havia a circulação de outras pessoas que não estavam participando do processo formativo, percebeu-se dispersão, em alguns momentos, ao longo do processo de produção de mídia. Ao notar a dispersão dos adolescentes, Fernanda tendia a interromper, perguntando o que estavam fazendo naquele momento, ajudando a nortear o trabalho, problematizando questões e auxiliando com conhecimentos técnicos.

O grupo que trabalhava na construção do roteiro da ficção apresentava bastante dificuldade de articular suas ideias. Fernanda ajudava a discutir as questões e a organizar as ideias em formato de roteiro. Era um trabalho permanente de motivação e articulação dos adolescentes. A jovem dividiu-se entre os subgrupos de adolescentes e suas respectivas tarefas e demandas. Demonstrava bastante domínio técnico da produção midiática e envolveu-se bastante na função de instigar os adolescentes a refletir, discutir, produzir e criar.

O momento das filmagens, que ocorreu em dias distintos em cada subgrupo, foi, geralmente, bastante informal. Os adolescentes iam aprendendo a manejar a câmera, sob orientação de Fernanda. Um dos grupos que fez imagens externas ao espaço da AIC explorou diversos pontos da cidade. Durante a filmagem, passaram por uma rua onde acontecia uma manifestação pública, que foi filmada pelos adolescentes e acabou compondo o vídeo. Os adolescentes entrevistaram populares nas ruas, interagindo com as pessoas que passavam pelos locais onde estavam. Após as imagens feitas na rua, Fernanda sugeriu que fossem feitas novas imagens externas, desta vez as chamadas “imagens bonitas”, que são imagens pensadas previamente para complementar o documentário. Essa sugestão de Fernanda gera uma questão importante, que será respondida posteriormente, na terceira parte deste capítulo: O que significaria a insistência de Fernanda em propor que os adolescentes realizassem filmagens fora do espaço físico da AIC?

Em um dos dias de atividade observados, os adolescentes se agruparam na sala de produção e Fernanda propôs uma espécie de avaliação das filmagens que estavam sendo minutadas por um dos subgrupos, com a intenção de contar como aconteceram as filmagens e promover um debate sobre os cuidados que os demais grupos deveriam ter durante suas filmagens num futuro próximo. Foi um momento rápido, mas com um diálogo interessante entre os jovens, por meio do qual uns aprendiam com as experiências dos demais.

Quanto à edição das produções, houve dois momentos principais: o da pré-edição e o da montagem. A pré-edição foi toda feita pelos adolescentes. Nela, os representantes de cada subgrupo assistiram às imagens produzidas com o roteiro em mãos e fizeram a

minutagem das fitas, conforme descrito. Assim, selecionaram as imagens que seriam utilizadas na edição. A montagem dos vídeos, conhecida como “edição”, foi feita com o suporte de um editor profissional da AIC, que é capacitado para utilizar os softwares de edição digital. Com base na minutagem e no roteiro, a montagem dos vídeos foi feita na presença de adolescentes dos subgrupos. Fernanda e outros três profissionais da AIC acompanharam o processo de edição dos vídeos, os quais, uma vez finalizados, foram exibidos internamente para, em seguida, serem veiculados na televisão.

### ***3.3.2 O Conselho de Mídias Juvenis***

Um dos objetivos da AIC é atuar de maneira articulada com grupos juvenis de Belo Horizonte, ampliando as possibilidades de acesso à produção de mídia. O Conselho de Mídias Juvenis (CMJ) da AIC, por sua vez, parece ser um importante canal de diálogo da instituição com os grupos juvenis de Belo Horizonte.

O CMJ foi criado para atender a diversas intenções da AIC: a primeira, já apresentada, é a de ser uma forma de estabelecer diálogo com outros grupos juvenis da cidade. Em geral, quando um grupo juvenil procura a AIC para conhecer o trabalho realizado pela instituição, é convidado a participar do CMJ e se integrar à instituição, inicialmente, por meio da participação nas reuniões do conselho. Assim, a AIC parece tentar possibilitar a participação ampliada nos seus processos de produção de mídia. Outro objetivo é discutir, com os grupos de jovens, as produções midiáticas desenvolvidas na AIC. Essa intenção se concretiza na análise coletiva dos formatos, linguagens e conteúdos das produções na TV, no rádio, no jornal e em outras. O terceiro objetivo é produzir coletivamente novas produções de comunicação.

As reuniões do CMJ são mensais, aos sábados, e ocorrem de maneira distinta a cada mês. Em geral, nas reuniões, são organizados momentos para que os jovens assistam e dialoguem sobre as produções da AIC, discutam questões de interesse da juventude da cidade, sugiram pautas para produções de mídia futuras, articulem-se para produzir coletivamente programas de TV e outras produções.

O CMJ se articula com as demais atividades realizadas pela AIC. A participação dos grupos juvenis no Processo Formativo em Mídias, descrito no item anterior deste capítulo, muitas vezes ocorre mediante a integração desses grupos no CMJ.

Em cada uma das reuniões mensais do CMJ, os coordenadores, educadores e jovens da AIC há uma média de 50 jovens de 40 grupos juvenis diferentes da cidade, a maioria sem formalização legal como ONG ou outros tipos de associação. Entre os grupos juvenis participantes, há os que realizam ações ligadas à arte e cultura e à discussão de gênero, raça/etnia e ação comunitária, dentre outros. São grupos que vêm garantindo espaços de atuação na cidade, seja por meio da realização de projetos culturais, seja por meio de leis de incentivo, de projetos educativos e de assistência social em escolas públicas, ou mesmo de maneira autônoma e em rede nas respectivas comunidades.

Em 2007, os jovens que participavam do CMJ foram divididos em Grupos de Trabalho (GTs), com a intenção de qualificar a participação, já que, segundo a coordenação da AIC, a ampla quantidade de jovens nas reuniões impedia que elas, de fato, contribuíssem para analisar as produções de mídia e criar novas propostas. A experiência de trabalho da AIC apontava que o trabalho em grupos menores gerava melhores resultados. Mensalmente, antes do encontro do CMJ, representantes de cada GT reuniam-se na AIC para alinhar, repassar informações e planejar as atividades que seriam realizadas na reunião seguinte. Esse grupo, composto por dez pessoas, foi chamado por Fernanda, informalmente, de “GTzão”.

Fazia parte deste grupo, dentre outras pessoas, Fernanda, Otto, Daniela, Igor e Bruno, sujeitos desta pesquisa. Assim, será analisada a participação desses jovens em uma das reuniões do GTzão.

A reunião do GTzão observada foi coordenada por Otto, com o “apoio” de duas educadoras da ONG. Vale ressaltar que, na prática, a coordenação das reuniões se deu de maneira compartilhada entre jovens e educadores. Uma das reuniões, por exemplo, foi coordenada por Otto, por sugestão de uma das educadoras presentes. Otto sugeriu que os demais jovens presentes relatassem as ações que cada grupo vinha desenvolvendo, ou, em suas palavras: *Cada um diga o que vem rolando*. Começando os relatos, Otto descreveu o momento e as questões da produção dos programas de TV. Assim, sucessivamente, os demais jovens faziam seus relatos. Fernanda pareceu propositiva em relação às ações futuras, principalmente, tendo em vista as possibilidades de articulação com o Processo Formativo em Mídias.

Na reunião do GTzão do CMJ observada, os jovens citaram, diversas vezes, a palavra “mobilização”, sugerindo a importância de proporcionar o bom entendimento dos diversos grupos juvenis sobre a proposta do conselho de mídias para que esses grupos se mobilizassem e participassem das produções. A palavra “mobilização” parece importante, principalmente, pelo fato que há uma alternância de participação de jovens dos diversos grupos nas reuniões do conselho. Daí a necessidade de informar o que é e para que serve o conselho e de mobilizar os jovens para a participação nas diversas atividades.

Após esse primeiro momento, de compartilhamento de informações e questões, iniciou-se o planejamento do encontro do conselho de mídias. Importante citar que Otto e os demais jovens que participaram da reunião do GTzão se colocaram de maneira propositiva na reunião, ou seja, sem aguardar as definições da educadora da AIC, e, sim, opinando e fazendo sugestões sobre as diversas questões levantadas.

As palavras “articulação”, “participação” e “rede”, assim como a já citada “mobilização”, foram bastante recorrentes nas falas dos jovens. Em um dos momentos, em que se discutia a importância de garantir que a articulação com os grupos juvenis da cidade não fosse “vazia”, mas, ao contrário, que se problematizasse “com quem” e “por que” articular, Otto exclamou: *A gente tem que parar com a angústia de querer tudo de imediato* – referindo-se ao fato de que a participação no conselho e as articulações entre os grupos ocorreriam ao longo do tempo e não imediatamente após a participação nas reuniões. Diante da ponderação de Otto sobre a angústia daquele grupo em garantir os resultados propostos em curto espaço de tempo, a educadora respondeu: *Se queremos que o outro seja sujeito, temos que respeitar o tempo e o processo deste outro*, fala que gerou um consenso dos presentes. As reuniões do GTzão, assim como as dos GTs, são passíveis de análise quanto às relações entre os jovens sujeitos desta pesquisa e entre eles e os educadores da AIC. Por isso, essa questão é tratada com mais detalhes mais à frente neste capítulo.

Na reunião do GTzão travaram-se debates sobre temas considerados importantes. Um deles é a necessidade de ampliar as formas e espaços de participação dos jovens nas diversas ações do CMJ. Uma das possibilidades levantadas pelo grupo de jovens e educadores é a de sistematizar os encontros do conselho de mídias, o que poderia gerar textos com base no que é discutido nos diversos grupos durante essas reuniões mensais e, assim, possibilitar a troca entre os participantes.

Outro tema importante debatido refere-se à metodologia dos encontros do conselho de mídias. Uma educadora da AIC provocou os jovens dizendo que gostaria que



fosse desenvolvida uma metodologia de participação que não reproduzisse a escola. Assim, seguiram-se discussões sobre as possibilidades de promover a participação dos jovens dos grupos juvenis do CMJ.

No período de entre os encontros do GTzão e as reuniões do CMJ, acontecia o processo de divulgação da reunião e mobilização dos jovens. Esse momento era liderado, sobretudo, por Otto, Fernanda, Carlos, Daniel, Igor e Bruno. O trabalho de preparação do encontro do conselho funcionava como uma contrapartida que esses jovens, todos os membros do GCI, davam à AIC, em razão da cessão do espaço físico e estrutura de material, lanche e transporte que o grupo recebia da ONG. Otto e seus colegas faziam, mensalmente, contato telefônico e via carta com os grupos juvenis de Belo Horizonte que aderiram à lista de correspondência para mobilizá-los para participar da reunião. Além disso, preparavam os materiais necessários para as atividades planejadas no encontro do GT (cartazes, estrutura audiovisual, organização do espaço, etc.).

As reuniões do CMJ, apesar de serem realizadas aos sábados à tarde, dia no qual a maioria das pessoas dedica seu tempo ao lazer ou ao trabalho, contavam com uma quantidade significativa de jovens, em torno de 50.<sup>27</sup> Durante as observações, constatei que, apesar de o conselho de mídias ser um espaço de reflexão, debate e ação em torno das questões ligadas à juventude, com uso da mídia, o que o caracteriza como um espaço “sério”, os diversos jovens pareciam estar em um momento de lazer. A informalidade dos jovens na forma de se expressar nas discussões e a abertura do grupo em acolher as diversas falas eram alguns dos motivos que geravam essa sensação de “lazer”. No início dos encontros, os grupos de jovens tinham espaço para fazer apresentações culturais diversas, o que também reforçava esse caráter dos encontros. A cada mês, um grupo de jovens fazia sua apresentação, fosse de música e dança ou, também, exibindo uma produção audiovisual.

Em seguida, os jovens apresentavam-se, um a um, geralmente dizendo o nome deles e o grupo a que estavam vinculados. Após o momento de apresentação, os representantes dos GTs explicitavam o planejamento do encontro. Em seguida, formavam-se os subgrupos ou iniciavam-se as atividades em grupos maiores, dependendo do planejamento.

Para exemplificar esse procedimento do CMJ, relatamos a seguir, uma das reuniões de 2007. O encontro iniciou-se com informes sobre o boletim virtual do projeto Rede

---

<sup>27</sup> As reuniões do CMJ tinham, em geral, a participação de cerca de 50 jovens. No entanto, tendo em vista as reuniões que acompanhei durante a pesquisa de campo, houve uma reunião do conselho com a participação de cerca de 10 participantes. Segundo eles, o baixo número de participantes deveu-se ao fato de ter sido realizada no mesmo dia do evento TEIA, do Ministério da Cultura.

Jovem de Cidadania. Uma educadora da AIC solicitou aos grupos interessados que entrassem em contato para repassar informações sobre os próprios grupos e sobre atividades culturais da cidade para serem divulgadas no boletim. Em seguida, uma educadora da AIC dialogou com os participantes sobre o sentido do conselho para a instituição, ao dizer que “o conselho é um espaço para as ONGs, escolas, grupos culturais pensarem a produção de mídia comunitária e para troca de experiências”.

O tema central da reunião do conselho aqui relatada é a “linguagem da mídia”. Os jovens presentes se dividiram em subgrupos para que fosse possível, segundo a fala de uma das educadoras, “qualificar a discussão”. Em cada subgrupo, estavam presentes, também, dois representantes da AIC. Em alguns casos, havia um educador ou coordenador e um jovem da AIC e, em outros, dois jovens da instituição.

Foi proposto aos subgrupos um jogo com palavras, para motivar a participação dos jovens. Eles foram convocados a relatar as formas de expressão de seus próprios grupos. Para isso, foram colocadas na mesa fichas com as palavras: virtual; silêncio; palavra; digital; corpo; som; imagem; imagem em movimento. Em alguns subgrupos, percebi mais autonomia dos jovens da AIC, alguns deles entre os sujeitos desta pesquisa, em conduzir as atividades. Em outros, a tendência era deixar que a educadora da AIC presente no grupo tomasse a frente. Nesses casos, apesar do desejo declarado das educadoras em que os jovens conduzissem as atividades junto com elas, percebeu-se a tendência dos jovens em “respeitar” o lugar da educadora e participar não na condução da atividade, mas como mais um participante desta.

Em um dos grupos, por exemplo, a educadora da AIC não estabeleceu uma ordem para os posicionamentos dos jovens, sendo que essa ordem foi sendo construída naturalmente. Cada um expressou-se à medida que sentia vontade ou, no caso de alguns, após vencerem uma demonstrada timidez em se expressar perante o grupo. Fernanda, que estava no papel de coordenar essa atividade junto com a educadora da AIC, participou como os demais jovens, opinando e se posicionando, apesar de ter se expressado poucas vezes.

Após a discussão nos pequenos grupos, por meio do jogo de significação das palavras com base nas experiências de atuação dos grupos juvenis presentes, houve mais um momento coletivo, em que os subgrupos compartilharam entre si uma síntese daquilo que havia sido dito e discutido. Após a apresentação, houve uma discussão sobre o caráter do Conselho de Mídias, questão levantada por uma das jovens presentes no encontro. A jovem problematizou a “função” do CMJ. A partir daí, diversos posicionamentos foram surgindo, dentre eles o de que o conselho é importante para avaliar a qualidade das produções, estimular

a participação dos grupos, propor temas e pautas para futuras produções e promover discussões para o aprofundamento sobre os temas dos produtos midiáticos produzidos pelos jovens na AIC.

### ***3.3.3 A produção de programas de televisão***

Os programas de televisão desenvolvidos pelos jovens do RJC e de outros grupos que participam do processo formativo em mídias da ONG são veiculados em duas emissoras: a Rede Minas, emissora de televisão vinculada ao Governo do Estado de Minas Gerais e a TV Futura, emissora vinculada à Fundação Roberto Marinho. As duas emissoras têm, na sua proposta editorial, interesse em veicular programas de televisão com finalidade educativa e cultural. A Rede Minas tem o alcance em todo o Estado de Minas Gerais, sendo um canal aberto. A TV Futura, por sua vez, é um canal transmitido por cabo e, assim, é um canal pago que alcança boa parte do território nacional. Esta emissora é vinculada à Rede Globo, utilizando seus recursos e estrutura.

O programa da AIC veiculado semanalmente na Rede Minas chama-se “Rede Jovem de Cidadania”, o mesmo nome do projeto que a instituição realiza. Ele tem 30 minutos de duração e uma variação de formatos e linguagens midiáticas, de acordo com a proposta da ONG de promover a experimentação da produção de mídia pelos jovens. Já os materiais que são veiculados pela TV Futura têm, em média, 5 minutos de duração e são transmitidos na programação da editora.

Para a realização do material que a AIC envia para ser veiculado nas duas emissoras, há uma estrutura de equipamentos e de pessoas responsáveis pela produção, filmagens, edição, pós-produção e edição. Otto foi um dos membros da equipe que realizou esse trabalho em 2007.

Otto ficou responsável, especialmente, por exercer duas funções: a de produção e a de pós-produção. Como produtor, o jovem era responsável por participar das reuniões de definição dos temas dos programas, da identificação de equipamentos e dos profissionais que iriam realizar cada etapa do trabalho, pela marcação de agenda com pessoas de fora (jovens, especialistas, instituições, dentre outros) e pelo acompanhamento da realização das filmagens.

Após a execução das imagens, feitas por outros membros da equipe, Otto assistia e minutava as fitas, preparando o material para a edição que estava por vir.

O trabalho de Otto era, em alguns momentos, bastante solitário e, em outros, demandava contato com muitas pessoas. As relações, em geral, se davam por e-mail e por telefone, uma vez que uma de suas funções era organizar as filmagens e fazer os agendamentos diversos.

Esse processo, conforme observamos, está longe de ser sistemático, linear e possível de ser previsto em todos os seus detalhes. As ações aconteciam de maneira concomitante, ou seja, Otto fazia produção de um programa e, ao mesmo tempo, realizava a pós-produção de outro. Ao mesmo tempo, definia, junto com a equipe, os passos que seriam dados na realização de um programa futuro, Otto assistia às fitas e minutava as imagens já feitas para que fossem editadas em seguida. Apesar da prática do planejamento, que parecia ser uma ação incorporada ao cotidiano de Otto e seus colegas, as demandas de cada produção eram específicas e, por isso, demandavam flexibilidade e grande dedicação do jovem.

Em um dos dias em que observei Otto trabalhar na produção dos programas, cheguei à sala de produção e o encontrei sozinho, em frente ao computador. Ele ligou para a coordenadora da AIC para conversar sobre as filmagens feitas para o programa que seria editado. Em seguida, procurou cabos, instalou a câmera filmadora na televisão da sala e iniciou a minutagem das fitas, ou seja, assistia às imagens gravadas e identificava as que seriam utilizadas na edição do programa, identificando-as minuto a minuto.

Ao assistir às imagens, o jovem fez diversos comentários em voz alta sobre as falas dos entrevistados, posicionando-se sempre em relação ao que era dito. Assim, mais que um olhar técnico sobre as imagens feitas, Otto demonstrava envolvimento com os assuntos tratados pelos três jovens que apareciam nas filmagens, no caso, tratando dos temas “juventude de periferia” e “Conselho Municipal de Juventude”. Ao comentar sobre o hábito de se posicionar em relação às questões do mundo, Otto afirmou:

*Eu costumo dizer que o [projeto] Cuco meio que deu uma visão de mundo, apresentou o mundo pra gente [...] antes de entrar pra mim tudo era muito bom, [pensava que] não tinha problema nenhum. E aquilo o que a gente faz muito, né? aquela visão crítica, não tinha, não tinha esse hábito, de pensar nas coisas... É o aprendizado, é o que eu acho também de mais marcante, porque a partir daí você tem uma outra visão, você podendo questionar [...] pra ter possibilidade de aprender outras coisas, conhecer coisas novas...*

Durante a realização de suas tarefas na produção dos programas de televisão, Otto demonstrava tranquilidade e convicção, como se tivesse domínio sobre cada passo necessário à escolha das imagens e à preparação das próximas filmagens. Não havia um acompanhamento próximo de educadores ou coordenadores da AIC nas diversas funções executadas pelo jovem. À medida que alcançava os resultados, Otto comunicava-se com seus “colegas” da ONG. O mesmo acontecia quando surgiam problemas ou dificuldades. Sobre seu interesse pela produção em televisão e a compreensão desse processo de produção midiática, Otto afirmou: *Tenho certeza que se eu fosse entregar um programa e tal, de articular toda a produção como foi na [TV] Futura, eu acho que ficaria legal, enfim: já domino essa parte.*

Durante as observações da participação de Otto em suas atividades na AIC, percebi sua capacidade de articular pessoas e atividades e de responder aos compromissos inerentes à sua função. Ele participava das reuniões de planejamento das atividades que culminariam na produção midiática e, com base nelas, organizava os procedimentos de realização das atividades: definição de datas, reserva dos equipamentos, definição de locais de gravação, organização da estrutura e transporte, dentre outras. Para cumprir suas tarefas de produtor de programas de televisão, demonstrou organização, capacidade de cumprir os prazos e de estabelecer diálogo com as diversas pessoas envolvidas nas produções (tais como a coordenação, educadores e equipe da AIC e dos outros grupos juvenis).

### **3.3.4 O grupo cultural interação**

O Grupo Cultural Interação<sup>28</sup> (GCI) surgiu no início de 2007,<sup>29</sup> do interesse do jovem Otto em aprender a conceber e redigir projetos que beneficiassem a sociedade. O jovem manifestou esse interesse à coordenadora da AIC, que, por sua vez, apoiou sugerindo que ele buscasse outros jovens para trabalhar junto com ele. Otto articulou-se com outros jovens, com os quais havia convivido nos anos anteriores durante a participação nos projetos de produção de mídia realizados pela AIC. Assim, o grupo foi-se formando. Inicialmente, vieram Fernanda, Daniela e Carlos, que decidiram convidar outros jovens, os quais, aos

---

<sup>28</sup> O nome Grupo Cultural Interação é fictício.

<sup>29</sup> Importante notar que o momento em que a pesquisa de campo foi realizada coincidiu com o momento em que o GCI foi criado e iniciou suas atividades.

poucos, foram aderindo ao grupo, entre eles, Igor, Bruno e Regina. Laura foi convidada a participar do grupo e esteve em algumas reuniões, mas acabou não permanecendo.

Importante citar que o GCI é, segundo os seus membros, independente da AIC, apesar de estar intimamente articulado com essa ONG, utilizando seu espaço físico e sua estrutura, em troca de “contrapartidas”. Apesar de ser independente da AIC, as concepções conceituais e metodológicas do GCI assemelham-se às da ONG, principalmente, ao que parece, pelo fato de todos os seus jovens terem participado de processos formativos da AIC por muitos anos seguidos. O grupo, então, parece ter incorporado conceitos e formas de atuação da ONG. As falas dos jovens, nas reuniões do grupo, assemelham-se em muitos aspectos às dos profissionais da AIC. Esse fato parece demonstrar certa influência da ONG nos projetos de futuros desses jovens e na relação que eles têm estabelecido com o trabalho. Essas duas questões serão tratadas mais detalhadamente adiante, no capítulo 4.

#### *3.3.4.1 A atuação do GCI em 2007*

Antes de descrever as ações do GCI em 2007, é importante explicitar que a própria existência do grupo está relacionada com a sobrevivência financeira dos jovens, ou seja, fazer parte desse grupo pode significar para os seus jovens a possibilidade de trabalhar e ser remunerado por esse trabalho.

Pelo fato de estar em formação, os primeiros meses de 2007 foram utilizados pelos membros do GCI para estabelecer os focos e formas de atuação. As reuniões do grupo, inicialmente quinzenais e realizadas à noite, obedeciam a uma organização proposta por Otto: uma vez por mês, realizava-se uma reunião de “repasso”, na qual os jovens relatavam as mais variadas oportunidades para o grupo e as experiências nas demais atividades de que participavam. A outra reunião de cada mês era dedicada à definição das linhas de atuação do grupo, ou seja, focada na construção das referências conceituais e metodológicas que iriam nortear o GCI. Importante citar que, em muitos casos, uma mesma reunião acabava abarcando as duas coisas.

As temáticas propostas pelo GCI tinham relação com as experiências anteriores dos jovens nos projetos realizados pela AIC e em outras experiências dos jovens, em especial ligadas aos campos de interesse deles. Um foco central do grupo era na questão da

comunicação comunitária, o que o aproximava da AIC. Esta era uma experiência comum dos jovens e, de fato, era o que mais os motivava no grupo. Outros focos de atuação surgiam, por exemplo, referentes à saúde dos idosos. Esse foco pareceu ter estreita relação com a experiência de formação de Otto, que cursa faculdade na área da Saúde e demonstrou interesse em articular seus conhecimentos acadêmicos com as atividades do GCI.

Um momento marcante para os membros do GCI, em 2007, foi a Semana de Formação. Ao longo de uma semana, sempre à noite, os jovens do grupo dialogavam sobre temas importantes para eles, com a participação de convidados. Entre os temas abordados, estão “juventude”, “educação” e “realização de projetos em grupo”.

No segundo semestre de 2007, o GCI deu início ao desenvolvimento de algumas atividades, dentre elas a realização de “oficinas” para a criação de uma rádio, em uma escola municipal de Belo Horizonte, onde Carlos estudava. Outra atividade importante, realizada em parceria com a AIC foi a produção sistemática de material para uma revista dirigida ao público jovem em âmbito nacional, trabalho que não foi remunerado em 2007, sendo considerado uma contrapartida do grupo à AIC. Além disso, os jovens produziram projetos, com a intenção de captar recursos para a realização de atividades pelo grupo. Também estabeleceram parcerias com escolas e outros grupos juvenis, para a realização de atividades mais pontuais, geralmente ligadas à comunicação comunitária. Pode-se dizer que essas escolhas dos jovens são fruto das vivências que tiveram nos projetos desenvolvidos pela AIC? Estariam, nesse sentido, os jovens atribuindo significados dessa experiência em seus projetos de futuro, em especial no que se refere às possibilidades de trabalho?

#### *3.3.4.2 O cotidiano do GCI*

A informalidade nas falas e na liberdade dos jovens em compartilhar suas vontades para o grupo, pontos de vista e ideias, mostra que o “clima” das reuniões era bastante amistoso. Eles não pareciam dispostos a garantir consenso em tudo; ao contrário, apresentavam seus argumentos e ideias independentemente da concordância dos demais. Fernanda, Otto e Carlos verbalizavam suas ideias e pontos de vista com mais frequência que os demais. Um detalhe interessante era a dificuldade do grupo em garantir pontualidade no início das reuniões, sendo que havia atrasos constantes.

Uma das reuniões iniciou-se com 90 minutos de atraso. Geralmente, os atrasos eram justificados pelos jovens como consequência da dificuldade de chegar à AIC por causa do trânsito e, principalmente, pelo acúmulo de outras atividades ao longo do dia. Esses atrasos acabaram dificultando a participação de Carlos e Igor, uma vez que eles estudavam à noite e não podiam atrasar-se tanto para chegar à escola.

O cumprimento das pautas também atrapalhou, pois eram extensas e não tinham todos seus temas contemplados em razão da redução do tempo de reunião. Assim, decidiu-se coletivamente que as reuniões seriam iniciadas nos horários previstos, independentemente da presença de todos os jovens, o que, de fato, ocorreu.

Essa questão começava a caracterizar um importante desafio a esse grupo juvenil: o fato de os seus membros exercerem outras atividades, relacionadas ao trabalho e ao estudo, estava impedindo a plena dedicação para o planejamento e a realização das atividades do GCI. Explicita-se, então, o dilema entre o “querer estar no grupo” e a necessidade de sobrevivência, já que o trabalho desenvolvido pelo grupo, em 2007, não garantia salário aos seus membros.

Otto parecia assumir papel de liderança do GCI, uma vez que, principalmente, nas primeiras reuniões, era ele quem propunha a pauta dos encontros. Assim, ele acabava sendo responsável por direcionar os temas que seriam discutidos pelos demais jovens. Enviava suas sugestões de pauta por e-mail, com antecedência, aos demais participantes do grupo,<sup>30</sup> uma estratégia que, segundo ele, buscava compartilhar a decisão sobre os rumos da reunião que iria se realizar. No entanto, raramente os demais jovens incluíam novos temas à pauta, sendo que alguns deles nem mesmo liam os e-mails encaminhados por Otto. Ao que parece, boa parte dos jovens do grupo não tinha acesso diário à internet e, por isso, algumas vezes, não acompanhavam o fluxo de mensagens do grupo, inclusive as sugestões de pauta de Otto. Mas, mais que isso, inicialmente, o grupo parecia ser “mais” de Otto e de Fernanda, já que pareciam muito mais motivados e preocupados em fazer o GCI “dar certo”. Isso não quer dizer que os demais não queriam a mesma coisa, mas, de fato, muitas vezes demonstravam menos “atitude” que Otto e Fernanda. Talvez pela forma como encaravam o grupo, como algo paralelo ao projeto de futuro, pela quantidade de atividades que acumulavam ou, mesmo, pela dimensão do esforço que se desenhava para que o grupo realmente alcançasse seus objetivos.

Durante as observações em 2007, ficaram evidenciados o grande interesse e a dedicação de Otto para que o grupo se constituísse, adquirisse identidade e realizasse ações.

---

<sup>30</sup>. Solicitei aos jovens a inclusão do meu nome na lista de discussão do “Yahoo Grupos”, eles aceitaram e, então, pude ter acesso aos e-mails que o grupo trocava.



As opiniões, as ideias e os posicionamentos de Otto eram acolhidos, em sua maioria, pelos demais jovens do grupo. Seu papel de mobilizar os jovens do próprio grupo, idealizar os projetos, organizar as pautas e liderar as reuniões era óbvio, apesar do seu esforço em promover a apropriação dos seus colegas pelas diversas funções no grupo cultural. Sua intenção, demonstrada em diversos momentos, era de que a possibilidade de tomada de decisão nos diversos níveis fosse coletivizada no grupo, o que, em termos práticos, nem sempre se concretizou.

Nas dezenas de reuniões do GCI em 2007, ficou clara a liderança “natural” de Otto, que atuava como um coordenador institucional do grupo, e de Fernanda, que exercia uma influência importante nas decisões dos jovens. Otto agendava as reuniões, definia pautas, propunha ações, opinava sobre as propostas dos demais jovens.

Os jovens fizeram um organograma das funções dos membros do grupo. Aos poucos, durante a construção do organograma, perceberam que todos os jovens atuavam em alguma função. Segundo o organograma proposto por Otto e Fernanda, eles fariam a coordenação do grupo acompanhando as articulações interna e externa, respectivamente. Os demais jovens se dividiriam entre essas duas frentes do grupo.

Assim como Otto, Fernanda se mostrava uma líder natural, reconhecida pelo grupo. Opinava sobre tudo e tinha uma postura bastante crítica sobre as questões debatidas. Utilizava muitas referências de sua experiência na AIC como forma de explicitar seus pontos de vista. Suas ideias, em geral, conquistavam a adesão dos demais jovens. Havia momentos em que sua forma de defender suas ideias era bastante impositiva, como na reunião do grupo do dia 5 de setembro de 2007. No momento em que escolhiam os representantes do grupo para participar do *Seminário do Fórum de Entidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, Fernanda disse: *Quem for ao seminário tem que realmente participar, questionar. Não é para encher cadeira, porque eu sei que isso sempre rola.*

A entrada de Carlos para o GCI ocorreu mediante o convite de Otto e Fernanda. Aos poucos, ao tomar conhecimento da proposta dos seus colegas, ele se interessou em participar. Apesar de estudar à noite, no mesmo horário em que a maior parte das reuniões do grupo acontecia, o jovem se fazia presente na maioria delas. Chegava atrasado na escola ou, em vários momentos, faltava aula para estar presente nas reuniões do grupo.

Carlos tinha o hábito de colocar seus pontos de vista sobre as questões em pauta, no entanto, tinha uma dificuldade declarada de se fazer entender. Os demais jovens do grupo

demonstravam certa impaciência em alguns momentos, uma vez que Carlos se prolongava em sua fala, na busca de explicitar seus pensamentos.

Durante as reuniões do grupo no primeiro semestre de 2007, quando os jovens estavam estruturando o grupo, Carlos deu opiniões sobre as ideias do grupo. Na maior parte das vezes, o jovem não demonstrava ter se preparado para as reuniões, como Otto e Fernanda, que traziam ideias e propostas para os colegas. Carlos, em geral, se posicionava sobre as propostas dos demais jovens e, também, contribuía com ideias complementares. Um hábito observado cotidianamente era o de se posicionar sobre todos os temas discutidos, ou seja, ele não se calava diante das questões em pauta do grupo.

Já no segundo semestre, quando o grupo iniciou a realização de ações em articulação com outros grupos e com escolas, Carlos intensificou sua participação. A escola onde estudava foi incluída como espaço de atuação do grupo, que realizou “oficinas” de produção de rádio, e Carlos tornou-se referência do grupo nessa ação. Nessa escola, da rede municipal de Belo Horizonte, eram realizados semanalmente os “conselhos de classe”, dos quais participavam os professores, coordenadores e diretores. No horário do conselho de classe, os alunos da escola participavam de oficinas de teatro, dança, capoeira, futebol e rádio, dentre outras. Assim, Carlos e seus colegas do GCI assumiram as oficinas de produção em rádio. Durante as reuniões do GCI, nesse período do ano, Carlos relatava os acontecimentos de sua atuação e discutia encaminhamentos futuros, tendo em vista sua atuação nas “oficinas” de produção de rádio na escola. Importante dizer que as “oficinas” na escola eram realizadas não apenas por Carlos, mas pelo grupo, que se revezava. Esse trabalho realizado pelo GCI na escola era remunerado e constituía uma importante maneira de os jovens criarem relação entre os conhecimentos e habilidades construídos nos projetos da AIC e sua inclusão no mundo do trabalho.<sup>31</sup>

Carlos demonstrava muita satisfação em poder se ver em papéis diferentes na escola não apenas como aluno do turno da noite, mas, também, como jovem que articulava a produção de programas de rádio pelos seus colegas, atribuindo, assim, valor à sua participação no GCI. Carlos demonstrou, em vários momentos da observação, grande desejo de atuar profissionalmente no campo da educação. Essa experiência do jovem de alternar papéis, em sua escola, tinha um importante significado, tendo em vista seu projeto de futuro.

---

<sup>31</sup> Utilizamos a expressão “mundo do trabalho”, em vez de “mercado de trabalho” para explicitar que a atuação dos jovens não se dá em um “mercado” formal de trabalho, com demandas construídas, clientes, etc. São relações de trabalho informais, surgidas da articulação entre os jovens e instituições.

Daniela raramente compartilhava seus pensamentos, apesar de se fazer sempre presente nas reuniões. Nos momentos em que se posicionava diante dos demais jovens, encontrava ampla adesão. Assumia, na maioria das vezes, funções de organização e de produção das atividades do grupo, tais como registro e sistematização das reuniões.

Regina,<sup>32</sup> 18 anos, que passou a integrar o GCI após Otto, Fernanda, Carlos e Daniela, havia participado de um processo formativo em rádio, na AIC, pouco tempo antes. Após essa experiência de produção de rádio, passou a integrar o Conselho de Mídias Juvenis da AIC, participando, informalmente, de diversas outras atividades da instituição. Por esse contato com Regina na AIC, os jovens do GCI decidiram convidá-la a integrar o grupo. Regina, a mais nova do grupo, era bastante participativa e expunha suas ideias frequentemente. Responsável pelo processo de criação da logomarca do grupo, Regina demonstrava certa insegurança nos momentos de decisão em que os jovens apreciavam o trabalho que havia realizado, bem como ao se comprometer com determinados resultados. Esse processo de criação parece ter sido vivido pela jovem com certa angústia, diante do olhar crítico dos demais. Interessava-se bastante pelos processos de produção de mídia, e realizar atividades com essa finalidade parecia ser o que mais lhe atraía no grupo, além da dimensão do trabalho.

Igor e Bruno, os últimos jovens convidados e incluídos no grupo, tiveram participação discreta nas reuniões. Assim como Daniela, não se posicionavam com a mesma frequência de Otto, Fernanda, Carlos e Regina. Apesar disso, nos momentos em que explicitavam seus pontos de vista, recebiam a adesão dos demais jovens.

### **3.4 Reflexões sobre a metodologia de trabalho da AIC**

Até aqui, neste capítulo, foram relatados os principais projetos e ações desenvolvidos pela AIC. Neste capítulo, caracterizamos o trabalho da ONG. Nesse sentido, é importante apresentar aspectos sobre a metodologia utilizada pela AIC em seus projetos. Uma tendência das ONGs que atuam com educação é caracterizar esse tipo de trabalho como “não-formal”. Pode-se caracterizar, então, o trabalho da AIC dessa mesma maneira?

---

<sup>32</sup> A jovem Regina não está entre os sujeitos desta pesquisa, mas é membro do GCI. Ela não foi incluída entre os sujeitos da pesquisa por não ter participado dos projetos Rede Jovem de Cidadania e Cuco e ter participado em poucas ações realizadas pela AIC.

No processo de ampliação quantitativa de ONGs que decidiram atuar no campo da educação, desde as décadas de 1980 e 1990, descrito e analisado no capítulo 1 deste trabalho, observa-se um esforço dessas instituições em estabelecer suas referências conceituais e metodológicas. Nesse contexto, surgiu o conceito de “educação não-formal”, que tem sido adotado como referência da atuação de diversas instituições do Terceiro Setor.

O conceito de educação não-formal parece representar uma tentativa de diferenciar o trabalho dessas entidades em relação àquele das escolas, que representam a “educação formal”. Garcia (2005, p. 27), sobre o surgimento do conceito de educação não-formal, afirma que ela

surge a partir de mudanças, que fazem com que a sociedade se reestruture, ao considerarmos as necessidades e propostas sociais que têm preocupações diversas daquelas da educação formal, por abarcar propostas diferentes daquelas oferecidas pelo sistema formal, por propor-se a atender aqueles que a escola formal tem dificuldade de integrar no seu cotidiano [...].

Apesar de afirmar que não é oportuno utilizar os instrumentais e as características da educação formal para buscar compreender a educação não-formal, Garcia (2005, p. 27) propõe uma diferenciação entre a educação formal e a educação não-formal:

A educação não-formal não tem, necessariamente, uma relação direta e de dependência com a educação formal. É um acontecimento que tem origem em diferentes preocupações e busca considerar contribuições vindas de experiências que não são priorizadas na educação formal.

No entanto, é a própria Garcia (2007) quem reconhece a existência de uma visão de oposição e, até, de rivalidade entre a compreensão da educação formal e da não-formal. Essa rivalidade está no fato de a educação não-formal se colocar como uma possibilidade de atuar em questões da educação formal. (GARCIA, 2007, p. 35)

Outros autores têm se dedicado a caracterizar a educação não-formal, como Gohn (2006). A autora propõe contrapontos entre a educação formal e a não-formal. Nessa tentativa, compreende que

a educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/classe de conhecimento. (GOHN, 2006, p. 30)

Por outro lado, Gohn (2006, p. 30) afirma:

A educação não-formal tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); [...] Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

É importante relativizar a visão de Gohn quanto às experiências de educação não-formal, uma vez que não seria possível afirmar que todas as experiências têm tais características. Assim, corre-se o risco de criar posições dicotômicas entre a educação não-formal e a educação formal.

É certo que o conceito de educação não-formal apresenta poucas contribuições para caracterizar o trabalho realizado pela AIC. Dessa forma, é apropriado relacionar as ações desenvolvidas pela AIC com algumas das características do conceito de participação periférica legítima em comunidades de prática, trabalhado por Lave e Wenger<sup>33</sup> (1991), sem, no entanto, buscar “enquadrar” as ações da instituição nesse conceito.

Para compreender a abordagem de Lave e Wenger (1991) sobre a participação periférica legítima em comunidades de prática, é fundamental evidenciar aspectos sobre a “aprendizagem situada”. Conforme lembra Engestrom (1999 *apud* SANTOS, 2004, p. 22), “a aprendizagem situada é uma plataforma teórica ampla e relativamente imprecisa, informada por uma variedade de teorias e escolas de pensamento contextuais e orientadas para a prática”. Segundo Soares, cinco áreas inspiraram os teóricos dessa perspectiva:

(i) na teoria da atividade cultural-histórica de raiz em Vigotsky e Leont’ev; (ii) nas teorias sociológicas de Bourdieu e Giddens; (iii) na etnometodologia de Garfinkel; (iv) na psicologia ecológica de Gibson; (v) em algumas variantes do interacionismo simbólico e no ‘último’ Wittgenstein. (SANTOS, 2004, p. 22)

A “aprendizagem situada” (ENGESTROM, 1999 *apud* SANTOS, 2004, p. 19), se dá “na prática social no mundo vivido”, ou seja: “[a aprendizagem] é gerada nas relações

---

<sup>33</sup> É necessário o aprofundamento futuro em relação aos conceitos propostos por Lave e Wenger (1991), tendo em vista que ele pode contribuir na análise do trabalho que diversas ONGs brasileiras têm realizado no campo da educação.

dialéticas entre mundo social e pessoas envolvidas em atividade; ambos e em conjunto, produzindo e re-produzindo tanto o mundo como as pessoas”. (SANTOS, 2004, p. 19).

Dessa forma, Santos (2004, p. 27) sintetiza ideias centrais da abordagem da aprendizagem situada de Lave e Wenger:

(i) aprender está intimamente ligado com a participação em comunidades (que não são só grupos de pessoas mas pressupõem práticas e que, portanto, serão também de conhecimentos); (ii) o conhecimento é algo que só faz sentido quando pensado relativamente às práticas sociais nas quais é relevante e se desenvolve [...]; (iii) os conhecimentos e as identidades desenvolvem-se na relação constante das pessoas na ação com o mundo não só material mas, essencialmente, sócio-histórico e cultural. Ou seja, os indivíduos, as suas práticas e o mundo são mutuamente constitutivos.

Um aspecto do trabalho da AIC que se relaciona a tais questões trabalhadas por Lave e Wenger refere-se ao fato de que, em última análise, o interesse de educadores e jovens é produzir mídia comunitária. A intenção principal não está em estabelecer uma relação mestre-aprendiz, baseada em conhecimentos do campo da comunicação, mas, sim, em possibilitar que jovens produzam e veiculem produtos midiáticos utilizando como referência a metodologia chamada de “mídia-processo”. A mídia-processo, descrita nos documentos da instituição e evidenciado nos relatos dos jovens sujeitos desta pesquisa, consiste em uma metodologia pela qual os jovens aprendem a produzir mídia durante o processo de produção, ou seja, vivenciando o próprio fazer midiático. A aprendizagem se dá na prática de produção. Os jovens são convidados a propor temas e a levantar questões do interesse deles, que são discutidos pelo grupo. Percebemos uma valorização da bagagem de conhecimentos dos jovens, o que parece contribuir para que eles, por meio da produção de mídia, se vejam como sujeitos de seus conhecimentos, sendo capazes de compreender as possibilidades que têm de ampliar seus conhecimentos sobre as diversas questões do mundo.

Os conhecimentos em questão não são apenas os “acadêmicos”, ou seja, aqueles identificados pelo sistema escolar como referência para ser repassado aos estudantes, entram na “pauta” das produções e vão desde questões relacionadas à história de vida dos jovens, de suas comunidades às questões da humanidade e, também, aos formatos e linguagens da mídia. Assim, conforme observado, o conhecimento vem da prática dos jovens, de suas experiências.

Percebemos a tentativa da equipe da AIC de construir junto com os jovens uma postura ativa diante do conhecimento. Os educadores, em seu discurso e nas práticas observadas, não se veem como detentores e “transferidores” de um conhecimento já

produzido. Assim parecem ser vistos, também, pelos jovens. Em muitas oportunidades, as produções midiáticas partiram dos conhecimentos compartilhados pelos jovens, de sua bagagem cultural, e ampliaram-se por meio de pesquisas. Tais pesquisas são realizadas com a utilização de fontes diversas, dentre elas livros, sítios na internet, pessoas nas ruas, outros jovens e especialistas nos temas em questão. A experimentação de linguagem e de novos formatos de mídia, como citado, é parte do processo de produção midiática. Há espaço para a criatividade, e não apenas para a informação de fatos reais. Entre as produções de rádio dos jovens, por exemplo, estão radionovelas, que são ficções temáticas. Para essa realização, a criação de personagens e de suas falas, o uso variado da linguagem, a definição de tempo e as formas de edição, por exemplo, são experimentadas. Sobre alguns dos resultados dessa abertura à experimentação, a equipe técnica da ONG ressalta:

Os temas estavam diretamente relacionados à *bagagem* e experiência de cada jovem. Eles vinham de grupos e lugares muito distintos e isso resultou em programas diversificados. A cada programa tínhamos várias possibilidades de execução das ideias e percebemos, ao final da montagem das produções, que a identidade do programa começava, assim, a ser construída. Ele não trazia consigo uma única forma, incorporava a diversidade e a surpresa, resultando em uma produção que não tinha um formato, mas vários. (LIMA, 2007, p. 79)

A produção de mídia pelos jovens inclui, em muitos casos, uma escolha coletiva sobre os temas que irão compor as futuras produções de mídia. A partir da escolha dos temas, são discutidos e definidos diversos aspectos, dentre eles o que vai ser dito sobre cada um dos temas e como o ele será trabalhado em termos midiáticos (formato e linguagem das produções, por exemplo), tendo em vista os materiais e demais condições disponíveis. À medida que experimentam a criação e o desenvolvimento de programas de rádio e de televisão e a construção de um jornal, os jovens acabam utilizando como referência a sua bagagem cultural e acessam diversos conhecimentos sobre os temas escolhidos e sobre aspectos técnicos da produção de mídia, como o manejo dos equipamentos.

A metodologia mídia-processo, segundo observado, não parece estar centrada no ensino de técnicas de produção midiática, mas na valorização dos conhecimentos e pontos de vista dos jovens e em conhecimentos possíveis de ser acessados. Além disso, percebemos uma tentativa declarada, pela equipe de educadores da instituição, de não reproduzir padrões já construídos pela mídia, ou seja, um esforço em possibilitar a criação, pelos jovens, de

novos formatos, linguagens e da inclusão de temas e de pessoas que, muitas vezes, ficam de fora da mídia brasileira.

É possível evidenciar, com base nas observações realizadas na pesquisa de campo, que essa metodologia parece influenciar na mobilização e na manutenção do interesse dos jovens pelas ações, pois ela pressupõe a participação deles em todos os momentos da ação. A mídia-processo configura-se na participação dos jovens em atividades “práticas” de produção de mídia, em que se aprende fazendo. Assim, os jovens participam da decisão em realizar determinado programa de rádio ou um texto para um jornal, do planejamento de cada passo das ações, da execução propriamente dita das produções e da avaliação do processo vivenciado.

O discurso da AIC, em documentos publicados (LIMA, 2007), informa sobre o interesse em promover a experimentação pelos jovens em relação às possibilidades da produção midiática como uma maneira de aprendizado a partir do que se faz. Nas atividades de produção de mídia ao longo da pesquisa, não houve aulas teóricas sobre determinado tema ou técnica de produção de mídia. O conhecimento não era trazido pelos educadores, mas parecia surgir do diálogo entre os diversos participantes, que compartilhavam seus conhecimentos, experiências e pontos de vista.

Os jovens e educadores da AIC citavam, durante as observações, constantemente, o conceito de “risco do real”. Esse conceito, que é adotado por muitos na instituição, significa que as produções de mídia, da maneira como é realizada pelos jovens e educadores da AIC, não são previsíveis. Elas acontecem à medida que há interação entre diversos atores, todos sujeitos do processo de construção do trabalho. O risco do real é um conceito que, da forma como aparece no discurso cotidiano dos jovens, busca a liberdade em criar, em propor, em dialogar sobre qualquer questão que seja importante para o grupo em determinado momento. Estar disposto a enfrentar tal risco parece significar, na prática, abertura e curiosidade diante do desconhecido e, ao mesmo tempo, uma aposta sobre as possibilidades do novo. Para isso, exige-se muita atenção, interesse e compromisso nos diversos momentos do processo, disponibilidade de tempo, “atitude pró-ativa” diante das dificuldades e dos problemas inerentes às ações não previsíveis. Por isso, é necessário problematizar as maneiras de participação dos diversos jovens e educadores.

A participação periférica legítima (PPL), por sua vez, segundo Santos (2004, p. 25), é um “descriptor do processo característico da aprendizagem”. A PPL é, ainda de acordo com a autora, “o processo como um recém-chegado se torna parte de uma comunidade de



prática” (SANTOS, 2004, p. 61). É uma expressão das relações estabelecidas entre os “novatos” e os “veteranos”,<sup>34</sup> das identidades, atividades e comunidades de conhecimento e de prática.

As relações entre novatos e veteranos, membros de uma comunidade, apontam o sentido da aprendizagem em uma perspectiva histórica, ou seja, a aprendizagem não se dá no nível individual, mas é construída à medida que a comunidade se desenvolve. Ocorre à medida que eles se consideram membros da comunidade, carregam o sentimento de pertencimento em relação ela. Daí a noção de identidade, fortemente presente na perspectiva de aprendizagem de Lave e Wenger. Segundo os autores, a construção da identidade entre os membros de uma comunidade se dá pelo fato de a aprendizagem não ser considerada um processo de aquisição de saberes e memorização de fatos e procedimentos, mas uma forma evolutiva de pertencimento.

Outra compreensão importante na perspectiva de aprendizagem proposta por Lave e Wenger (1991 *apud* SANTOS, 2004, p. 26) refere-se à relação entre conhecimento e prática. Os autores consideram que o conhecimento não está descontextualizado, mas, ao contrário, “intimamente relacionado às práticas sociais em que ele se desenvolve e em que ele é relevante”.

Uma das questões observadas, no início da pesquisa de campo na AIC, refere-se à forma de organização e de utilização do espaço físico em que os jovens e educadores desenvolvem suas atividades, conforme descrito no início deste capítulo. É importante destacar essa questão, já que ela está relacionada às relações de poder e de hierarquia. Assim, pelas observações ao longo da pesquisa, a hierarquia e as relações de poder entre jovens, educadores, coordenadores e demais funcionários da instituição não são fortemente expressas nas maneiras como utilizam os espaços da AIC. Pode-se relacionar o processo de apropriação dos espaços da instituição com a maneira como os “novatos” se tornam parte dessa comunidade, que produz mídia. Tendo em vista que os espaços são organizados para atender a cada uma das fases do processo de produção midiática, a apropriação do espaço pelos jovens ocorre à medida que eles participam dessas fases. A utilização da sala de produção de programas de televisão, por exemplo, se dá à medida que o jovem decide participar de

---

<sup>34</sup> Santos (2004) preferiu não traduzir os termos *newcomers* e *old-timers* do inglês para o português, sendo que em alguns momentos ela utiliza o termo “recém-chegado” para se referir aos *newcomers*. Decidimos arriscar a tradução, uma vez que, no Brasil, não são raras as vezes em que alunos de escolas e universidades e membros de grupos se denominam como “novatos e veteranos”. Importante explicitar que os termos “novatos” e “veteranos”, nesse caso, não fazem nenhuma menção à idade dos sujeitos, mas, sim, ao tempo de participação na comunidade.

determinada produção. Assim, ele tem acesso aos equipamentos e aprende a desenvolver as atividades características dessa fase do trabalho com mídia. O uso das ilhas de edição se dá da mesma maneira, ou seja, à medida que o jovem se interessa em aprender a editar, ele passa a ocupar esse espaço físico, que é aberto para a sua participação. E, nele, por meio do contato com os “veteranos”, aprende o processo de edição de um vídeo ou de um programa de rádio.

Outra dimensão dessa questão relaciona-se aos aspectos técnicos e de linguagem utilizados nas produções desses jovens. A linguagem utilizada pelos jovens é bastante distinta daquela utilizada comumente pelas grandes corporações de mídia. Não há padronização, mas, sim, a busca pela criação de novas formas de se comunicar com o público. O foco não parece estar nos equipamentos ou em roteiros predefinidos. A “linguagem de televisão e de rádio” não é ensinada aos jovens como se faz nos cursos universitários de jornalismo, porque não precisa ser utilizada como referência. Então, esse interesse pela inovação de linguagens pelos jovens vai sendo construído pelos “novatos” na reunião com os “veteranos”, que, em alguns casos, são os coordenadores ou educadores da ONG e, em outros, são os próprios jovens que há mais tempo se envolvem no processo de produção de mídia.

Na busca para compreender o conceito de participação periférica legítima, conforme proposto por Lave e Wenger (1991 *apud* SANTOS, 2004), Santos (2004, p. 61) apresenta trechos em que os autores salientam aspectos inseparáveis entre as combinações dos termos “participação”, “periférica” e “legítima”. Ao tratar da “legitimidade da participação”, Lave e Wenger a consideram como “uma característica que define a pertença de um elemento ao grupo, sendo não só uma condição crucial de aprendizagem como um elemento constitutivo de conteúdo”. Dessa forma, referem-se às diversas e igualmente legítimas formas de pertencimento em determinada comunidade, mediante a participação na prática dessa comunidade, conferindo legitimidade à participação.

Ao se referirem à “periferia da participação”, os autores tratam do “posicionamento de quem aprende no mundo social”. O fato de a participação ser periférica não se trata de uma oposição à centralidade, mas da intenção de reforçar “um aspecto positivo e dinâmico da participação e que sugere uma abertura e uma forma de acesso às raízes do conhecimento através do envolvimento crescente na prática” (SANTOS, 2004, p. 62). Já a “legitimidade da periferia”, segundo Lave e Wenger (1991 *apud* SANTOS, 2004, p. 62), seria “uma noção complexa implicada em estruturas sociais e envolvem relações de poder”. Mas Santos (2004, p. 63) aponta, neste último item, uma ambiguidade que apresenta relação com “questões de legitimidade, de organização social dos recursos e do controle sobre ele”:

Se o caráter de periferia for legitimado através do acesso a uma crescente e cada vez mais intensa participação, estamos perante uma posição que progressivamente vai dar poder a quem aprende. Se, pelo contrário, a participação se mantém periférica [...] então estamos perante uma posição que impede o acesso ao poder.

Pode-se relacionar essas combinações entre os termos “participação”, “periférica” e “legítima” com as práticas cultivadas pela AIC com os jovens do exercício de posicionamento diante dos diversos temas abordados, conforme observado na pesquisa de campo. Os programas de televisão e de rádio criados pelos jovens da AIC apresentam os seus pontos de vista como no “quadro” “Debate no meio da rua”, em que os jovens se agrupam para discutir temas relevantes para eles, tendo como foco suas opiniões e, não necessariamente, a de especialistas. Enquanto a mídia declara a busca pela objetividade, em que os sujeitos que a produzem “não aparecem”, nos produtos midiáticos dos jovens da AIC fica evidente a busca pela subjetividade, ou seja, o foco em mostrar quem são aqueles jovens, o que pensam, o que fazem, o que querem para si e para o mundo.

Diante dos produtos midiáticos desenvolvidos pelos jovens aos quais tivemos acesso, não se busca desenvolver produtos de mídia com base em dados e pontos de vista oficiais, ou seja, de “autoridades” nos diversos temas. Ao tratar da sexualidade na adolescência, por exemplo, a mídia buscaria um sexólogo, um médico e um psicólogo para abordar o assunto. São as ditas “autoridades” da área. Além disso, provavelmente, utilizaria dados oficiais sobre a porcentagem de casos de gravidez entre jovens em determinado período. Observamos que, no caso da produção dos jovens da AIC, esse mesmo tema poderia ser tratado com base nas experiências dos jovens, daquilo que sabem sobre o assunto, ampliando para novos pontos de vista e conhecimentos. Sobre essa questão, a equipe técnica da instituição afirma:

pensar a aprendizagem como um *processo* é considerar não existir um início, mas um ponto de partida diverso a cada indivíduo, é construir um conhecimento junto desse jovem, com base em suas experiências anteriores. [...] A partir do momento em que o jovem se sente minimamente preparado para manejar as ferramentas de produção, existe o movimento de tentar *mostrar-se*. Não apenas por meio da captação da própria imagem, mas do seu ambiente, gostos, símbolos, modos de falar, cotidiano, sua história [...]. (LIMA, 2007, p. 73)

Esse posicionamento sobre os diversos temas e a busca por novos conhecimentos, tendo em vista as vivências dos jovens na AIC, podem ser caracterizados como essa busca pelo aprendizado no mundo social, com a participação em uma comunidade que lhes confere legitimação. Ao disseminar os pontos de vista, conhecimentos, visões de mundo e as vivências dessa comunidade, os jovens e educadores da AIC, que são os seus membros, buscam estabelecer novas formas de relações de poder.

É importante citar o conceito de comunidade de prática proposto por Lave e Wenger (1991), que seria o *locus* onde se dá a participação periférica legítima. Segundo Santos (2004, p. 66), o conceito de comunidade de prática proposto por Lave e Wenger articula-se com duas ideias fundamentais, a saber:

(i) o conhecimento existe numa comunidade de prática, e a excelência desse saber não está nos mestres, mas na organização dessa comunidade (da qual eles são membros e produto, tal como o são, também, os aprendizes); (ii) a aprendizagem é situada na prática, não como se tratasse de um processo independente que, por acaso, acontece num dado local ou situação, mas antes como “uma parte integral da prática social generativa no mundo vivido” (LAVE; WENGER, 1991 *apud* SANTOS, 2004, p. 66). As comunidades de prática não dependeriam, segundo os autores, de uma imposição institucional, já que elas se efetivam de maneira “improvisada”. No entanto, o contexto institucional exerce influência na qualidade da aprendizagem que proporciona aos membros da comunidade de prática, uma vez que ele também influencia o tipo de participação desses membros.

Essas questões podem ser relacionadas com as práticas dos jovens da AIC em se articularem com grupos culturais juvenis já existentes na cidade de Belo Horizonte e, também, de outros locais do País. Esse interesse transforma-se em ação por meio de várias estratégias. A AIC publicou, em 2005, um guia de bolso com o mapeamento de grupos culturais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a AIC, a ideia foi ampliar o contato com os representantes juvenis desses grupos, que já vinham participando de ações de produção de mídia na instituição. Assim, como resposta a esse processo “improvisado” de construção dessa nova comunidade, composta pela AIC e pelos grupos juvenis com os quais atuava, fortaleceu-se em 2007 uma estratégia da ONG em formar representantes de muitos desses grupos para acessar os meios de comunicação. Foram desenvolvidos documentários, clipes de música, dentre outros, que contam a história desses grupos, seus pontos de vista sobre temas e questões que consideram relevantes, bem como mostram o trabalho artístico e cultural que desenvolvem. Parte dessas produções foi veiculada pela Rede Minas e outra, utilizada em

eventos e, até mesmo, veiculada na internet, em sites de compartilhamento como o Youtube. Um exemplo é o clipe musical de Mc Jefinho. O músico participou do projeto RJC e de outros grupos culturais de Belo Horizonte. Em agosto e setembro de 2007, produziu o clipe *Moleque Correria*, em parceria com a AIC. Veiculado no Youtube, o clipe teve mais de oitenta e cinco mil acessos.

Durante a pesquisa, muitos dos representantes de outros grupos culturais interagiram com os jovens da AIC. O objetivo com essa interação foi o compartilhamento de conhecimentos, ideias, interesses e, principalmente, de ajudá-los a desenvolver os videodocumentários e clipes musicais, dentre outros tipos de produção midiática. Sobre essa preocupação de promover a articulação de diversos grupos culturais juvenis da cidade, os educadores da AIC reconhecem a necessidade de

[tecer] uma rede de mídias comunitárias que divulga e favorece o intercâmbio entre atores coletivos que lutam para promover a cultura e a cidadania do público juvenil. [...] [é interesse] potencializar o protagonismo e o acesso dos adolescentes e jovens aos meios de comunicação, de maneira a fortalecer e ampliar as redes de solidariedade existentes na cidade. (LIMA, 2006, p. 31)

Nesse processo de formação de redes, estabeleceram-se novas possibilidades de diálogo e de participação. Nesses momentos, os jovens dão dicas de eventos culturais na cidade, convidando uns aos outros para comparecer. Ao mesmo tempo, compartilham e discutem suas ideias, intenções, dificuldades e angústias no trabalho cultural que desenvolvem, o que gera o fortalecimento dos grupos. É um espaço, enfim, de criação de visibilidade entre os grupos e deles com a cidade.

### ***3.4.1 A relação entre jovens e educadores na AIC***

Os educadores da AIC são, sobretudo, profissionais das áreas de comunicação, artes visuais e cultura. Tendo em vista o trabalho que desenvolvem na ONG, autodenominam-se “propositores”. Segundo a equipe técnica da AIC, esse termo refere-se à proposta dos artistas plásticos brasileiros Ligia Clark e Hélio Oiticica, que consideravam que seus trabalhos artísticos eram proposições, já que tinham a intenção de estabelecer um diálogo com o

público, criando, nessa relação, significados para a obra de arte. Ou seja, no caso dos educadores da AIC, compreendem sua função como aquela de apresentar propostas de trabalho aos jovens e, a partir daí, acompanhar, de forma mediada e dialógica, a atuação deles. Ao referir-se ao papel do propositor nos jogos coletivos que desenvolvem na AIC, que resultam na produção de mídia pelos jovens, a equipe de educadores afirma:

Aos propositores dos jogos cabe a função de provocar e participar ativamente do jogo. Não basta deixar os jogadores brincarem. [...] muitas vezes os participantes sentem medo de se expor. Nesse momento, é importante a participação do propositor, que deve se transformar em um jogador. Ensina-se a jogar, jogando. O propositor nunca deve se transformar em juiz, nem em um técnico do time. Mesmo assumindo uma função diferenciada, ele faz parte do jogo e deve experienciar, criar, participar da solução dos problemas, incorporar o acaso e fazer novas proposições. (LIMA, 2007, p. 57)

Em 2007, a relação dos jovens sujeitos desta pesquisa com os educadores da AIC estabeleceu-se não na tradicional relação “educadores-educandos”. Essa relação foi marcada pelo compartilhamento dos diversos processos de produção de mídia e de outras atividades da instituição. Durante a pesquisa de campo, não observei momentos em que educadores ensinavam educandos a realizar determinada atividade. Nos diversos momentos em que educadores e jovens atuavam em conjunto, ficou claro um papel de troca e de construção coletiva dos diversos produtos midiáticos em questão. Ao longo da criação e do desenvolvimento de um produto midiático, os educadores provocavam os jovens, com questões, problematizações, contradições e afirmações sobre os temas. Muitas vezes, ajudavam a contextualizar as questões tratadas nas produções midiáticas, o que contribuía para a construção de conhecimentos pelos jovens e na ampliação da compreensão sobre o que se estava produzindo.

Importante explicitar que, em 2007, os jovens atuaram como estagiários da ONG, o que não os colocava no papel de “educandos” dos educadores da instituição. Por isso, por meio de entrevistas, retomamos as formas de relação entre estes jovens e os educadores da AIC, no momento em que aqueles participavam do processo de formação em produção de mídia realizado pela entidade.

É relevante afirmar que, na fala de todos os jovens, há a valorização dos educadores da AIC, principalmente, por possibilitarem o diálogo com os jovens e por proporem atividades em que eles pudessem expressar seus interesses, suas questões, suas ideias, seus desafios, suas dificuldades, seus problemas e sonhos, dentre outros.

A jovem Daniela relata como se dava a participação dos educadores nas atividades:

*A maioria do tempo eles ficavam tipo provocando a gente, como a agente ia fazer e puxando ideias da gente assim, para a gente poder produzir as coisas. Tinha uma coisa também deles, como é que fala? Contextualizar. Quando as mídias surgiram. Quando a TV surgiu, o rádio... Tinha muito dessa coisa de falar, como surgiu as coisas, como elas estão hoje, filmes, eles levavam muitos filmes para a gente assistir do Eduardo Coutinho, que eu achava muito legal, era essa coisa deles levarem essas produções para a gente ver outros olhares, de ouvir outras coisas, de ler outras coisas.*

Percebe-se, na fala de Daniela, uma postura educativa dos educadores que é evidenciada diante dos jovens. Promover a participação dos educandos, provocá-los a expor-lhes os pensamentos e pontos de vista, apresentar contextos e conhecimentos diversos em formato audiovisual, promover leituras de mundo são algumas das características de um processo educativo.

O jovem Otto relata que se sentia à vontade para se expressar diante dos educadores e, quando era o caso, de discordar de suas ideias e propostas. Segundo ele, *a forma como eram conduzidas as atividades favorecia com que a gente pudesse se abrir e falar: aqui tá bom, aqui tá ruim e tal.*

Otto aponta um aspecto da metodologia de trabalho na AIC que favorecia a participação e a garantia espaços para que os jovens pudessem se posicionar. A metodologia apontava aos jovens o objetivo de produzir mídia. A identificação dos temas, o processo de desenvolvimento das produções, as formas de participação de cada sujeito, dentre outras questões, eram definidas nessa relação entre jovens e educadores. Nada era decidido *a priori*, daí o caráter dialógico e processual do trabalho.

A jovem Fernanda também cita a metodologia de trabalho da AIC como algo relevante na construção da relação dos jovens com os educadores:

*A gente começou a estabelecer uma relação com o pessoal da coordenação, com os educadores daqui da AIC, da minha época, a gente aprendia, cada um [deles] trazia um pedacinho para a gente. Cada um trazia um modo de trabalho em grupo, uma coisa de autonomia. [...] às vezes está tão difícil tudo que a gente senta, conversa no corredor e já pensa, não chega nada pronto, o mais bacana aqui é que não chega nada pronto na sua mão. Te jogam uma pergunta e você já vai construindo coisas em cima disso, assim: ah, então porque que eu fiz assim? Isso aqui podia ser de outra forma...*

Nesse depoimento, Fernanda apontou outra questão que evidencia a intenção da AIC em possibilitar aos jovens a construção da autonomia. Nas observações e nas entrevistas, percebi a intencionalidade da equipe de educadores da ONG em estabelecer relações e realizar ações marcadas pela autonomia dos diversos participantes. E dar autonomia aos participantes significa considerá-los “interlocutores válidos” no processo de criação e realização de determinada ação.

Ao relembrar as características dos educadores com os quais teve contato na AIC, Carlos aponta algumas que observou em cada um deles, em especial a intenção de desafiar os jovens e a busca uma reflexão mais aprofundada sobre os temas tratados na produção de mídias e a abertura que davam para os jovens se expressarem e para o diálogo. Carlos cita a forma como via, inicialmente, uma das coordenadoras da ONG e como é a relação que estabeleceu com ela:

*No começo a gente via ela como a chefe e tal, aquela que detinha o poder, atualmente talvez seja uma das pessoas com quem a gente mais lida bem. Não sei se a gente que a via em um pedestal, mas ela hoje é no mesmo nível, hoje a conversa é legal, é legal estar com ela. [...] Cada um de nós tem o perfil muito parecido com cada um dos educadores que a gente teve: um é de um jeito mais turrão, outro é mais doce, mais carinhoso, um é menos comunicativo que o outro e cada um deles tinha esses perfis. Um é muito questionador, outro fala demais e não consegue amarrar as ideias...*

Os diferentes perfis dos educadores citados por Carlos não impediu que eles compartilhassem referências metodológicas que gerassem uma relação positiva com os jovens. Ao contrário, por meio dos depoimentos dos jovens, evidenciou-se que a individualidade de cada educador parecia articular-se com a proposta metodológica da ONG.



## **4 REPERCUSSÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS PROJETOS DA AIC**

Com base na análise desenvolvida no capítulo anterior e nas entrevistas com os sujeitos desta pesquisa, estabelecemos cinco eixos de análise que me pareceram centrais tendo em vista a compreensão da repercussão do trabalho da AIC na vida dos jovens. Esses eixos expressam significados que os jovens atribuem à experiência de terem participado nos projetos de produção de mídia realizados pela AIC.

O primeiro eixo descrito e analisado neste capítulo refere-se ao acesso e apropriação da cidade pelos jovens. O segundo está relacionado à participação juvenil. O terceiro relaciona-se às diversas relações estabelecidas pelos sujeitos desta pesquisa ao longo da participação nos projetos desenvolvidos pela AIC. O quarto diz respeito à intensa busca dos jovens por oportunidades de trabalho. Nossa intenção em relação a esse eixo é buscar compreender de que maneiras participar dos projetos realizados pela AIC teria contribuído ou dificultado o processo de inserção dos jovens no trabalho. E, finalmente, o quinto eixo de análise refere-se aos projetos de futuro dos jovens.

### **4.1 A cidade é minha comunidade**

Os 54 jovens que participaram dos projetos da AIC residem nas diversas regiões de Belo Horizonte, principalmente, nos bairros da periferia da cidade.<sup>35</sup> Assim, por não serem moradores do mesmo bairro onde a instituição está localizada, esses jovens acabam transitando pela cidade. Esse trânsito, conforme contam os próprios jovens entrevistados, configura-se como mero transitar, inicialmente, e acaba transformando-se em possibilidades de acesso a espaços públicos de cultura, lazer, trabalho e cidadania. Isso parece ter significado, para eles, uma mudança radical na relação que tinham com a cidade, tendo em vista a falta de acesso anterior a esses espaços, gerada por vários motivos, como a escassez de recursos financeiros para circular, da falta de “motivos” para transitar na cidade e do desconhecimento do direito de se fazer presente em espaços públicos.

---

<sup>35</sup> Importante citar que a inclusão de jovens de todas as regionais administrativas da cidade nos projetos da AIC foi declaradamente intencional.

Ao comentar a dicotomia entre o “espaço liso” e o “espaço estriado”, proposta por Deleuze e Guattari, Pais (2005a, p. 59) explicita que o espaço estriado refere-se à “espacialidade geométrica, homogênea, unívoca”, ao passo que o espaço liso está relacionado às características vivencial, sugerindo uma espacialidade antropológica. Tendo em vista o trânsito dos jovens no espaço, Pais (2005a, p. 59) afirma:

É essa mobilidade, característica do ‘espaço liso’, que alguns jovens procuram. Espaço de trânsitos, itinerantes, intersticiais, lugares de movimento e também de *cidadania* que se abrem a uma diversidade de usos, a uma multiplicidade de apropriações.

E é do trânsito no espaço liso que parece tratar-se a vivência dos jovens participantes dos projetos desenvolvidos pela AIC. Ao se locomoverem de suas casas até a região central da cidade, onde se encontravam para participar dos projetos da AIC, os jovens davam um primeiro passo na direção da apropriação da cidade. O segundo passo seria, então, a “ocupação” pelos jovens dos espaços públicos, estimulada pela equipe de educadores e coordenação da AIC. No depoimento de Carlos, a seguir, percebe-se que essa ocupação se dava pelo estímulo da equipe da AIC:

[Os educadores da AIC diziam] *Vocês têm que ocupar esses espaços [...] vocês tem que ir, vão sim, aquilo lá é de vocês também. Então, a Prefeitura e outros espaços, quando tinha aquelas festinhas e coquetezinhos básicos, prêmio do fulano, sicrano ou beltrano a gente era estimulado a ir mesmo. Palácio das Artes, Cine Humberto Mauro, onde acontecessem geralmente eventos que são ‘elitizados’, hoje a gente vai por prazer porque é uma coisa que a gente faz por gostar, entendeu? É isso, e a gente sempre vai em bloco.*

Observa-se, no depoimento de Carlos, que o estímulo inicial da equipe da AIC gerou desejo nos jovens em transitar, ou seja, desenvolveu-se um “gosto” em estar e fazer parte dos diversos espaços e acontecimentos da cidade. É importante destacar, também, a dimensão política do acesso à cidade atribuída por Carlos:

*É diferente até o jeito de você, por exemplo, pegar um ônibus, tem a discussão política por trás, que é o direito do acesso da cidade, quem pode ir quem não pode, o lance do passe livre, a gente conversava muito, entendeu?*

Nas palavras de Carlos, percebe-se que o próprio trabalho desenvolvido pela AIC estimula a dimensão política do acesso à cidade, ou seja, ao colocar em pauta, durante a

produção de mídia, essa questão, problematizando-a, a instituição parecia estimular uma reflexão crítica dos jovens, seguida por um posicionamento deles sobre o tema, que lhes impacta cotidianamente a vida. A falta de recursos para transitar se colocava como um impedimento aos jovens ao direito do acesso à cidade. Assim, essa parecia ser, segundo Carlos, uma discussão fundamental entre os jovens e educadores.

A produção midiática pelos jovens previa que eles mostrassem suas comunidades aos espectadores e leitores. Durante a produção desses produtos de comunicação, os jovens acabavam transitando pela cidade durante as filmagens. Os jovens que residiam em uma Regional de Belo Horizonte, assim, passavam a frequentar e conhecer as demais regiões da cidade. Estaria, aí, um terceiro passo dos jovens na direção da apropriação da cidade. Daniela conta os lugares que frequentou durante o processo de produção de mídia na AIC, que, segundo ela, possibilitou-lhe a saída do “mundo quadrado em que vivia: *Eu vou em altos lugares, vou no Alto Vera Cruz, vou na Serra, vou no Morro do Papagaio, cidadezinhas do interior, já fui em Contagem, em Itabira, em Itapeverica, sabe já andei muito, em vários lugares...*

O depoimento de Daniela aponta uma questão importante para as juventudes das grandes cidades, qual seja, o “enguetamento” que as cidades promovem, dificultando o acesso às possibilidades da própria cidade. Se em cidades pequenas não há as mesmas oportunidades de educação, cultura, lazer e trabalho que nas cidades grandes, nestas últimas, todas essas oportunidades não são, em muitos casos, apropriadas pelos seus moradores, que ficam em seus “pedaços”, conforme categorizou Magnani (2005, p. 278). As longas distâncias, a falta de acesso ao transporte público, a violência e o desconhecimento dos lugares podem ser apontados como alguns dos motivos para que os jovens, como afirmou Daniela, permaneçam em seus “quadrados”.

O transitar pela cidade, citado por Daniela como algo novo e importante para sua vida, foi categorizado por Magnani (2005, p. 178) com o termo “trajeto”, que se diferencia da categoria “pedaço”:

Enquanto [pedaço] remete a um território que funciona como ponto de referência – e, no caso da vida no bairro, evoca a permanência de laços de família, vizinhança, origem e outros –, trajeto aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas.

Transitar pela cidade parece ser importante para os jovens sujeitos desta pesquisa justamente pela oportunidade de ampliar os laços, tendo como novas referências os diversos espaços públicos e instituições nele localizadas.

Durante a produção dos programas de televisão pelos jovens, Belo Horizonte era vista como locação<sup>36</sup> das produções e como espaço de convivência e atuação deles. Os programas mostram as casas dos jovens, os seus bairros, os diversos espaços culturais e esportivos da cidade. Um dos “quadros” do programa de televisão Rede Jovem de Cidadania, veiculado na Rede Minas, por exemplo, chama-se “debate no meio da rua”. Nele, jovens, especialistas e populares discutem temas no formato “mesa redonda”. A discussão ocorre no meio de ruas e avenidas movimentadas de Belo Horizonte, no tempo entre o momento em que o sinal de trânsito fecha e abre para a passagem dos veículos. Assim, o quadro pretende promover a discussão de temas considerados importantes pelos jovens, ao mesmo tempo em que coloca em questão os espaços e o tempo de uma grande cidade, como é o caso de Belo Horizonte.

Esse “desvelar” da cidade nos programas ocorreu ao mesmo tempo em que ela se desvelou aos próprios jovens. Conforme relatam, ao produzir os programas temáticos, iam a locais antes desconhecidos. Conversavam com as pessoas daqueles locais e vivenciavam-lhes os acontecimentos. Assim, o processo de produção midiática significou uma possibilidade de apropriação das diversas “oportunidades” que a cidade oferece, seja nos campos da educação e cultura, seja em relação a trabalho, a relações afetivas e até mesmo para compreender melhor e *in loco* as diferenças sociais e econômicas existentes.

Essa nova relação dos jovens com a cidade, apropriando-se dos seus espaços e oportunidades, nos remete à categoria “circuito”, também proposta por Magnani (2005). Conforme o autor, esta categoria compreende:

o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial [...] possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos [...] [podendo o espaço] ser identificado, descrito, localizado. (MAGNANI, 2005, p. 178)

Com base nessa referência de Magnani, pode-se afirmar que fazer parte do grupo de jovens que produz mídia na AIC significou para eles a “entrada real” no circuito da cidade de Belo Horizonte.

---

<sup>36</sup> “Locação” é um termo técnico para designar o local onde é feita uma filmagem. As locações são utilizadas com a intenção de extrapolar os limites de um estúdio. Casas de entrevistados, vias e espaços públicos são exemplos de possibilidades de locação.

A jovem Fernanda demonstra uma compreensão que articula o trânsito pelos espaços da cidade à ampliação da noção de comunidade. O termo “comunidade” passa a significar não mais um bairro, mas o conjunto da cidade, ou seja, esse “circuito” a que se referiu Magnani (2005):

*Hoje em dia, eu acho que estou meio sem uma comunidade fixa, porque transito muito pela cidade, como eu nunca transitei na minha vida. Eu vou em casa só para dormir, também não sei se é ruim ou é bom, né? Eu acho que é um pouco ruim porque eu dei uma separada de lá da minha casa, mas para mim é bom porque estou vendo o tanto de coisa bacana que tem e que as pessoas ainda não conseguem utilizar isso tudo.*

O depoimento de Fernanda mostra algumas questões importantes em relação às dimensões educativas da AIC, quais sejam: a ampliação do acesso à cidade, a ampliação das relações que ela estabelece com a família e ampliação das informações sobre os acontecimentos da cidade.

Interessante notar, também, que o relato da jovem aponta que esse transitar pelos diversos locais de Belo Horizonte, de certa forma, a “tirou de casa”, o que não vai ao encontro do discurso de diversas instituições do Terceiro Setor, que expressam interesse em dar uma oportunidade para que os adolescentes e jovens “saíam da rua”. Ao contrário, pela experiência dessa jovem, estar na rua é, em si, uma oportunidade de ampliar as possibilidades de vida.

Esse estar na rua, vivenciado por Fernanda e seus colegas da AIC, com a intenção de produzir mídia, acaba possibilitando a vivência de “práticas educativas na cidade” (CARRANO, 2002, p. 214). Ao pesquisar grupos juvenis diversos na cidade de Angra dos Reis, Carrano (2002) constatou uma “grande variedade de situações, rituais e ocasiões concorrendo para um amplo processo de educação ampliada”. Segundo o autor, existem diversos “acontecimentos educativos” na cidade, dentre eles cursos de línguas, atividades de lazer, academias de esportes e cursos profissionalizantes. A pesquisa realizada por Carrano (2002, p. 215) aponta uma questão que pode contribuir na análise da apropriação da cidade pelos jovens da AIC, qual seja:

[...] práticas não-institucionais que se entrelaçam em diferentes espaços da cidade. Os sujeitos e grupos estabelecem relações comunicacionais entre si, e em diálogo com o conjunto das práticas urbanas. Nesse processo de trocas culturais significativas se envolvem, aproximam-se, antagonizam-se, e entrelaçam-se por práticas sem que necessariamente tomem consciência que essas relações podem ser efetivamente significativas.

Os jovens parecem ter vivenciado esse processo de “trocas culturais” com outros jovens e grupos juvenis que, de fato, segundo eles, possibilitou a criação e/ou ampliação de vínculos com a cidade. Esse “transitar” pela cidade, gerado pela participação nos projetos da AIC, foi destacado pelo jovem Otto:

*Antigamente a [minha] vida se resumia entre a escola [...] e minha casa, minha rua, meu bairro, né? Tava ali sempre, não saía dali. Vindo pra cá, aí tem possibilidade, aqui o próprio projeto proporcionou, de viajar pra outro estado, de conhecer lugares mesmo da cidade que até então não conhecia, um teatro, vários locais, enfim, a cidade como um todo, assim, praça sete, todo mundo falava, eu só via pela televisão, sabe, são espaços mesmos da cidade que eu até então não conhecia... uma vida de bairro é totalmente diferente de uma vida de cidade.*

Ao passar a ter a cidade como espaço de interação, apropriando-se de suas oportunidades e expondo-se, da mesma forma, aos seus riscos, como a violência que já o fez vítima, Otto evidencia essa dimensão educativa, vivenciada com base nos projetos, que possibilita não apenas o acesso aos meios de comunicação, mas, também, à própria cidade, antes desconhecida e inexplorada. Otto e Fernanda demonstram compreender que não transitar pela cidade e, assim, deixar de estabelecer relações com pessoas, outros grupos juvenis, lugares e instituições é uma forma reduzida de enxergar o mundo. Assim, Otto compara-se aos demais membros de sua família:

*Conhecer outros mundos, conhecer outras pessoas [...] É por isso que eu acho importante, porque [ficamos] num outro nível [em relação aos demais membros da família]... um nível que, pra depois, pra vida, vai fazer falta... quando é apresentado um leque de opções, você tem possibilidade de escolher.*

Nessa fala de Otto, evidenciam-se diversas questões importantes, passíveis de problematização. A primeira refere-se à noção de experiência, ou seja, ao “conhecer outros mundos”, fruto da apropriação da cidade, mais que ficar sabendo deles, os jovens os experimentam, vivenciando a diversidade de dimensões que os compõem.

Outra questão está relacionada ao futuro, ou seja, conhecer a cidade, com suas várias possibilidades, pode contribuir, também, para a ampliação de oportunidades futuras, entre elas as relacionadas ao trabalho. Importante ressaltar a importância da escolha, que em muitos casos não faz parte das possibilidades dos jovens das periferias das grandes cidades. Para muitos deles, não há muito a escolher, diante das poucas possibilidades a que têm acesso.

Se apropriar da cidade pode ser, então, a ampliação das possibilidades de escolha dos jovens, na visão de Otto. Conclui-se, assim, que, para Otto, a vivência dos projetos da AIC contribuiu para ampliar as possibilidades de escolha dos seus jovens.

A jovem Fernanda traz um novo elemento para a análise, que articula a sua presença nos espaços da cidade ao acesso a bens culturais. Assim, justifica o fato de ficar a maior parte de seu tempo fora de sua casa e, também, de seu bairro:

*Hoje em dia eu consigo saber o tanto de show, o tanto de coisa que a gente pode usar de oficinas porque é de graça, a gente vai, a gente participa, ou às vezes é cinco reais, dez reais, coisa que, hoje, eu acho que a gente tem condição de ir. [...] final de semana nem fico dentro de casa direito, vou para alguma oficina, vou dar alguma oficina ou vou para algum show, hoje eu saio bem mais do que antes do meu bairro, hoje acho que a minha comunidade está se fazendo o tempo inteiro, ela está em vários locais. Fixo, fixo mesmo eu não tenho não.*

Preocupada em acessar a cultura, Fernanda aborda a questão do acesso aos eventos culturais realizados na cidade, que envolve disponibilidade de recursos. Essa, aliás, é uma preocupação dos jovens brasileiros (IBASE/PÓLIS, 2005) que demonstram preocupação com o acesso à cultura. Segundo a pesquisa, a principal opção de lazer para os jovens das classes D e E são *shoppings* (53,8%), sendo que apenas 29,3% frequentam cinemas, 8,8% frequentam teatro e 7,2% vão a museus. Dos jovens pesquisados, 22,2% não costumam frequentar nenhum espaço de cultura e lazer, como os citados acima.

Nessa mesma pesquisa, concluiu-se que o acesso dos jovens de Belo Horizonte aos bens, aos serviços e aos espaços culturais está diretamente ligado à posição socioeconômica das pessoas. Ou seja, as desigualdades sociais se reproduzem no acesso das pessoas à cultura. Essas desigualdades parecem ter sido superadas pelos jovens que participam dos projetos da AIC, ou seja, apesar de estarem em desvantagem econômica, eles têm acesso à cultura. Todos os sujeitos desta pesquisa relataram que frequentam espaços culturais da cidade, como o Palácio das Artes, o Centro Cultural da UFMG e museus diversos, além de terem contato com grupos culturais de jovens e de comparecerem a eventos culturais gratuitos que acontecem na cidade, tal como o *Festival Internacional do Teatro e da Dança*. É necessário ressaltar que esse acesso à cultura, no caso desses jovens, efetivou-se à medida que eles passaram a acessar a própria cidade e, circulando, tomaram conhecimento e se apropriaram das oportunidades que a cidade oferece.

Outra questão levantada por Fernanda é a concentração de eventos culturais em locais onde há maior poder aquisitivo, o que gera a necessidade do deslocamento. Além disso, o jovem que não transita pela cidade, muitas vezes, nem fica sabendo da realização de eventos culturais do seu interesse.

Uma última dimensão refere-se à promoção da “visibilidade” desses jovens, em face da invisibilidade da população nas grandes cidades. É como se, ao saírem de seus bairros e irem ao encontro da cidade, seja transitando entre os espaços, participando de eventos culturais ou produzindo mídia tendo os espaços públicos como locação, esses jovens passassem a existir. Ou seja, assim como a cidade não existia para eles, que não transitavam por ela, eles não existiam para a cidade, por não se fazerem presentes nela. A jovem Daniela é uma das que expressam satisfação ao ser notada na cidade, saindo da “invisibilidade”:

*às vezes eu achava que as pessoas passavam por mim e não me viam, sabe, aí [meu namorado disse] não, você está muito enganada, a gente consegue te ver lá, consegue identificar, olha eu já vi aquela menina em vários lugares, ele falou isso comigo e fiquei: nossa, legal. Que bom que as pessoas me veem ali, eu não sou, não é que eu não sou só mais um, mas eles me veem ali, eu estou ali, estou participando de alguma forma, isso é muito legal, quando ele falou isso comigo eu fiquei tão feliz que vou passar a ir mais nos lugares, mais do que eu já vou.*

Essa questão pode se relacionar às reflexões de Diógenes (2003, p. 179), que pesquisou itinerários de jovens do Ceará que participam de torcidas organizadas, dos que frequentam bailes *funk* e dos que lutam *jiu-jítsu*. Os itinerários desses jovens são, obviamente, diferentes dos que Daniela e seus colegas dos projetos da AIC percorrem em Belo Horizonte. No entanto, é possível estabelecer um traço comum entre eles, qual seja, o de se fazer único e diferente, apesar de parte de um grupo, e de ser percebido no mundo, no caso de Daniela, pela produção de mídia:

*A alma da cidade, esse ponto onde o eu se decide, faz sua aparição quando cada corpo, coletivo ou individual, produz e expressa-se fora da pretensão de ser o uno, dissolve-se singularmente. É por isso que identificamos entre nossos personagens itinerantes tanta vontade de produzir diferenças, ser identificado como parte de: da galera, da torcida, da academia. (DIÓGENES, 2003, p. 179)*

Há outro ponto de vista em relação a esse processo dos jovens de “se mostrarem” à cidade. Ao descrever a participação dos jovens no processo de produção de mídia, a equipe



de educadores e coordenadores da AIC aponta que, após o momento inicial de apropriação técnica das ferramentas de produção, os jovens buscam “mostrar-se”. Assim, ao aparecerem na televisão mostrando-se e apresentando, de fato, a cidade aos espectadores que nela residem, é como se os jovens saíssem da invisibilidade, da mesma forma que tiravam a cidade da invisibilidade em relação a parte da população:

Não apenas por meio da captação da própria imagem, mas do seu ambiente, gostos, símbolos, modo de falar, cotidiano, sua história – tudo coisas que fazem parte de um processo de construção de uma identidade individual e coletiva por intermédio do vídeo. O jovem vislumbra a possibilidade de se ver representado na televisão e de se reconhecer na imagem por ele criada. (LIMA, 2007, p. 74)

Assim, ao se verem representados na televisão, por eles mesmos, como aqueles que frequentam os diversos espaços da cidade, os jovens se colocam como parte desse espaço. O “trânsito” pela cidade se virtualiza, ou seja, os jovens transitam efetivamente nos diversos espaços da cidade e, à medida que essas experiências são gravadas, editadas e exibidas na televisão, passam a transitar, virtualmente, pelos espectadores.

Esse trânsito real e virtual dos jovens pela cidade de Belo Horizonte pode ser considerado uma dimensão educativa do trabalho dessa instituição, dada, entre vários aspectos, a ampliação de oportunidades para que os jovens se encontrassem e com outras pessoas e instituições, além de promover o acesso e apropriação a bens culturais e simbólicos, interferindo nos processos da formação humana deles.

## **4.2 A participação juvenil**

A questão da participação juvenil vem sendo pauta de reflexões de diversos atores sociais, tais como representantes de instituições do Terceiro Setor, de acadêmicos, de representantes governamentais e de agências ligadas às Nações Unidas, além dos próprios jovens. Pretendemos, por isso, trazer alguns elementos da discussão sobre a participação juvenil, a fim de contribuir para a compreensão dos significados da participação para os jovens sujeitos desta pesquisa.

Uma das questões que parecerem relevantes entre os jovens pesquisados refere-se à participação, uma “herança” das discussões travadas pelos jovens na época em que eram educandos dos projetos de produção midiática da AIC. Muitas foram as oportunidades em que foram colocadas em pauta questões relacionadas à participação dos jovens em suas escolas, comunidade e famílias, por exemplo. A participação juvenil foi tema de produções de jornal, rádio e televisão dos jovens da AIC, da mesma forma que o próprio fazer desses jovens. Ou seja, ao promover oportunidades para que os jovens participassem de atividades de produção de mídia, os jovens experimentavam participar e, em alguns momentos, produziam meios de comunicação que propunham uma reflexão e debate sobre essa mesma experiência. Pode-se dizer que a criação, pelos jovens, do GCI está relacionada às práticas de participação desses jovens nas suas escolas, grupos juvenis e comunidades promovidas pela AIC.

Os jovens do GCI demonstraram ter incorporado fortemente a dimensão da participação em seu contexto. Em alguns casos, mais que um sentimento de importância, os jovens do grupo parecem ter necessidade de participar. Esse parece ser um dos motivos que levaram à criação do grupo: além de ser um espaço de sociabilidade e da possibilidade de se configurar como um trabalho e, conseqüentemente, gerar renda, o grupo é, para os seus jovens, um espaço de participação social.

A participação juvenil em questões sociais não é algo recente. A juventude participou de maneiras diferentes nos diversos contextos históricos, políticos e sociais brasileiros. Os movimentos estudantis marcaram época, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970, com a participação de jovens de classe média fazendo frente à ditadura, e na década de 1990, na mobilização dos jovens para pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Isso evidencia o caráter participativo dos jovens, principalmente, em questões relacionadas à política, dentre muitos outros exemplos.

Na década de 1990, quando se intensifica o surgimento de ONGs ligadas à educação, a Fundação Odebrecht realizou projetos sociais focados em promover a participação solidária de adolescentes de algumas capitais brasileiras, especialmente Salvador e Belo Horizonte. Nesses projetos, ocorriam ações de formação de adolescentes voluntários, com a intenção de promover espaços de participação desses adolescentes para buscar soluções de problemas reais em suas escolas e comunidades. Nessa mesma época, outras instituições do Terceiro Setor desenvolveram ações com foco semelhante. A participação de adolescentes e jovens em grupos esportivos, artístico-culturais, ambientais, de saúde e de ações comunitárias passou a ser denominada “protagonismo juvenil”.

Sob o ponto de vista da Fundação Odebrecht, a expressão protagonismo juvenil “diz respeito à atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla”. (COSTA, 2000, p. 22).

Essa expressão, conforme proposto pela Fundação Odebrecht à época, significava um olhar sobre os adolescentes não como os únicos responsáveis pelas mudanças sociais, mas, sim, como co-responsáveis pelos processos de mudanças, uma vez que tinham a possibilidade de atuar mais ativamente em seus contextos comunitários: “O objetivo é que os jovens possam ir construindo sua autonomia através da prática, da situação real, do corpo-a-corpo com a realidade, a partir da participação ativa, crítica e democrática em seu entorno social”. (COSTA, 2000, p. 23)

A Fundação Odebrecht explicita o tipo de relação pedagógica que propõe ao utilizar a expressão “protagonismo juvenil” da seguinte maneira:

O protagonismo juvenil não significa que os adultos devam lançar sobre os ombros dos jovens a responsabilidade de solucionar problemas que eles próprios, à sua maneira, não foram capazes de resolver. Ao contrário, o protagonismo preconiza um tipo de relação pedagógica que tem a solidariedade entre gerações como base, a colaboração educador-educando como meio e a autonomia do jovem como fim. (*Apud* COSTA, 2000, p. 248)

Essas referências da Fundação Odebrecht sobre o conceito de protagonismo juvenil influenciaram uma legião de instituições que atuam na área da educação, especialmente as ONGs. O conceito, no entanto, acabou sendo apropriado por muitas dessas instituições de forma pouco crítica e com contornos diferenciados.

A principal perda entre as diferentes compreensões do protagonismo juvenil refere-se ao fato de ele significar uma “relação pedagógica” cujo foco está na construção da autonomia pelos jovens, por meio de suas relações, inclusive com educadores. Diferentemente disso, a expressão parece ter tomado “vida própria”, sem que se tenham, necessariamente, compartilhado significados consistentes sobre ela. Assim, ela aparece em documentos de ONGs, do governo e de agências ligadas à ONU apresentando compreensões distintas, o que, segundo Souza (2006, p. 250) a caracterizaria não como um “consenso absoluto”, mas como um “discurso compartilhado”. Por isso, nos últimos anos, surgiram trabalhos que focam em analisar os significados dessa expressão e suas implicações nas práticas educativas desenvolvidas junto aos adolescentes e jovens.

Souza (2006) faz duras críticas ao consenso que teria sido criado em torno da expressão, tanto pelas ONGs quanto por acadêmicos, organismos internacionais e pelas próprias instituições governamentais mediante a análise de documentos publicados por essas organizações. A autora aponta o caráter prescritivo desse conjunto de organizações ao lidar com as questões políticas, econômicas e sociais que afetam a juventude.

O discurso do protagonismo juvenil, para Souza (2006), prescreve um modelo para a juventude baseado em dois tipos de comportamento: a atividade, ou o “fazer coisas”, e a defesa de interesses. A atividade é compreendida como uma prestação de serviços, muitas vezes nomeada como trabalho voluntário. A juventude, então, estaria sendo chamada a participar pela “implantação de políticas públicas”. A defesa dos interesses, por sua vez, consiste na participação dos jovens para formular as chamadas políticas públicas, o que requer “habilidade de comunicação e de negociação com outros indivíduos” (SOUZA, 2006, p.245). Assim, a autora critica o discurso do protagonismo juvenil:

Não acrescenta, nem aprofunda, apenas reitera as mesmas prescrições sobre o mesmo tipo de relação entre indivíduo e sociedade. No movimento de sua articulação, o discurso raramente introduz novas noções, radicalmente diferentes das anteriores, mas as atualiza, ou seja, tenta aparar arestas no plano da formulação, explicitando e enfatizando certos aspectos e omitindo outros, ou faz adequações conforme as relações de força do momento. (SOUZA, 2006, p. 245)

Outro autor que problematiza a expressão “protagonismo juvenil” é Dayrell *et al.* (2007, p. 68). O autor questiona os que compreendem o termo com a assunção de que uma postura de liderança e de adesão em uma ação transformadora seja algo inato aos jovens. Segundo Dayrell *et al.* (2007, p. 69), o protagonismo juvenil

é mais uma proposta do mundo adulto para os jovens, uma postura metodológica ou mesmo uma estratégia educativa do que uma característica própria da juventude como uma fase da vida. Sendo assim, o conceito em si não é auto-explicativo.

Concordamos com Dayrell (2007), assim como com Costa (2000), de que o protagonismo juvenil é uma “postura metodológica”, uma “relação pedagógica”. Nesse sentido, os jovens do GCI se disseram “jovens protagonistas”, relacionando o termo com a autonomia para desenvolver ações, ocupar espaços e participar ativamente dos acontecimentos. Ao problematizar o entendimento que têm do termo, Fernanda disse:

*É fazer e acontecer, é estar nos espaços, é utilizar desses espaços que tem, é fazer alguma coisa voltada para a juventude, não só para a juventude, mas criar em cima disso. É estar ativo mesmo nas coisas, é não esperar pelo outro, é conseguir construir uma coisa junto com outras pessoas, acho que é meio isso. Eu consigo com a ajuda de todo mundo também, não consigo sozinha não.*

Daniela define o jovem protagonista como sendo aquele que “se torna ator de alguma ação”. Questionada se é uma dessas jovens, ela respondeu que “ah sou, dessa história aqui eu acho que eu, acho não, tenho certeza. Do meu jeito, eu sou protagonista dessa história”.

O jovem Carlos define protagonismo como sinônimo de participação e analisa as diferentes formas de participação do jovem ao longo do tempo e atualmente:

*a juventude tem muito esse ‘Q’ de contestador, sempre teve essa energia de ir para frente, tomar iniciativa, sempre envolvia com um movimento aqui outro acolá. Mas, por exemplo, movimento estudantil já era, partido [político] já era, nós perdemos muita fé nesse tipo de organização e aí a gente começou a se envolver com ONG, associação de bairro, grêmios estudantis dentro das escolas, grêmios livres sem interferência de entidades, grupos culturais...*

O depoimento de Carlos aponta um olhar sobre as novas formas de participação juvenil. Nesse sentido, o Grupo Cultural Interação poderia ser um bom exemplo, já que apesar de ser um grupo que conta com a participação de vários jovens, que se dizem protagonistas, a forma de participação entre eles ocorre de maneiras distintas.

Ao lembrar do grupo de jovens que participaram dos projetos Rede Jovem de Cidadania e Cuco, realizados pela AIC, Carlos afirma:

*Na época que a gente começou na AIC, os 54 jovens e tudo mais, esse lance do protagonismo era muito forte, é o que estou falando, não era todo mundo, tinha gente que participava do seu jeito, por exemplo, tinha gente que era mais tímido, mais calado, que ficava mais na sua, protagonizava ideias, mas não protagonizava ações então muita gente não via. Então há níveis de participação, tem gente que é mais na sua, tem gente que é mais extrovertido como eu, tem gente que fala, fala e não diz nada.*

Interessante notar, nesta última fala de Carlos, a compreensão do jovem sobre os diferentes “níveis de participação”, referindo-se às maneiras diversas de participação dos jovens. Carlos pareceu atribuir significado ao protagonismo juvenil não como uma formação de lideranças, mas como uma atitude ativa dos jovens em seu contexto, com contornos

variados. Isso pôde ser verificado, inclusive, nas reuniões do GCI. As formas de participação de Otto e Fernanda diferenciavam-se das de Carlos, assim como das de Daniela, Igor, Bruno e Regina. Os primeiros pareciam assumir uma postura de liderança dos demais, o que foi legitimado formalmente pelo grupo. Apesar disso, não pareciam compreender que os demais não estavam atuando ativamente, pelo fato de não terem perfil de liderança. Daí o fato de se verem, todos, como protagonistas no âmbito do GCI.

Durante as observações, verifiquei que a participação dos jovens do GCI foi marcada pela busca da autonomia. As reuniões aconteciam no espaço da AIC, porém, por causa do horário de realização e da forma como o grupo se via em relação à ONG, independente dela, não houve participação de educadores e coordenadores da instituição. Apenas em duas ocasiões isso foi observado, quando uma educadora foi convidada pelos jovens para falar sobre relacionamento em grupos e, em outro momento, uma coordenadora da ONG participou da reunião GCI para propor a participação dos jovens em uma palestra que ela daria em uma universidade.

Importante destacar que o GCI foi criado pelos jovens, que se conheceram e participaram de atividades de produção midiática na AIC. A criação do grupo, então, deu-se como uma das consequências do trabalho realizado pela AIC, e não como resposta aos objetivos da instituição, como cita Otto: *O objetivo principal não era esse, né?* [Mas possibilitou isso] *porque ele dava todos os instrumentos para ele [o jovem] ser autor, dele poder se expressar ali...*

Assim, o interesse maior da AIC, em relação aos jovens, é de promover o acesso público às mídias, e não de gerar a criação de grupos mediante a formação de “jovens protagonistas”. Mesmo não tendo essa intenção, o processo de produção midiático gerou o desejo desses jovens em atuar como tal. As observações dos jovens nas atividades da AIC e o próprio surgimento do GCI evidenciam a disposição dos jovens pesquisados em participar. A metodologia de trabalho da AIC, que instiga os jovens em relação às questões que vivem e que promove a produção midiática pelos jovens, parece ter sido um incentivo para o desenvolvimento dessas práticas de participação dos jovens.

### 4.3 A dimensão da sociabilidade para os jovens

A sociabilidade é, sem dúvida, uma categoria importante quando se trata de juventude. A vontade em se sociabilizar parece ser um elemento motivador da participação de jovens em grupos. Ao longo das observações da participação dos jovens no cotidiano das ações realizadas pela AIC em 2007, também ficou evidenciada a importância da sociabilidade entre eles.

Os jovens do projeto RJC se agruparam de maneira variada durante as atividades. Em algumas delas, todos os jovens participavam. Em outras, eles subdividiam-se de acordo com as mídias (jornal, televisão, rádio e agência de notícias). Na produção de cada mídia, havia subdivisões, tendo em vista as funções que cada jovem exercia. Ao longo do tempo, os jovens experimentaram as produções de várias mídias e exerceram funções diversificadas, desenvolvendo atividades em grupos compostos por pessoas diferentes.

Questionados sobre a relação que estabeleceram com os demais jovens do grupo, nas atividades realizadas pela AIC entre 2003 e 2006, alguns jovens afirmaram que, em linhas gerais, era uma relação harmoniosa, informal e marcada pela busca da identificação entre pares. Havia muitas diferenças entre eles, sejam de gostos, sejam ideias, experiências anteriores, interesses, gêneros, raça, dentre outras. Assim, conforme Carlos, existiam “panelinhas”, ou seja, subagrupamentos no grupo, tendo em vista os perfis, as afinidades e os interesses individuais. Ao se referir aos subgrupos formados no RJC, Carlos, afirmou:

*A gente sempre tinha nossas panelinhas. No início, despertei tanto amores quanto ódios porque eu era uma pessoa que estava chegando de pára-quedas e estava começando a ter um destaque porque falava bem, me expressava com clareza e tinha muita gente que vinha, sei lá, de uma quebrada tal que falava uma gíria muito carregada e periférica e o povo achava que eu era folgado. Tinha muita gente que achava... metade do pessoal... uma das minhas melhores amigas hoje, por exemplo, me odiava. [...] porque eu era muito arrogante, mas fui começando a trabalhar isso, fui começando a achar o meu espaço sem invadir o espaço do outro, aí comecei a lidar melhor com as pessoas que tinham mais iniciativa.*

Nesse depoimento de Carlos, observa-se uma questão importante que permeou a relação entre os jovens do grupo: a relação com as diferenças, o que foi reiterado por muitos deles. Esse parece ter sido um desafio importante para os jovens do grupo, uma vez que eles eram subdivididos para a produção das mídias e, assim, acabavam realizando atividades

coletivas na maior parte do tempo. Assim, as diferenças evidenciavam-se à medida que a convivência acontecia entre os jovens. Aprender a lidar com as diferenças, mesmo que, em momentos, sem caráter harmônico, parece ser um aspecto que daria às atividades de produção midiáticas uma dimensão educativa significativa.

Nesse processo, era comum haver conflitos:

*Na verdade [a minha relação] pessoal com os jovens era tudo bom, todos eram ótimos, a gente trocava ideia, mas chegava na hora de produzir mesmo que era paulera [...] entrei num grupo só de menina, eu pensei: vai ser legal, mas eu nunca gostei de ficar em grupo só de menina, eu não tenho paciência não. Enfim, eu fiquei no grupo de menina, e eu [ficava] a fim de aprender, de fazer o programa, a gente sentava para discutir e as meninas começavam a falar de homem... que preguiça que me dava, eu olhava todos os grupos produzindo, todo mundo produzindo, e meu grupo lá, as meninas sentadas falando de outras coisas, sabe? E eu: gente... eu saí lá da minha casa, quase uma hora e venho para cá e fico aqui batendo papo? O que estou aproveitando?*

Diante de impasses causados pelas diferenças de interesses e de motivação pelo trabalho, Fernanda reagiu buscando realizar sozinha o trabalho de produção do programa de rádio, descrevendo tensões que perpassaram as relações com os demais jovens:

*Eu falei: eu quero é fazer, que eu não venho aqui para bater papo não, aí briguei e falei: vou sair desse grupo. Falei assim: vou pegar e fazer sozinha. Fiz um programa de rádio sozinha. Depois que eu fiz um programa sozinha elas brigaram comigo porque eu tinha feito sozinha, todo mundo acabou com os programas e elas não conseguiram fazer. Depois disso eu comecei: não está a fim não? Então eu vou pegar e fazer.*

As tensões parecem ser da ordem do envolvimento com o fazer midiático, ou seja, para ela aquele fazer tinha um sentido importante, o que a motivava a querer realizar as atividades. Diferentemente disso, suas colegas estavam interessadas em tratar de outros assuntos, o que se colocou como ponto de conflito. Fernanda incomodou-se com o conflito gerado e percebeu a necessidade de rever sua relação com os demais membros do grupo e, também, sua postura de buscar realizar a produção isoladamente:

*Com o tempo, falei: eu vou ter essa relação: não está a fim sai fora que eu faço? Não vai ser legal, porque assim não vou estar no meu papel também, eu acho que o meu papel é muito de estar ali no grupo, ajudar o grupo, porque quando você está num grupo vai querer que fica aí todo mundo e pode deixar que eu faço? Eu pensei muito, conversei muito com a*



*[educadora] e comecei a puxar o grupo. [Perguntava:] como a gente pode fazer? E fomos estabelecendo uma relação super legal [...].*

Dessa fala de Fernanda percebe-se uma aprendizagem na relação que estabeleceu com os colegas; ou seja, uma liderança no grupo, numa relação produtiva com os colegas, foi importante para que conseguissem realizar o programa de rádio que estava em desenvolvimento.

A sociabilidade entre os jovens recebe interferência das diferenças individuais. Daniela, por exemplo, se declara tímida, o que faz com que ela raramente expresse seus sentimentos, suas ideias, suas propostas aos colegas de grupo de forma coletivizada:

*No princípio foi muito difícil, extremamente difícil. Eu não conseguia falar muito, trocar ideia, no grupão, se eu queria falar alguma coisa com o menino lá da Regional Barreiro, eu ia lá e puxava a pessoa num canto e começava a trocar ideia com ela. Eu não consigo falar muitas vezes num 'grupão', mas eu consigo te puxar para um canto e trocar uma ideia com você, eu consigo situar o que está acontecendo ali, é uma coisa que eu fazia muito.*

No entanto, Daniela deixa perceber que o fato de não se expressar diante do grupo referia-se mais às suas características pessoais do que à compreensão de que suas ideias não contribuiriam para o trabalho ou à possível falta de abertura do grupo em escutá-la:

*Eu achava que as minhas ideias poderiam contribuir muito, ainda mais pelo fato de eu observar muito [...] na hora que eu ia falar todo mundo calava, esperava eu falar, porque quando eu falava de alguma forma ia ser utilizado, ia ser útil para alguma coisa [...] todo mundo calava e eu via como cuidado e eu achava bom essa coisa deles me darem o espaço para falar.*

Evidencia-se, nessa fala de Daniela, a dimensão da aprendizagem gerada pela convivência no grupo. Diante da dificuldade de Daniela de se expor em público e, ao mesmo tempo, reconhecendo que a jovem trazia contribuições, o grupo de jovens criava estratégias que garantiam o espaço para que ela se expressasse. Um duplo aprendizado: Daniela aprendia a importância de expor seus pensamentos e ideias, de forma a contribuir para o trabalho que estava sendo realizado e o grupo aprendia a respeitar as dificuldades da jovem.

O jovem Otto, por sua vez, lembra que, em 2004, foi criado um conselho de jovens para representar o grupo, que teria diálogo direto com a equipe de educadores e

coordenadores da AIC. Nesse processo de representação do grupo, segundo ele, houve necessidade de ampliar as relações no grupo de jovens:

*Na verdade, essa coisa de conversar com todo mundo foi a partir do conselho, foi formado o conselho de jovens... as próprias atividades do conselho, a partir das funções que ele tinha, me obrigavam a conversar com todo mundo, a ter que procurar as pessoas, né?*

A prática da representação aponta uma dimensão educativa, uma vez que demanda dos jovens uma articulação entre si, compreendendo os desejos, interesses e pontos de vista uns dos outros e, ao mesmo tempo, aceitando que o outro, diferente, é seu representante.

Pela análise das falas dos jovens sobre a relação que estabeleceram com seus pares nas ações de produção de mídia pode-se concluir que essas relações no grupo tiveram papel importante na formação dos jovens. Trabalhar em grupo, como ocorreu na maior parte das atividades, gerava conflitos de interesse, expunha as diferenças entre seus membros, evidenciava a diversidade de pontos de vista, demandava criar e ampliar espaços de comunicação. Ao lidar com tudo isso, com a intenção de compartilhar as diversas ações que geravam os produtos midiáticos veiculados na televisão, rádio e jornal, por exemplo, os jovens exercitaram um fazer coletivo e, também, uma postura tolerante e solidária em relação aos demais.

A sociabilidade, conforme observamos, coloca-se como uma importante dimensão educativa do trabalho da AIC. O fato de pertencer a um grupo com características e interesses diversos parece ter contribuído para que os jovens pesquisados construíssem significados em relação à convivência social e à participação em processos coletivos, ao mesmo tempo que pode ter influenciado na maneira como os jovens viam-se a si mesmos e seus gostos e interesses particulares.

#### 4.4 Os jovens e o trabalho

O trabalho ou, em muitos casos, a falta dele é uma das principais preocupações dos jovens brasileiros.<sup>37</sup> Os dados da pesquisa apontam que, para os jovens de Belo Horizonte, esta é a segunda principal preocupação, perdendo apenas para a violência/criminalidade. Para os jovens de São Paulo, Porto Alegre e do Distrito Federal, o item “trabalho/emprego/desemprego/falta de oportunidade” é o primeiro entre as preocupações deles.

A questão do trabalho entre os jovens, segundo Tommasi (2006, p. 34), é polêmica. Há pesquisadores que consideram essencial postergar o ingresso dos jovens no mundo do trabalho, o que permitiria a sua permanência na escola e, assim, a aquisição de certificação escolar e, conseqüentemente, o ingresso desses jovens em postos de trabalho mais interessantes para eles. No entanto, essa “promessa” de trabalho aos jovens com maior escolarização nem sempre é cumprida, dadas as formas de organização do mercado de trabalho na contemporaneidade.

Ao citar a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia*, Tommasi (2006, p. 35) realça os dados que apontam a desvantagem que o mercado de trabalho impõe às variáveis “sexo”, “faixa etária” e “classe social”, ou seja, as mulheres, os mais jovens e os mais pobres estão em desvantagem no mercado de trabalho, segundo os dados da pesquisa. O nível de instrução dos jovens, conforme evidenciado pela pesquisa, também influi na sua “empregabilidade”.

Esses dados, conforme Tommasi (2006, p.36), evidenciam impactos na vivência da juventude:

o desemprego assume um caráter dramático para os (as) jovens pois interrompe um percurso de conquista progressiva da autonomia e da transição para a vida adulta, que, como se sabe, tem como um dos pilares a emancipação econômica.

Essa discussão tornou-se necessária nesta pesquisa porque a questão do trabalho é importante nos percursos dos jovens, observado em suas falas, tendo em vista a participação deles nos projetos realizados pela AIC. A instituição não coloca a formação para o trabalho

---

<sup>37</sup> Conforme apontou a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia*, realizada pelo IBASE/POLIS.

como um foco de suas atividades, tampouco demonstra intencionalidade em encaminhar os jovens participantes de suas diversas atividades para o mercado de trabalho. Mesmo assim, a busca dos jovens pela participação nas atividades da AIC passa também pelo interesse em se formar, se qualificar e, assim, ter mais chance de ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Otto, por exemplo, buscou participar de uma oficina que seria realizada pela AIC em sua escola com a intenção de, posteriormente, trabalhar no telecentro:

*Foram fazer uma oficina lá na escola... eu não posso negar isso, fui motivado por uma necessidade financeira porque, até então, foi falado [pela escola] que haveria possibilidade, depois da formação, se eu passasse naquela formação, que eu poderia ser contratado pela escola para atuar no tele-centro...*

Há, em alguns casos, inicialmente, a compreensão dos jovens de que a entrada para participar das atividades de produção de mídia da ONG é equivalente a um “curso” que, possivelmente, desembocaria na possibilidade de um emprego no futuro. Esse é o caso de Otto, que diz ter compreendido inicialmente que a sua entrada para a AIC significava um emprego na área de comunicação. Tão logo iniciaram as atividades, percebeu que aquele era um lugar de formação, e não de trabalho. A bolsa em dinheiro que recebia mensalmente significava uma ajuda de custo para sua participação, e, não, um salário.

É importante destacar que a permanência dos jovens nas atividades desenvolvidas pela AIC ao longo do tempo tem ampla relação com a sua necessidade de gerar renda por meio de trabalhos nem sempre considerados “formais”. Assim, a maior parte deles enfrenta o “dilema” entre participar das ações de produção de mídia promovidas pela entidade e trabalhar para gerar renda para a família, segundo informam os próprios jovens e os educadores da ONG. Carlos expressa a pressão que a família exerce para que ele busque um emprego:

*Estou sobre forte pressão porque meu pai precisa de grana em casa, porque eu tenho que ajudar, talvez eu ajudaria muito mais se estivesse fora de lá [de casa], porque eu seria um peso a menos, um gasto a menos, porque ele que me sustenta, com 21 anos nas costas. Ele fica falando comigo: quando eu tinha 13 anos de idade eu já trabalhava. E eu: pois é cara, as coisas eram diferentes naquela época.*

A situação de Carlos com sua família é a expressão de uma “encruzilhada perversa” na qual está colocada a necessidade de gerar renda e, assim, garantir a

sobrevivência e o desejo em ter uma formação, o que poderia, eventualmente, possibilitar melhores oportunidades de trabalho. Importante destacar que essa situação vivida por Carlos é comum a muitos jovens das camadas populares da sociedade e que, como pano de fundo, estão as transformações das relações de produção e da própria sociedade.

A tentativa de Carlos para se inserir no “mercado de trabalho” coloca em questão outro dilema: a falta de experiência dificulta a inserção no mercado de trabalho, e a experiência só ocorre se o jovem tiver oportunidade de trabalhar:

O desemprego entre os(as) jovens brasileiros(as) é significativamente superior ao do restante da população. [...] Postos de trabalho que eram tradicionalmente ocupados pós jovens sem experiência profissional são hoje ocupados por adultos(as) com prévia experiência – esta uma exigência para ocupação de vagas cada vez mais recorrente e inibidora do acesso dos(as) jovens aos postos de trabalho. (IBASE/POLIS, 2005, p. 29)

Ao definir que, entre suas prioridades, se destacam finalizar a escolarização e participar em atividades diversas de produção de mídia na AIC e no GCI, Carlos posterga o momento de lutar, de fato, por um espaço no mercado de trabalho. O choque entre os interesses de Carlos e de seu pai, que tem a expectativa de que o jovem já tivesse ingressado no mercado de trabalho, evidencia o dilema: estudar e se formar para buscar um emprego que responda aos interesses e desejos ou buscar um trabalho para responder às necessidades de geração de renda?

Essa questão também é explicitada por Tommasi (2006, p. 38):

Quando jovens se deparam com a realidade excludente do mercado de trabalho, dão início a um processo de desmascaramento de algumas promessas de inclusão. Percebem que a conquista de uma escolaridade longa, um avanço em relação à geração de seus pais, não surte os efeitos esperados.

E, de fato, apesar de todos os jovens sujeitos desta pesquisa terem finalizado os estudos, à exceção de Carlos, que está em processo de finalização do ensino médio, e de terem participado, por um período longo, dos projetos de produção midiática da AIC, com a sua dimensão educativa, tudo isso não lhes garante, necessariamente, um espaço no mercado de trabalho, como será descrito adiante.

A questão do trabalho para esses jovens é de tamanha importância que influenciou na sua participação nas ações realizadas pela ONG. Muitos deles optaram, em algum momento,

por trabalhar, abandonando a participação nos projetos da ONG, apesar da vontade declarada em permanecer. Há muitos jovens que conseguem conciliar a participação na AIC com o trabalho e a escola, em horários alternados, como é o caso de Daniela. A jovem trabalhou em padaria, cuidando de crianças e até em uma grande rede de roupas, ao mesmo tempo em que participava dos projetos Rede Jovem de Cidadania e Cuco. Assim, gerava renda para si mesma e para sua família, participava das atividades da AIC e estudava à noite. Essa sobrecarga de atividades de Daniela está relacionada às suas condições de vida, ou seja, a necessidade de gerar renda, a crença que o estudo pode significar melhores oportunidades de trabalho no futuro e o desejo de manter a participação nos projetos de produção de mídia realizados pela AIC.

Questionada se a participação no projeto teria ajudado ou atrapalhado sua atuação no trabalho, Daniela respondeu:

*[Ajudou] na questão do diálogo com as pessoas, igual no primeiro emprego meu, eu ficava igual um robzinho fazendo as coisas e não falava nada com ninguém, era só passar o cartão quando chegava e ficava lá fazendo as minhas coisas, nem trocava ideia com ninguém. Passei na entrevista beleza e tal, quando eu comecei a ficar nos dois espaços mesmo, que é totalmente diferente trabalhar numa empresa, trabalhar como secretária, faxineira, as coisas que eu trabalhei durante o processo que eu estava aqui [na AIC], né? Era coisa de... ah, uma coisa ajudava a outra a questão de conversar, de dialogar, de entender o que as pessoas estavam falando, de saber ouvir as pessoas...*

Uma vez inserida no mercado de trabalho, mesmo não sendo na profissão que havia decidido seguir, Daniela reconhece que a escolarização e a participação nos projetos da AIC foram importantes. Daniela decidiu, em 2007, dedicar-se à participação nas atividades da AIC, do GCI e a realizar oficinas remuneradas no projeto “Fica Vivo!”,<sup>38</sup> realizado pelo Estado. Tentou inserir-se em uma faculdade por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni)<sup>39</sup> e demitiu-se do emprego na rede de lojas de roupas em que trabalhava. No final de 2007, durante conversa informal, a jovem afirmou que não conseguiu uma vaga na faculdade e a sua participação nas ações da AIC seria descontínua, dada a falta de recursos no projeto em que atuava. Continuará apenas realizando as oficinas no “Fica Vivo!” Por isso, estava novamente em busca de emprego. A grande necessidade em gerar renda a fazia buscar

<sup>38</sup> O “Fica Vivo!” é um programa de controle de homicídios realizado pelo CRISP/UFMG, polícia militar e civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público e Prefeitura de Belo Horizonte, dentre outras instituições.

<sup>39</sup> O ProUni é realizado pelo Governo Federal com a intenção de conceder bolsas de estudos de graduação para jovens egressos da rede pública ou bolsistas da rede particular.

oportunidades em qualquer área, apesar da preferência em trabalhos relacionados à educação, comunicação e cultura. Essa realidade pode significar que a participação dos jovens nos projetos de produção de mídia realizados pela AIC não lhes garante, necessariamente, oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho, apesar de contribuir para isso. Apesar disso, os jovens afirmam que a participação nesses projetos foi importante para que desenvolvessem habilidades e competências que podem ser importantes no momento em que estão inseridos no mercado de trabalho. Para esses jovens, evidenciou-se uma estreita relação entre suas escolhas profissionais e as experiências vivenciadas na AIC, o que configuraria uma influência direta dessas experiências nas escolhas profissionais dos jovens, tendo em vista o seu olhar para o futuro.

Importante dizer que os educadores e os próprios jovens que permanecem nas atividades da ONG afirmam que um dos motivos principais da evasão dos participantes dos projetos é a necessidade de trabalhar e gerar renda para a sobrevivência da família. A maior parte dos 54 jovens que iniciaram sua participação nas atividades do projeto Rede Jovem de Cidadania, em 2003, interromperam o vínculo rotineiro com a instituição antes de 2007. Alguns mantêm vínculos pontuais, participando de reuniões e atividades eventuais.

A participação dos jovens nas atividades da ONG em determinado ano não os obriga a permanecer nos anos subsequentes, ou seja, não há um tempo mínimo e nem um tempo médio de participação, uma vez que o vínculo estabelecido entre a AIC e os jovens é decorrente da vontade e da disponibilidade deles em participar. Assim, eles têm liberdade para interromper sua participação no momento que lhes convier. E, segundo explicitaram os jovens sujeitos desta pesquisa, a maior parte dos seus colegas interromperam sua participação nos projetos realizados pela AIC para buscar oportunidades de trabalho, contribuindo para elevar a renda familiar. Evidencia-se, aí, uma “expressão da desigualdade”, ou seja, por um lado, o jovem deseja estar no projeto ao compreender que ele pode ser importante para que novas e melhores perspectivas se abram no futuro. Por outro lado, o jovem não pode participar, pois precisa pensar na sobrevivência imediata. Esse fato pode colocar em xeque a existência de projetos como esse, uma vez que, em muitos casos, eles não resolvem essa questão, que está localizada em uma esfera que as ONGs, na maioria dos casos, não têm como atuar.

A questão do trabalho torna-se mais relevante à medida que se observa que Otto, Fernanda e Daniela desenvolveram trabalhos remunerados no campo da educação e da produção de mídia em 2007. Evidencia-se aí que, se por um lado a formação realizada pela AIC com os jovens não lhes garante acesso e permanência no “mercado de trabalho”, por

outro, pode abrir-lhes portas para atuação profissional nas áreas de atuação da própria AIC. Nesse sentido, a participação nos projetos da AIC contribuiu para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades em áreas como a educação, a comunicação e a cultura, mas, também, ampliou as relações dos jovens com profissionais e instituições dessas áreas. Assim, ao “transitar” por novos espaços e conviver com novas pessoas, ampliaram os contatos possíveis para a realização de trabalhos.

Otto, por exemplo, atuou como estagiário da própria AIC, contratado com base em um processo seletivo interno. O jovem foi contratado com carteira assinada, trabalhando meio horário diário, sendo que no outro turno cursava a faculdade. Fernanda também foi contratada da mesma forma, sendo que o outro período diário dedicou a atividades na área da produção midiática, também remuneradas, em outra instituição. Já Daniela dividiu seu tempo de trabalho entre a AIC e uma loja de roupas, mesclando dois tipos diferentes de atuação.

Esses jovens demonstram que as experiências na AIC deixaram marcas que refletem em suas escolhas profissionais. Fernanda, por exemplo, quer fazer faculdade e afirma que a escolha da carreira ainda está indefinida, mas deve relacionar-se ao que ela desenvolve na AIC. Durante conversas informais, a jovem demonstrou que quer dar continuidade ao desenvolvimento de “oficinas”, seja em escolas, seja em projetos de grupos e instituições, nesse caso, a AIC, o GCI ou outros. Assim, evidencia-se uma estreita relação entre as escolhas profissionais de Fernanda e as experiências que teve na AIC.

Otto tinha a intenção de ser professor antes mesmo de entrar para a AIC. Segundo ele, a entrada para a faculdade no curso de Fisioterapia foi “acidental”. Queria fazer Pedagogia ou Letras, mas, pelas regras do ProUni, acabou sendo incluído na última opção de curso que fizera na ficha de inscrição. Quando fala de trabalho, Otto coloca como possibilidade a articulação entre as áreas de saúde e de comunicação, tendo em vista sua formação acadêmica e a formação recebida na AIC:

*Eu me sinto uma pessoa apta a desenvolver qualquer tipo de trabalho, e aí tanto voltado pra área da saúde como na área de comunicação. Porque o trabalho da AIC é... pensando por exemplo na área da saúde... que aí não é simplesmente curar, ir ali e reabilitar a pessoa mas tem todo um processo de como relacionar, de como se comunicar, de ter uma atenção, um outro tipo de atenção ali que não é só aquela é... terapeuta-paciente no sentido de dizer: vou te consertar, não é só isso. É... eu me sinto capaz mesmo de poder desenvolver qualquer ação, qualquer projeto seja em qual área que for, seja qual projeto for, voltados pra essas duas áreas que eu sei, né, que eu aprendi...*



Importante reconhecer, no posicionamento de Otto, que a participação nos projetos da AIC parece ter contribuído para que ele construísse uma visão de mundo diferente. O jovem, em seu depoimento, explicita que essa visão de mundo interfere na maneira como compreende sua futura profissão não apenas como um “curador de doenças”, mas como um profissional capaz de, por meio de seus conhecimentos e habilidades, ampliar a qualidade de vida de seus pacientes.

Na fala de Otto fica evidenciada, também, a influência das experiências que viveu na AIC nas suas escolhas profissionais. Cursar uma faculdade, segundo ele próprio afirma, o diferencia dos membros de sua família e de muitos jovens com quem convive, que não tiveram a mesma oportunidade. No entanto, ele pretende articular os conhecimentos que estão sendo adquiridos na faculdade com os conhecimentos e habilidades adquiridos e as competências desenvolvidas nas atividades de produção de mídia realizadas pela AIC. Importante comentar que a área em que Otto irá atuar, conforme informado, não partiu de sua escolha, mas da possibilidade oferecida pelo Pró-Uni. Apesar disso, Otto afirmou estar satisfeito com a nova profissão.

Mesmo sabendo das contribuições que a AIC possibilita aos jovens na busca por oportunidades de trabalho, é necessário explicitar que a preocupação dos jovens em relação à inserção e permanência no trabalho não se dissipou, já que o mercado de trabalho impõe limites e restrições. As taxas de desemprego no País são expressivas, e cursar uma faculdade ou participar de projetos socioeducativos não são garantias de oportunidades de emprego no futuro.

Antes de finalizar as reflexões sobre as possíveis influências da participação nos projetos da AIC nas escolhas e oportunidades de trabalho dos jovens, é importante apontar que a criação do GCI por esses jovens pode significar uma importante opção para eles. Assim, iriam no caminho inverso àquele proposto por diversas investigações sobre juventude e trabalho que, segundo Blass (2006, p, 57),

[...] perseguem uma ideia de trabalho que se reduz o emprego, ou trabalho assalariado, como a única possibilidade para se obter rendimentos. Apesar de alguns estudos sociológicos discriminarem trabalho e emprego, seu principal objetivo seria chamar a atenção para expansão do emprego informal, principalmente, entre os jovens empregados no setor de serviços. Assim, ficam ocultos os chamados ‘trabalhadores por conta própria’, homens e mulheres que podem ou não desempenhar atividades não fabris.

O GCI, que está em processo de implantação, já possibilitou aos jovens a realização de ações remuneradas em 2007, apesar de pontuais. Eles estão buscando aprovar projetos com financiadores, o que possibilitaria a remuneração dos seus membros pelas ações que realizam e pretendem realizar. A inserção do grupo informalmente no “mercado” do Terceiro Setor pode significar para os jovens a possibilidade de articular conhecimentos, habilidades e competências em educação, comunicação e cultura, desenvolvidas no período em que participaram dos projetos da AIC, com a necessidade de gerar renda e o desejo de realizar trabalhos vinculados aos seus projetos de futuro. É importante citar, no entanto, que as condições de atuação desses jovens não parecem ideais às suas necessidades, já que eles não possuem sede própria, recursos fixos para remunerar seus membros ou para adquirir bens materiais.

A questão do trabalho, conforme observado, apareceu como foco importante durante as observações e entrevistas com os jovens. É parte das preocupações do presente e não como algo localizado no futuro. Evidenciou-se que a participação nos projetos da AIC teve influência nas escolhas dos jovens em relação à atuação profissional. A maior parte deles está trabalhando ou pretende trabalhar nas áreas da comunicação, educação e cultura. Ao participar dos projetos da AIC, os jovens estabeleceram contatos com pessoas e instituições diversas, além de terem construído conhecimentos que contribuem para ampliar as possibilidades de acesso ao mercado do trabalho. No entanto, verificou-se que a participação nos projetos da AIC não é garantia de trabalho no futuro, o que acabou configurando-se como realidade para muitos dos jovens.

#### ***4.4.1 Os jovens e seus projetos de futuro***

Uma das questões que permeiam o mundo juvenil parece ser a relação entre presente e futuro. Ao mesmo tempo que experimentam o presente, vivenciando as descobertas, os conflitos, as emoções, as formas diferentes de se relacionar com os outros, jovens ou não, e com o mundo, a juventude tende a colocar em sua “pauta” um olhar sobre o futuro, mais amplo para alguns e mais restrito para outros.

Nesse processo de pensar o futuro, vivenciado pelos jovens, encontra-se o contexto do mundo atual, marcado por intensas mudanças, crises e incertezas. Assim, segundo Dayrell (2005, p. 34),

o jovem se defronta com perguntas como: ‘quem sou eu?’, ‘para onde vou?’, ‘qual rumo devo dar à minha vida?’. Questões que remetem à identidade e ao projeto de vida, duas dimensões que aparecem interligadas e são decisivas durante seu amadurecimento.

Durante as observações desta pesquisa, as questões a que Dayrell (2005) se referiu fizeram parte da experiência dos jovens nas atividades de produção de mídia realizadas pela AIC. Ao produzir programas de rádio e de televisão, por exemplo, os jovens garantiram um espaço para que comunicassem suas experiências e pontos de vista sobre uma diversidade de temas e questões que fazem parte da vida dos jovens e da população das grandes cidades. Assim, eles vivenciaram um processo de construção de identidade, que se deu mediante as relações que cada um estabeleceu com os outros e com o mundo, e um processo de conhecimento e reconhecimento da realidade mediante um olhar sobre si mesmos, sobre suas comunidades e sobre as diversas questões que os impactam. Essas duas variáveis – da construção da identidade e do conhecimento da realidade –, segundo Dayrell (2005, p. 36), interferem na elaboração, pelos jovens, de seus projetos de vida.

Nas conversas informais, observações e entrevistas com os jovens, percebemos que os projetos que têm para o futuro próximo relacionam-se, de maneiras variadas, com a experiência de participação nas ações da AIC, em especial os projetos desses jovens relacionados à entrada e permanência no mercado de trabalho, como já observado no item anterior deste capítulo.

Outra influência direta da ação da AIC nos projetos de futuro desses jovens, observados ao longo de 2007, é a própria constituição do GCI. Com base na participação nas ações realizadas pela AIC e nas aprendizagens que tiveram durante esse tempo, os jovens decidiram criar o grupo e colocam-no entre suas expectativas para o futuro. Fazem planos para que o grupo se torne mais independente da AIC, tendo espaço físico, parceiros e financiadores próprios.

Ao falar sobre a influência de sua participação nas atividades da AIC na definição de seus projetos de futuro, a jovem Fernanda afirmou:

*[influenciou] tudo, tanto na vida pessoal como na vida profissional. [...] Eu tento buscar tanto para a minha vida profissional que é de estar*

*aprendendo, se eu não chegar a trabalhar aqui [na AIC], por exemplo, no ano que vem eu vou para outro lugar. Minha vontade não é trabalhar numa loja, claro que não, eu tenho até medo, mas eu quero trabalhar disso, eu quero criar um projeto com um grupo agora, voltado para as pessoas, para as comunidades, para grupos.*

Evidencia-se uma relação estreita entre a vivência anterior de Fernanda na AIC e seus projetos para o futuro próximo. Interessante notar que a jovem coloca em seus planos futuros a possibilidade de trabalhar na própria AIC, apesar de não descartar outras possibilidades. Isso parece estar relacionado ao fato de o “jeito” de trabalhar da jovem, ou seja, suas competências e habilidades de trabalho, ter relação com aquelas competências necessárias ao fazer da AIC.

Em termos de escolha profissional, Daniela decidiu fazer Comunicação Social após a participação nos projetos realizados pela AIC e justifica:

*Influencia nas escolhas profissionais, como por exemplo, antes eu estava perdida que faculdade que eu ia fazer, ficava na dúvida, ia sair da escola e o que eu vou fazer? Não faço a mínima ideia... depois, quando eu entrei [pra AIC], falei: quero fazer comunicação social.*

A fala de Daniela evidencia a relação existente entre sua experiência de produção de mídia e sua escolha profissional, assim como no caso de Fernanda.

O jovem Carlos diz ter escolhido a mesma profissão que Daniela. No entanto, é mais explícito ao se propor desenvolver trabalhos que articulem os campos da educação e da comunicação, como faz a AIC:

*Eu pretendo continuar na área da comunicação, pretendo fazer algum trabalho que eu consiga aliar a educação e a comunicação, talvez eu não precise ser professor, mas atuar nesse meio, seja na área de pesquisa, seja no Terceiro Setor, seja através de projetos...*

Na fala de Carlos, também fica claro que sua intenção em relação ao futuro refere-se à atuação nos campos da educação e comunicação, como foi sua vivência até então na AIC.

Ao tratar dos projetos de futuro, o jovem Otto pretende articular os conhecimentos na área de comunicação aos da área de saúde, uma vez que está cursando Fisioterapia:

*Nesse período de dois anos é a conclusão da faculdade... Vai depender de muita coisa, né?, até eu concluir a faculdade aí no decorrer dos estágios e dos trabalhos posso vir a ter contato com a ideia... na verdade é desenvolver um projeto de saúde, comunicação e aí envolvendo a própria faculdade, não*

*sei como, penso isso mais quando tiver mais experiência, ter tido contato mesmo com os pacientes.*

A intenção de articular as áreas de saúde e de comunicação parece explicitar o interesse de Otto em “praticar” os conhecimentos e habilidades adquiridos, nos últimos anos, na faculdade e na AIC. Ou seja, o jovem tem a intenção, no futuro, de utilizar esses conhecimentos distintos como forma de responder aos seus desejos profissionais e a necessidade de gerar renda.

Sobre os caminhos profissionais que pretende seguir, Fernanda afirma:

*Queria continuar com isso que eu faço, queria viver disso. Eu sei que quem vive de oficina é a maior paulera, porque um dia você tem uma oficina para dar e no outro você não tem, um dia seu projeto é aceito e outro dia seu projeto não.*

Ao fazer essa afirmação, Fernanda inicia uma discussão sobre os medos, as angústias, comuns a quem está iniciando sua trajetória profissional, com todas as dúvidas diante de um mundo de incertezas. Fernanda, assim como seus colegas, se envolve no que Pais (2005 a, p. 58) nomeia de “trajetórias ioiô”, comuns aos jovens contemporâneo. Segundo Pais (2005a, p. 58),

perante estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém...

O medo expresso pela jovem Fernanda é o de ter de trabalhar em algo que se distancia dos seus interesses e objetivos, quer dizer, o de realizar atividades de produção de mídia de maneira articulada com grupos de jovens. Assim, sua angústia no campo profissional refere-se ao repúdio em ter de viver os “movimentos autênticos de vaivém” citados por Pais (2005a, p. 58):

[Os jovens] saem de casa dos pais, para qualquer dia voltarem; abandonam os estudos, para os retomarem tempos passados; encontram um emprego, e em qualquer momento se veem sem ele; as suas paixões são como ‘vãos de borboleta’, sem pouso certo; se casam, não é certo que seja para toda a vida...

A questão do receio quanto às incertezas do futuro, apontada por Fernanda e também pelos seus colegas, está relacionada às considerações de Leccardi (2005, p. 50) que também demarca as possibilidades e a insegurança diante do futuro:

O futuro é relacionado, assim, com a abertura potencial – o futuro constitui, hoje mais do que nunca, o espaço do devir possível –, mas, ao mesmo tempo, com uma indeterminação expressa, com frequência cada vez maior, com insegurança.

A jovem Daniela também mostra angústia diante das incertezas quanto ao futuro, em termos de oportunidades de trabalho:

*Ah, eu estou meio assim... igual: o ano está acabando, o contrato [com a AIC] acabou, e eu fiz umas loucuras aí, eu estava trabalhando em outro lugar eu saí. Agora estou só no Fica Vivo!... eu estou meio... sei que eu vou fazer inscrição no Pro-Uni, eu consegui uma nota boa, já me inscrevi, amanhã vai sair os resultados, vê: se eu consegui entrar em alguma faculdade o ano que vem...*

Os interesses de Daniela quanto ao futuro, em especial o de fazer faculdade, misturam-se com o receio de não ter trabalho e, assim, afetar as condições financeiras de sua família. O trabalho como “oficineira”, no “Fica Vivo!”, parece não ser suficiente para responder às necessidades de gerar renda e desejos profissionais da jovem.

Mas os planos dos jovens não se resumem à profissão e ao trabalho. Ao ser questionada sobre os seus planos para o futuro, Fernanda disse:

*Na vida pessoal eu quero casar o mais cedo possível, quero construir uma família, ter um filho, queria crescer mais, junto com o meu filho. Na minha casa, continuar com o diálogo que eu não tinha com a minha mãe, continuar essas coisas dentro de casa, continuar ajudando em casa...*

As aprendizagens na AIC parecem ter interferido nas relações de Fernanda com sua família, conforme demonstrado em sua fala. Ao exercitar o diálogo na AIC e o posicionamento diante das questões importantes, a jovem “transferiu” essas habilidades para sua vida familiar, o que teria, segundo ela, contribuído para aumentar a harmonia na família.

O jovem Otto, ao pensar no futuro próximo, fala sobre a necessidade que sente de morar na região central da cidade, para facilitar o acesso ao seu trabalho e à faculdade:

*Esse ano a ideia já é sair de casa, ter um outro ambiente, até pra possibilitar que as coisas aconteçam mesmo, porque fazer uma viagem todo dia tá difícil, daqui do centro até em casa é foda, uma hora todo dia, pra voltar, e dependendo do horário que volta, é dormir meia noite e acordar as seis horas da manhã, hoje mesmo eu nem consegui acordar pra ir na aula pra você ter uma ideia, aí já começa a dar errado, é uma situação que eu já não gosto...*

Sair de casa, ter o espaço dele, parece já ser um passo importante de Otto na realização de seus projetos de futuro, uma vez que significa um novo momento pessoal do jovem, que passa a se ver de forma mais autônoma em relação a sua família, sendo capaz de prover suas necessidades de sobrevivência por meio do seu trabalho. Assim, segundo ele, também terá melhores condições de finalizar seus estudos universitários.

Mas seria possível compreender que a criação do GCI pelos jovens responde aos interesses deles em relação ao futuro?

Por meio das observações das reuniões e atividades do GCI e das entrevistas com os jovens é possível apontar que um dos seus interesses em consolidar o GCI refere-se à possibilidade de, por meio dele, realizarem seus projetos de futuro. Esse parece ser um dos grandes motivadores do esforço que os jovens fizeram para participar das reuniões do grupo em 2007, que, em muitos casos, ocorreram à noite, após um dia de trabalho intenso para a maior parte deles. Além disso, importante retomar o fato de que a participação no GCI em 2007 se deu voluntariamente na maior parte das ações, fato esse entendido como um investimento inicial em algo que, no futuro, pode apontar retornos diversos.

Ao analisar os interesses dos jovens em termos de futuro, percebo que o GCI significa uma possibilidade de articular a possibilidade de ser remunerado por um trabalho que eles sabem e gostam de realizar com o interesse em desenvolver ações que contribuam para criação de mais e melhores espaços de participação juvenil. Ou seja, os jovens se vêem competentes em realizar determinado tipo de trabalho, competência essa desenvolvida ao longo de sua participação nos projetos de produção midiática realizados pela AIC, e querem tirar dele o próprio sustento, apesar da inconstância desse mercado, que não acolhe todos os grupos e instituições da mesma maneira.

Importante, aqui, compreender o momento atual desses jovens, no qual procuram se firmar no mundo do trabalho, têm clareza das competências desenvolvidas e habilidades adquiridas no campo da produção de mídia nos anos em que participaram dos projetos da AIC e da importância das relações que estabeleceram com outros grupos juvenis e instituições diversas.

Ao analisar os interesses demonstrados pelos jovens do GCI, individualmente, percebemos que esse parece ser, essencialmente, um espaço que possibilita oportunidades de trabalho e de geração de renda aos seus membros.

Durante as observações, percebi que a participação de Fernanda nesse grupo responde ao seu interesse em atuar na área social e, assim, estruturar sua vida profissional nesse campo. Sobre a relação entre sua experiência no campo social e as escolhas profissionais que está fazendo, Fernanda diz:

*Na minha vida profissional, queria continuar com isso que eu faço, queria viver disso. Eu queria que o meu grupo, o grupo cultural Interação se firmasse mais...*

No ponto de vista de Otto, o GCI também parece ser um investimento no campo profissional. Apesar de cursar faculdade de Fisioterapia, o jovem demonstrou, diversas vezes, seu desejo de ser professor. Assim, estar no GCI parece ser uma oportunidade de realizar seu sonho, unindo conhecimentos adquiridos e habilidades desenvolvidas na AIC e na faculdade. Otto explicitou que pretende dar continuidade às atividades do grupo em 2008. Novamente, ele articula os planos para o grupo aos planos de trabalho na área de saúde:

*Para o ano [2008] a ideia é que a gente formalize [o grupo] mesmo, registre... a ideia de ter uma sede, enfim, resumindo... a ideia é consolidar mesmo tudo, organizar e não é terminar, muito pelo contrário, dar continuidade com o trabalho no grupo... a faculdade daqui um ano termina e [estou] pensando que o grupo, até lá, vai estar em funcionamento... tentando unir as duas coisas, pensando o trabalho pra área social e saúde é...*

A jovem Fernanda também explicita seus interesses para o grupo colocando-o, assim como Otto, entre suas principais expectativas:

*Eu queria que o meu grupo se firmasse mais, [que] todos que estão no grupo entendessem mais o que estão fazendo ali, o que querem do grupo. Futuramente eu queria que o grupo saísse da AIC, saísse desse espaço da AIC, não sair da AIC, mas sair desse espaço, dessa estrutura da AIC para as pessoas não confundirem a gente com a AIC e sim como um grupo de jovens que está a fim de fazer um trabalho parecido com o da AIC, mas com ideias futuras diferentes. Trazer ideias, não é porque a gente passou pela AIC, mas sim porque a gente está com uma outra vontade agora.*



As falas de Otto e Fernanda explicitam a necessidade que têm de atribuir autonomia ao grupo, destacando-o da AIC, e, ao mesmo tempo, do interesse que o grupo se consolide para que seus membros possam efetivar seus interesses profissionais.

Como forma de geração de renda, Otto acredita que a formalização do grupo pode gerar possibilidade de acesso a recursos e, assim, todos podem deixar de atuar como voluntários. Dessa forma, o trabalho do GCI, no ponto de vista de Otto, é uma forma de geração de renda futura:

*A partir do momento que você formaliza, tem a possibilidade de trabalhar não só desenvolvendo os projetos, as ações, as coisas que a gente tem vontade, voluntariamente, como a gente tá fazendo... podendo receber por aquilo, porque ninguém pode ficar sem receber, ninguém pode ficar sem trabalhar... Enfim, é organizar mesmo pra dá conta de tudo assim, os planos são esses, nesse prazo de dois anos, organizar, consolidar [o trabalho do grupo] e aí terminar a faculdade, tendo um projeto de formação e atuando junto com a AIC.*

Formaliza-se, na fala de Otto, a compreensão de que o grupo cultural tem papel importante para que os jovens que o compõem exerçam seus ideais profissionais, gerem renda e realizem seus projetos de futuro. Mas seria a institucionalização de um grupo uma boa escolha para todos os jovens participantes de projetos como os desenvolvidos pela AIC? Essa foi uma saída construída por esses jovens, porém não foi a escolha dos demais jovens participantes dos projetos desenvolvidos pela ONG. Percebe-se, no mesmo depoimento de Otto, a dimensão do sonho, ou seja, o desejo de que todos os planos se realizem da maneira como foram pensados, o que nem sempre acaba acontecendo.

Daniela busca empregos em diversas áreas, independentemente das ações no GCI, tendo em vista a necessidade de gerar renda para a sua família. Estar no GCI é um das oportunidades de trabalho no futuro, segundo a jovem. Para ela, que quer fazer faculdade, existe o interesse em gerar renda por meio do trabalho de produção de mídia que vem realizando:

*Daqui a quatro anos, quatro não, dois, eu vou estar na faculdade, eu quero continuar trabalhando com oficinas em escolas, porque é muito legal, é uma experiência muito rica, a gente ter aquela coisa de troca muito legal com os meninos.*

Igor e Bruno demonstraram o mesmo interesse que seus colegas, apesar de não refutarem outras oportunidades de emprego, tendo em vista a necessidade de gerar renda para

suas famílias. Já Regina, além de participar do GCI, vinculou-se a um grupo de jovens que trabalham com produção de cinema.

Assim, o GCI é um espaço visto pelos jovens como oportunidade de trabalho e de geração de renda, apesar de não ser a única aposta daqueles que, movidos pela necessidade de obter recursos, buscam outras opções. O interesse dos jovens em fazer do grupo um espaço de trabalho que gera renda acaba atribuindo ao próprio grupo uma relevância, uma vez que o trabalho é uma das questões que mais impactam a juventude brasileira.

Antes de finalizar a análise sobre as visões dos jovens em relação ao futuro, é importante evidenciar que, ao refletir sobre os projetos que têm para o futuro, os jovens trataram, principalmente, das questões relacionadas ao trabalho, ou seja, ao pensar sobre a vida num futuro próximo, esses jovens preocupam-se essencialmente com a inserção e a permanência deles no trabalho. Assim, é possível afirmar que há uma estreita relação, para os jovens, entre as preocupações relacionadas ao trabalho e à vida futura. Essa preocupação, muitas vezes, pode estar relacionada ao contexto de desigualdades no qual os jovens estão inseridos, em que ter uma boa formação nem sempre é suficiente para a inclusão qualificada no mundo do trabalho.

É possível concluir, então, que a participação desses jovens nas diversas atividades de produção de mídia realizadas pela AIC, ao longo dos últimos anos, exerceu influência nas suas escolhas em relação ao futuro, principalmente, quanto às escolhas profissionais. Em todos os casos, as escolhas profissionais relacionam-se diretamente com as práticas que eles desenvolveram na AIC e aos conhecimentos e habilidades desenvolvidos nesse período. Ficou evidente, no entanto, que os limites dessas escolhas, ou seja, os sonhos e desejos dos jovens, nem sempre se traduzem em realidade. Assim, convivendo com as possibilidades e buscando superar os limites, os jovens vão trilhando novos caminhos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção não é fazer conclusões, mas refletir sobre o processo de pesquisa e sintetizar as principais reflexões desenvolvidas com base nele.

Nosso objetivo com esta pesquisa foi analisar as dimensões educativas presentes no trabalho desenvolvido pelas ONGs do ponto de vista de jovens que as frequentam, compreendendo a repercussão que as atividades que lhe são oferecidas geram em dimensões da vida deles. Além disso, foram descritos e analisados aspectos da metodologia utilizada como referência pela ONG pesquisada.

Para cumprir tal objetivo, desenvolvemos um estudo de caso da Associação Imagem Comunitária (AIC), organização que atua desde 1993, em Belo Horizonte, promovendo o acesso público de jovens às mídias.

É importante situar o trabalho da AIC no âmbito da atuação das ONGs no Brasil.<sup>40</sup> Verificou-se, nas últimas três décadas, a intensificação do surgimento das ONGs no país, uma vez que a sociedade civil amplia sua atuação de forma organizada, com a intenção de minimizar os problemas sociais. Essa intensificação do surgimento de ONGs parece ser estimulada pelo Estado, que se “retrai” em alguns campos, à medida que essas ONGs os “assumem”. Conforme evidenciado no exemplo do “Programa Agente Jovem”, verifica-se uma pulverização de recursos públicos, distribuídos às ONGs para a execução do programa, que apresenta diversos desafios. Por outro lado, o exemplo do “Programa Cultura Viva” poderia ser visto como uma tentativa bem-sucedida de descentralização dos recursos e incentivo às produções artístico-culturais de diversos grupos brasileiros, apesar demonstrar certa inconsistência em termos de avaliação dos resultados deste investimento.

Entre os projetos desenvolvidos pela AIC, estão o Cuco e o Rede Jovem de Cidadania (RIC), dos quais participaram como educandos os jovens sujeitos desta pesquisa. Os oito jovens sujeitos desta pesquisa, Otto, Fernanda, Carlos, Daniela, Igor, Laura, Bruno e Érica, residem em bairros considerados periféricos de Belo Horizonte. Entre si, vivem momentos distintos. Por exemplo, alguns estão finalizando a universidade, enquanto outros buscam ingressar nela. Uma parte investe esforço, tempo, dinheiro e conhecimento no GCI, enquanto os demais buscam autonomamente ampliar suas oportunidades de trabalho. Todos, enfim, estão buscando formas de realizar seus projetos de futuro.

---

<sup>40</sup> Cf. OLIVEIRA; HADAD, 2001; GOHN, 1997 e 2005; TEODÓSIO, 2002 e PINTO, 2006.

A pesquisa de campo, na qual acompanhamos a participação dos jovens em atividades de produção de mídia na AIC, possibilitou-nos refletir sobre a metodologia de trabalho utilizada como referência pela ONG, na busca por compreender os caminhos utilizados pela instituição no processo de formação de seus jovens. Essa metodologia não se assemelha àquela utilizada pela educação escolar. Por outro lado, conforme se verificou, o conceito de educação não-formal<sup>41</sup> utilizado por muitas organizações não governamentais para “nomear” a sua atuação também não diz do trabalho desenvolvido pela AIC. A metodologia de trabalho da instituição demonstra valorizar a bagagem cultural dos jovens. Coletivamente, eles identificam seus conhecimentos, experiências, visões de mundo e interesses. Esta metodologia propõe que os jovens participem de processos de experimentação midiática, tendo em vista a criação e desenvolvimento de produtos de mídia. Assim, o aprendizado ocorre com base em determinada prática, no interesse dos participantes e na relação entre educadores e educandos, em que não parece haver um mestre que transfere conhecimentos. Portanto, na busca por caracterizar a metodologia dessa instituição, há alguns “traços” do conceito de “participação periférica legítima em comunidades de prática”. (LAVE; WENGER, 1991)

Na busca por compreender a repercussão que as ações de produção de mídia geram na vida dos jovens, evidenciaram-se algumas categorias principais, quais sejam, a “participação juvenil”, o “acesso à cidade”, a “sociabilidade” entre os jovens e com aqueles que convivem, o “trabalho” e os “projetos de futuro”.

A participação é um “desejo natural” dos jovens pesquisados. Realizar ações que, de alguma maneira, contribuam socialmente constitui um dos desejos desses jovens. E eles, em sua maioria, incorporam essa necessidade aos seus projetos de futuro e articulam-na com suas intenções de trabalho. Ou seja, boa parte deles trabalha ou pretende trabalhar desenvolvendo ações no campo social. A criação do Grupo Cultural Interação (GCI) é um exemplo disso. Uma das motivações centrais para a criação do grupo pelos jovens é a possibilidade de trabalhar sendo remunerado pelo desenvolvimento de ações no campo social.

A participação dos jovens nos projetos da AIC significou, para a maior parte deles, a “descoberta” da cidade, com suas oportunidades, possibilidades, contradições. O trajeto diário dos jovens até a sede da AIC ampliou-lhes a noção de comunidade. Antes, os jovens diziam-se “restritos” às suas respectivas ruas e bairros. O acesso aos demais locais de Belo Horizonte, seja em trânsito, seja para desenvolver um programa de televisão e de rádio

---

<sup>41</sup> Cf. GARCIA, 2005 e GOHN, 2006.

ou um texto para publicação no jornal, foi importante, segundo os próprios jovens, para que pudessem “se apropriar” das possibilidades que estão aí, nas diversas instituições e espaços, públicos e privados. Os jovens passaram a frequentar espaços culturais, de lazer e formação e a aproveitar oportunidades de trabalho até então desconhecidas. Fizeram um movimento de sair dos “guetos”, descobrindo novos mundos.

A sociabilidade é uma categoria recorrente em estudos sobre a juventude. Encontrar outros jovens, fazer parte de um grupo com 54 jovens, como no caso do projeto RJC, parece ter sido importante para os jovens pesquisados. Havia panelinhas, como afirmou Carlos, e conflitos, segundo Fernanda. As diferenças entre os jovens geraram a necessidade de aprender a conviver, já que o interesse comum era a produção coletiva de programas de televisão e de rádio e de um jornal. Para Daniela, o contato com os demais jovens do grupo significou o desafio de se comunicar. A timidez, reconhecida pela jovem, foi sendo vencida cotidianamente, à medida que ela tinha necessidade de se comunicar com os colegas. Um ponto importante foi a criação do conselho dos jovens do projeto Cuco, que decidia questões do interesse do grupo. O conselho foi como um início, entre os jovens, da prática da representação dos interesses coletivos, com todos os desafios inerentes a ela – por exemplo, o diálogo e a busca do consenso.

O trabalho é um dos temas centrais para a juventude brasileira, principalmente, para os jovens pesquisados. Participar dos projetos da AIC significou um dilema para muitos jovens, já que sofriam pressões da família para que abandonassem os projetos para se inserir no mercado de trabalho. O que fazer quando a necessidade de sobrevivência se opõe ao desejo de fazer algo de que se gosta e que, talvez, pudesse significar melhores oportunidades no futuro? Muitos jovens evadiram dos projetos para trabalhar e ajudar financeiramente suas famílias. Entre os que ficaram, quase todos têm buscado articular suas demandas de recursos financeiros com a realização de atividades nos campos da comunicação, da educação e da cultura.

Outro ponto importante é que os jovens demonstraram que a criação do GCI relaciona-se diretamente com suas tentativas de inserção no mercado de trabalho. Três dos jovens pesquisados estão finalizando o ensino superior e pretendem trabalhar nessas mesmas áreas. Os demais pretendem ingressar na universidade e estão buscando maneiras para isso. É inegável que as experiências vivenciadas na AIC tenham influenciado as escolhas profissionais desses jovens. É evidente, também, que a participação deles nos projetos não garante, necessariamente, boas oportunidades de emprego, afinal, eles estão inseridos na

“lógica” de organização do trabalho do Brasil e, então, enfrentam os mesmos desafios que os demais brasileiros.

Pensar o futuro é uma preocupação presente na vida dos jovens pesquisados. O mundo atual, marcado por incertezas, crises e mudanças, parece desafiar os jovens. Daí a impossibilidade de fazer planejar o futuro distante. Os jovens demonstraram que conseguiram projetar suas vontades e ideais nos próximos anos. Entre os planos, a finalização dos estudos, tendo em vista a universidade, a atuação profissional nos campos da comunicação, educação e cultura, a independência financeira, dentre outras questões. Mais uma vez, evidenciou-se a influência da AIC nos projetos desses jovens. Alguns deles projetam atuar na própria instituição, no GCI ou autonomamente.

A pesquisa revelou que o trabalho da AIC teve repercussão na vida dos jovens pesquisados com a presença de dimensões educativas. Nesse ponto é necessário reconhecer os limites desta pesquisa. Um deles refere-se ao fato de que, por ser um estudo de caso, não é possível utilizar o trabalho da AIC para generalizar a análise das ONGs que atuam no campo da educação no País. As interrupções ocasionadas ao longo da pesquisa de campo e no momento da escrita da dissertação, dadas as intercorrências de saúde do pesquisador, também ocasionaram perdas em termos de metodologia, já que houve paralisação na observação do cotidiano de participação dos jovens.

Esta pesquisa é importante porque apresenta uma ONG que desenvolveu uma metodologia de trabalho capaz de gerar repercussão na vida dos jovens e, assim, pode contribuir para que outras ONGs já existentes reflitam sobre o seu trabalho, com a intenção de qualificá-lo, intensificando a repercussão positiva na juventude brasileira. Além disso, é evidente a escassez de trabalhos acadêmicos que têm se dedicado em compreender as dimensões educativas das ONGs, o que amplia a importância desta pesquisa.

## ***POST SCRIPTUM***

Tendo em vista o tempo transcorrido entre a pesquisa de campo, concluída em dezembro de 2007, e a finalização e defesa desta dissertação,<sup>42</sup> realizei um breve relato sobre o momento atual de alguns dos jovens que participaram desta pesquisa, bem como do GCI.<sup>43</sup>

O GCI permanece desenvolvendo suas atividades. Nos primeiros meses de 2009, o grupo tem se dedicado principalmente a desenvolver material para ser publicado na revista *Viração*, de circulação nacional e direcionada ao público jovem. Esse trabalho, que está sendo remunerado, deve-se à articulação do GCI com a AIC e a coordenação da revista.

Nos últimos meses, todos os membros do grupo interromperam a sua participação, à exceção de Otto. Fernanda, por exemplo, decidiu sair do GCI por causa de desentendimentos com alguns dos colegas, apesar de estar trabalhando provisoriamente nas atividades da revista *Viração*. Fernanda, que estava desempregada até há pouco tempo, inseriu-se em um projeto de mobilização de adolescentes em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O vínculo com a instituição responsável pelo projeto é de um ano. Fernanda continua frequentando a AIC e participando informalmente de algumas atividades, entre elas as de edição de programas de televisão.

Otto está finalizando o curso de Fisioterapia, participando de estágios acadêmicos e mantendo sua atuação como líder do GCI. Carlos interrompeu sua participação no GCI e está “sumido”, já que os demais jovens pesquisados não têm notícias dele. Daniela, que em 2007 buscava oportunidades de trabalho, continua sem emprego fixo. A jovem também deixou o GCI. Igor finalizou o ensino médio e, assim como Bruno, interrompeu sua participação no GCI. Já Érica está finalizando o curso de Comunicação Social e continua trabalhando no laboratório, como forma de financiar os estudos. A notícia que temos de Laura é de que está finalizando sua formação na Escola de Belas-Artes da UFMG.

Fernanda explicitou sua vontade de casar-se e ter filhos. Otto falou do desejo e da necessidade de morar na região central, para “facilitar a vida”. Carlos disse que buscava independência em relação ao pai.

---

<sup>42</sup> Conforme explicitado, em decorrência de problemas de saúde, fui afastado das atividades por um longo período, tendo os prazos para finalização e defesa prorrogados pelo colegiado da pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da UFMG.

<sup>43</sup> As informações aqui descritas foram colhidas informalmente, em encontros casuais meus com os jovens.

## REFERÊNCIAS

ABONG. *ONGS no Brasil: perfil das associadas à ABONG*. 2005. Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2006.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, São Paulo, n. 5/6, maio/dez. 1997.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARMANI, Domingos. *Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras*. Disponível em: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br). Acesso em: 25 jun. 2008. (Mimeo).

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERGO, Renata da Silva. *Reinventando a escola: ideais, práticas e possibilidades de um projeto sócio-educativo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BLASS, Leila Maria. Juventude e trabalho. In: COSTA, Márcia; SILVA, Elisabeth (Org.). *Sociabilidade juvenil e cultura urbana*. São Paulo: Educ, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARRANO, Paulo. Juventudes: as identidades são múltiplas. In: \_\_\_\_\_. *Juventude, educação e sociedade*. *Revista da Faculdade de Educação da UFF*, n. 1, p. 11-27, maio 2000.

CARRANO, Paulo. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSELHO DIRETOR DA ABONG. *ABONG: um olhar sobre sua trajetória*. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/bibli.php?ID=62>. Acesso em: 24 jun. 2008. (Mimeo)

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, Antonio Carlos. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DAMASCENO, Gilberto. *As ONGs como modelo organizacional da sociedade civil: os novos espaços de ação política*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

DAYRELL, Juarez *et al.* Juventude, Pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPÓSITO, Marília (Coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

DAYRELL, Juarez. *A escola faz a juventude? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Editora ICS, 2007. (No prelo).

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DAYRELL, Juarez. Por uma pedagogia da juventude. *Revista Onda Jovem*, p. 34, mar. 2005.

DEBERT, Guita. A antropologia e o estudo dos grupos e categorias de idade. In: BARROS, Myriam Lins de. *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DEBERT, Guita. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.

DIÓGENES, Glória. *Itinerários de corpos juvenis: o baile, o jogo e o tatame*. São Paulo: Annblume, 2003.

DOWBOR, Ladislau. Tendências da gestão social. *Saude soc.*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext &pid=S0104-12901999000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jun. 2008.

ENGESTRON, Y. Innovative learning in work teams: analysing cycles of knowledge creation in practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, *apud* SANTOS, Madalena. *Encontros e esperas com os ardinias de Cabo Verde: aprendizagem e participação numa prática social*. 2004. Tese (Doutorado) – Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, 2004. Disponível em: <http://madalenapintosantos.googlepages.com/doutoramento>. Acesso em: 1 fev. 2009.

ESTEVES, Sílvia (Coord.). *Educadores e jovens em ação*. São Paulo: Instituto Credicard: Via Imprensa, 2006.

ESTEVES, Sílvia (Coord.). *Preparação para o mundo do trabalho*. São Paulo: Via Imprensa, 2007.

ESTEVES, Sílvia. *Jovens escolhas em rede com o futuro*. São Paulo: Umbigo do Mundo, 2005.

FLICK, Uwe. Entrevistas e discussões tipo grupos de foco. In: \_\_\_\_\_. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO ITAÚ-SOCIAL. Disponível em: [www.fundacaoitausocial.org.br](http://www.fundacaoitausocial.org.br). Acesso em: 2 jun. 2008.

GARCIA, Valéria A. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, Margareth; FERNANDES, Renata (Org.). *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

GARCIA, Valéria. Educação não-formal: um mosaico. In: PARK, Margareth; FERNANDES, Renata (Org.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2007.

GIDDENS, Anthony. *Modernidad e identidad del yo: el yo y la sociedad en la época contemporânea*. Barcelona: Península, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saude soc.*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jun. 2008.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Edson. *Rede jovem: um lugar de comunicação e sociabilidade*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignácio (Org.). *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GREEN, Judith; DIXON, Carol; Zaharlick, Amy. A etnografia como lógica de investigação. *Educação em Revista: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 42, dez. 2005.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IBASE/PÓLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório final*. RJ, nov. 2005.

IBASE/PÓLIS. *Relatório global – Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório regional Belo Horizonte*. Disponível em: [http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_241.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_241.pdf) Acesso em: 10 fev. 2009.

IBASE/PÓLIS. *Revista Democracia Viva: especial juventude brasileira*. Rio de Janeiro, jan./mar. 2006.

INSTITUTO VOTORANTIM. *Onda Jovem: territórios*, Ano 1, n. 1, mar. 2005.

INSTITUTO VOTORANTIM. *Onda Jovem: Territórios*, Ano 4, n. 13, dez. 2008/fev. 2009.

LANDIM, Leilah. *Notas para um perfil das ONGs*. Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2008. (Mimeo).

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEÃO, Geraldo; GOMES, Nilma; DAYRELL, Juarez. Em Belo Horizonte, valorizar a escola pública é dar voz à juventude. *Revista Democracia Viva*, p. 16, jan./mar. 2006.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005.

LIMA, Rafaela (Org.). *Mídias comunitárias, juventude e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica/Associação Imagem Comunitária, 2007.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MAGNANI, José Guilherme. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

MARTINS, Eduardo Monteiro. *A miragem do terceiro setor: uma crítica sociológica*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia, 2003.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED. São Paulo, n. 5/6, n. 6, p. 5-14, maio/dez. 1997.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED. São Paulo, n. 5/6, p. 134-150, maio./dez. 1997.

MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br). Acesso em: 28 maio 2008.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0100-15742001000100003&lng=ptnrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0100-15742001000100003&lng=ptnrm=iso). Acesso em: 9 fev. 2007.

PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Âmbar: Porto, Portugal, 2005a.

PAIS, José Machado. *Jovens e cidadania: sociologia, problemas e práticas*. n. 49, 2005b.

PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005.

PARK, Margareth *et al.* (Org.). *Palavras-chave em educação não formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2007.

PARK, Margareth; FERNANDES, Renata. *Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, São Paulo: Unicamp/CMU; São Paulo: Holambra, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. *As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores*. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jun. 2008.

SANTOS, Madalena. *Encontros e esperas com os arduos de Cabo Verde: aprendizagem e participação numa prática social*. 2004. Tese (Doutorado) – Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, 2004. Disponível em: <http://madalenapintosantos.googlepages.com/doutoramento>. Acesso em: 1 fev. 2009.

SETTON, Maria da Graça. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma (Org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

SPÓSITO, Marília (Coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

SPÓSITO, Marília. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED. São Paulo, n. 13, p. 73-94, 2000.

SPÓSITO, Marília. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPÓSITO, Marília Pontes *et al.* *Juventude e escolarização: estado do conhecimento*. São Paulo: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, 2000. Relatório. Disponível em: <[www.acaoeducativa.org](http://www.acaoeducativa.org)>. Acesso em: 20 mar. 2007.

SPÓSITO, Marília. Estudos sobre juventude em Educação. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, São Paulo, n. 5/6, p. 37-52, maio 1997.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos. *O terceiro setor como utopia modernizadora da provisão de serviços sociais: dilemas, armadilhas e perspectivas no cenário brasileiro*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2002.

TOMMASI, Livia. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas* – Relatório regional Recife, 2006. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_247.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_247.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2007.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

## APÊNDICES

### Apêndice A

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Endereço:

Filiação:

Escolaridade dos pais:

Renda familiar:

1. **Que conhecimentos você obteve na AIC? Eles são importantes para sua vida hoje? Por quê?**
2. **Em que tudo o que você vivenciou na AIC serve para a sua vida no momento atual?**
3. **O que você pensa para a sua vida (projeto de futuro)? Em que este projeto de futuro tem ligação com as suas experiências na AIC?**
4. **Como você se vê no mundo do trabalho? O que você vivenciou na AIC interfere nas suas chances de trabalho? Como e por quê?**
5. **Você se interessa pela comunicação? Por que? O que você mais gosta de fazer em produção de mídia? E o que você faz melhor?**
6. **Você acha importante transitar por outros espaços da cidade, além da sua própria comunidade? Por quê?**
7. **Qual é, na sua visão, atualmente, o objetivo da AIC?**
8. **Como ficou sabendo da AIC?**
9. **Por que quis participar dos projetos?**



10. Como foi a entrada para os projetos? (Participou de seleção? Edital? Como foi?)
11. Como eram as atividades (2003, 2004 e 2005? O que acontecia no dia-a-dia? O que você aprendeu nesse período?
12. Como era a relação com os outros jovens? Você tinha liberdade de discordar dos pensamentos e ideias deles? A relação era só no projeto ou vocês se encontravam em outros espaços?
13. Antes de você entrar para o projeto, frequentava que espaços da cidade? E atualmente?
14. Como era sua relação com os educadores? O que era mais legal na relação com eles? Do que você não gostava? Como você acha que deveria ser a atuação deles?
15. O que você acha que é “Protagonismo Juvenil”? Você se considera um jovem protagonista? Por quê?
16. Como era a sua relação com a escola? O que você aprendeu nela? Mudou alguma coisa na sua participação na escola, após a entrada para a AIC? O quê?
17. Como você se vê na sua família? Interferia nas suas relações familiares? Foram desenvolvidas ações específicas que tiveram a participação da sua família? Se sim, quais ações?
18. Na AIC, você se sentia motivado a participar das atividades? O que o(a) mobilizava a participar ou não?
19. Que outras questões você gostaria de dizer?

## **Apêndice B**

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

### **PROPOSTA DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO DE ROTEIRO DE VIDEODOCUMENTÁRIO**

1. Esta proposta tem o objetivo principal de construir um roteiro de videodocumentário tendo como sugestão as seguintes referências:
  - a. O documentário tem o objetivo de proporcionar a vocês a oportunidade de contar, no seu ponto de vista, quais são os aprendizados, as dificuldades vivenciadas, as principais ideias compartilhadas, os desafios e os impactos da participação no Projeto Rede Jovem de Cidadania em suas vidas.
  - b. O roteiro deverá ser construído coletivamente, sendo que o grupo terá liberdade para se organizar (quem faz o quê?).
  - c. O roteiro deverá apresentar o “argumento” do vídeo, ou seja, a concepção, a ideia que o vídeo quer passar.
  - d. No roteiro, deverão ser sinalizados itens técnicos, tais como os equipamentos que serão utilizados, a “linguagem visual” que será referência, a locação e a forma de edição, entre outros.
  - e. No roteiro deverão constar os principais tópicos que serão relatados/falados pelos “personagens”.
  - f. O roteiro deverá ser entregue por escrito e não necessariamente executado.

QUAIS SÃO OS  
APRENDIZADOS QUE  
VOCÊS TIVERAM AO  
PARTICIPAR DOS  
PROJETOS DA AIC?

QUAIS SÃO AS  
PRINCIPAIS  
DIFICULDADES QUE  
VOCÊS  
VIVENCIARAM  
DURANTE A  
PARTICIPAÇÃO NOS  
PROJETOS DA AIC?

QUAIS FORAM AS  
PRINCIPAIS IDEIAS  
QUE VOCÊS  
APRENDERAM E  
COMPARTILHARAM  
AO PARTICIPAR DOS  
PROJETOS DA AIC?

QUAIS FORAM OS  
PRINCIPAIS  
DESAFIOS QUE  
VOCÊS VENCERAM  
DURANTE A  
PARTICIPAÇÃO NOS  
PROJETOS DA AIC?

QUAIS MUDANÇAS  
VOCÊS PERCEBEM  
NA VIDA APÓS A  
PARTICIPAÇÃO NOS  
PROJETOS DA AIC?  
(POSITIVAS E/OU  
NEGATIVAS)

## Apêndice C

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

### TABELA DE ATIVIDADES DIÁRIAS

Nome: \_\_\_\_\_

Liste, nos espaços abaixo, as atividades que você desenvolve em cada hora do dia e dê uma nota de importância da atividade para sua vida. Caso você desenvolva atividades diferentes em cada dia da semana, inclua os diversos tipos de atividades. Caso tenha alguma dúvida, pergunte ao pesquisador para que ela seja esclarecida.

<b>HORA</b>	<b>IMPORTÂNCIA 1 A 5</b>	<b>ATIVIDADES</b>
00hs		
01hs		
02hs		
03hs		
04hs		
05hs		
06hs		
07hs		
08hs		
09hs		
10hs		
11hs		



<b>HORA</b>	<b>IMPORTÂNCIA 1 A 5</b>	<b>ATIVIDADES</b>
12 horas		
13 horas		
14 horas		
15 horas		
16 horas		
17 horas		
18 horas		
19 horas		
20 horas		
21 horas		
22 horas		
23 horas		

## Apêndice D

### PERFIL DOS JOVENS PESQUISADOS

Fernanda, 20 anos, finalizou o ensino médio. Mora com a mãe e o irmão na Regional Barreiro de Belo Horizonte. Para chegar à AIC, faz um percurso de uma hora ônibus. Sua mãe, que não finalizou o ensino fundamental, trabalha na função de “serviços gerais” em uma creche de Belo Horizonte e a renda da família é de um salário mínimo.

Fernanda é agitada, falante e, em muitos momentos, “brava”. É informal no jeito de lidar com as pessoas, fala alto e coloca seus pontos de vista diante dos demais jovens e dos educadores com frequência. Ao mesmo tempo, demonstra atitudes de afeto com os colegas e parece ser reconhecida por eles como uma liderança do grupo. Isso pôde ser constatado pelo fato de ser frequentemente escolhida para representar o grupo em eventos e outras atividades.

Fernanda teve seu primeiro contato com a Associação Imagem Comunitária (AIC) na escola onde estudava. Participou de uma “oficina” de produção de vídeo. Não pôde participar de todas as atividades realizadas pela AIC na escola, naquela época, porque foi internada por problemas de saúde. Ao retornar, ficou surpresa em receber o convite para participar de um projeto que a instituição iria realizar.

Após a entrada para o projeto, Fernanda participou das atividades de produção de jornal, de programas de rádio e de televisão. De uma jovem que se considerava tímida, diz ser, atualmente, uma jovem que se comunica, dá opiniões sobre diversos assuntos, propõe ações. Em 2007, atuou como estagiária da AIC, participando de diversas atividades. Trabalhou como educadora do “Processo Formativo”, que consiste na formação de representantes de outros grupos juvenis da cidade para a produção midiática, para, assim, terem acesso às mídias. Participou, também, do “Conselho de Mídias” e é membro do Grupo Cultural Interação (GCI).

O jovem Otto, atualmente com 20 anos, reside na Regional Venda Nova, levando cerca de 40 minutos para ir de sua casa à AIC, de ônibus. Otto, que está finalizando o ensino superior, mora com a mãe e a irmã, tendo uma renda familiar de dois salários mínimos. Os pais de Otto não finalizaram o ensino fundamental, sendo que a mãe trabalha como “serviços gerais” e o pai como comerciante.

Otto é falante, apesar de se dizer tímido. Demonstra calma, tranquilidade e certa seriedade ao se colocar diante do grupo de jovens e dos educadores. Demonstra disponibilidade para trabalhar em equipe e é respeitado pelo grupo pelas contribuições que traz às discussões e às atividades diversas.

Otto teve seu primeiro contato com a AIC durante uma oficina de produção de mídia, com duração de três dias, realizada na escola onde estudou. O jovem era voluntário em um projeto da escola em que desenvolvia atividades com crianças no turno oposto ao que estudava. Ficou bastante interessado ao saber que a participação na oficina de produção de mídia poderia resultar na contratação, pela escola, para atuar no telecentro. Aquela possibilidade o atraía, pois, segundo ele, seria uma maneira de fazer algo de que gostava e, ao mesmo tempo, de gerar renda, que era uma necessidade. Ter um trabalho era uma necessidade e uma vontade de Otto naquele momento, já que estava finalizando o ensino médio e pensava, assim como sua família, que era o momento de ingressar no mercado de trabalho. Após a participação na oficina, o jovem foi convidado para ingressar em um Projeto da AIC. Apesar de não ser um emprego, que tanto buscava na época, Otto decidiu participar do projeto.

Nos anos em que participou dos projetos da AIC, Otto atuou na produção de programas de rádio, de televisão e de jornal. Em 2007, atuou como produtor dos programas de televisão da AIC, veiculados na Rede Minas e na TV Futura. Otto é um dos fundadores e líderes do Grupo Cultural Interação.

Carlos é o mais agitado e falante do grupo. Tem dificuldade de organizar e sintetizar suas ideias e, por isso, se considera “prolixo”. É um jovem alegre e informal, que lida bem com os demais jovens do grupo. Usa roupas bastante coloridas, muda o corte de cabelo com frequência e utiliza muitas gírias em sua fala.

Carlos teve seu primeiro contato com a AIC no início de 2004. Militante do movimento estudantil, o jovem foi convidado para participar do quadro “Debate no meio da rua”, que, na época, compunha o programa “Rede Jovem de Cidadania”, produzido pelos jovens da AIC e veiculado na Rede Minas. No debate, falou sobre política e eleições.

Durante a participação no programa RJC, Carlos percebeu que “aquilo” era o que queria para sua vida, pois, segundo ele, sempre foi muito interessado em comunicação. Assim, Carlos entrou em contato para conhecer melhor o trabalho da instituição. Participou de uma entrevista e foi selecionado para integrar o grupo de jovens.

Após participar do processo de formação em jornal e televisão, Carlos passou a integrar o “Cuco”, projeto realizado pela AIC que teve início em meados de 2004. Nele, Carlos e os demais jovens criaram planos de ação que culminaram no desenvolvimento de atividades de produção de programas de rádio em escolas públicas.

A participação de Carlos nas atividades do projeto Cuco finalizou-se em meados de 2006, quando ele decidiu se desligar da AIC e buscar um emprego, respondendo à demanda familiar de geração de renda. No início de 2007, motivado pelos contatos de Otto e Fernanda, retomou a participação em algumas atividades realizadas pela instituição. Sem vínculo de estagiário com a ONG, como Otto e Fernanda, Carlos participou dos encontros do Conselho de Mídias Juvenis e, principalmente, integrou-se ao Grupo Cultural Interação.

Daniela, 23 anos, mora com os pais e dois irmãos na Regional Nordeste de Belo Horizonte. Já finalizou o ensino médio. Seu pai, aposentado, não finalizou o ensino fundamental, diferentemente de sua mãe, dona de casa, que terminou o ensino fundamental. A renda familiar é de cerca de quatro salários mínimos. Para chegar à AIC, de ônibus, a jovem leva 45 minutos.

Daniela é reconhecida pelo grupo como a mais tímida, característica que ela mesma confirma como marcante em sua personalidade. A dificuldade em expressar seus pontos de vista em público não significa, segundo ela, que não tenha boas ideias. Ao contrário, Daniela compreende que tem muito a contribuir. Por isso, dedica-se às ações em que não é necessário aparecer no vídeo e, na maior parte das vezes, dialoga com os colegas individualmente. A jovem demonstra ter muito cuidado com o próprio visual, utilizando acessórios diversos no cotidiano, tais como brincos e lenços no cabelo.

Daniela é uma das jovens que há mais tempo mantém vínculo com a AIC, desde 2003, quando teve início o projeto “Rede Jovem de Cidadania”. Naquele ano, a jovem participava do projeto “Agente Jovem”. A orientadora desse projeto na escola onde estudava fez a indicação para que ela atuasse como correspondente da Regional Noroeste no RJC.

Apesar do “pânico” gerado pela necessidade de se expor no grupo, Daniela afirma que um dos motivos importantes de sua entrada e permanência nas atividades do projeto foi a possibilidade de ser este um espaço de “se fazer visível” no mundo e de se expressar diante de outras pessoas.

Ao longo dos anos, Daniela atuou na produção das diversas mídias na AIC e afirma que, dada sua timidez, destacou-se principalmente em atividades de pesquisa e de produção, partes do processo de produção midiática.

Em 2007, Daniela foi contratada pela AIC como estagiária, atuando no GT do Conselho de Mídias Juvenis e no Rede Jovem nas Escolas, desenvolvendo atividades de produção de mídia junto a alunos de escolas municipais parceiras da AIC. É uma das jovens que compõem o Grupo Cultural Interação e também participa de um grupo de poesias e músicas, em conjunto com outras 3 jovens dos projetos da AIC.

Érica, 21 anos, reside na Regional Noroeste de Belo Horizonte, levando cerca de 40 minutos no trajeto até a AIC, de ônibus. Érica, que está cursando a universidade, mora com os pais e o irmão, tendo uma renda familiar de cerca de dois salários mínimos. O pai, que não finalizou o ensino médio, está desempregado. A mãe, que finalizou o ensino médio, trabalha como atendente de caixa de supermercado.

Érica conversa calmamente. É uma jovem tranquila, risonha e simpática. Cumprimenta e “troca ideia”, como ela mesma diz, com a maior parte dos jovens e educadores que frequentam a AIC. Érica poderia ser caracterizada como uma “jovem de projetos sociais”. Aos 12 anos de idade, entrou para o Grupo Tambolelê, no qual participava de diversas atividades, entre elas, aulas de tambor. Um tempo depois, acompanhou o projeto D-Ver-Cidade Cultural, realizado pelo Observatório da Juventude da UFMG, no espaço do Centro Cultural da UFMG. Além disso, participava das reuniões do grêmio de sua escola e frequentava diversas outras atividades na comunidade.

Em 2003, aos 16 anos de idade, por meio de uma educadora do Tambolelê, ficou sabendo do trabalho da AIC e entrou em contato com a ONG. Naquela época, estava sendo realizada a seleção dos 54 jovens que iriam participar do projeto “Rede Jovem de Cidadania”. Érica teve sucesso na seleção e deu início à participação no projeto.

Ao longo do tempo, Érica produziu programas de televisão e de rádio, além de jornais. Sua preferência é pela produção em vídeo, em especial o trabalho de edição.

Em 2007, Érica dividia seu tempo entre a participação em algumas atividades na AIC e o trabalho em um laboratório de patologia clínica, importante para que ela pudesse gerar renda e ajudar a família. Apesar do trabalho, a jovem realizou, informalmente, edição de vídeos, com a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto. Participou, também, de reuniões do Conselho de Mídias Juvenis, quando o horário dos encontros não coincidia com seu horário de trabalho no laboratório. No meio do ano, Érica foi aprovada no vestibular de jornalismo na PUC Minas. Segundo ela, a escolha da profissão tem relação com as experiências vividas nos anos em que participou dos projetos de produção de mídia da AIC.

Bruno, 23 anos, é o que reside mais próximo da AIC, na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte, levando cerca de 20 minutos de ônibus no trajeto entre sua casa e a ONG. Bruno finalizou o ensino médio. Bruno reside com os pais e as três irmãs. O pai de Bruno, que não finalizou o ensino fundamental, trabalha com carreto, de maneira autônoma. A mãe, que também não terminou os estudos do ensino fundamental, trabalha como diarista na casa de uma família. A renda familiar de Bruno é de pouco mais que um salário mínimo por mês.

Em 1999, quando tinha 15 anos, Bruno soube que uma ONG iria realizar oficinas de vídeo em sua escola, uma escola municipal localizada no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Achou que a oficina se resumiria à exibição de filmes. Ao comparecer, descobriu que a proposta da AIC e da escola era que um grupo de alunos da escola produzisse vídeos.

A relação que estabeleceu com a educadora da AIC foi se estreitando. Após o final da oficina de produção de vídeo, na escola, Bruno entrou em contato com a ONG diversas vezes. Ligava semanalmente, para saber se havia atividades das quais ele pudesse participar. Depois de um tempo, passou a frequentar a sede da ONG, que, naquela época, funcionava em uma sala pequena no Edifício Maleta, na região central de Belo Horizonte. O jovem conta que ir para a AIC era muito legal, pois ele participava das discussões entre os educadores sobre temas e com pontos de vista até então desconhecidos para ele.

Em 2003, quando se iniciou o projeto “Rede Jovem de Cidadania”, Bruno foi integrado ao grupo de 54 jovens. Segundo ele, sequer precisou participar da seleção de jovens, já que estava totalmente integrado à ONG.

Em 2007, Bruno deixou a função de estagiário na AIC, conquistada por meio de uma seleção, para ir trabalhar numa empresa de telemarketing. A possibilidade de ganhar um salário maior que o oferecido na AIC o atraiu. No entanto, após alguns meses de trabalho, decidiu abandoná-lo, ao perceber que não tinha motivação para realizar aquelas funções. O jovem diz que quer dar continuidade aos estudos, fazendo uma faculdade, mas não se decidiu sobre o curso que deseja ingressar. Ao longo do ano, participou das atividades do Conselho de Mídias Juvenis da AIC e passou a integrar o GCI. Além disso, segundo ele, “ajuda em muitas coisas” a equipe da AIC, quando é demandado.

Igor, 22 anos, reside com a avó e com a tia, na Regional Nordeste de Belo Horizonte. O trajeto entre sua casa e a AIC leva cerca de 30 minutos, de ônibus. Igor finalizou o ensino médio, sendo que sua trajetória escolar teve interrupções, para que pudesse trabalhar e gerar renda para a família. A renda familiar é de pouco mais de dois salários mínimos.

Igor teve seu primeiro contato com a Associação Imagem Comunitária em 1999, quando era adolescente. Participava de um projeto para adolescentes de 6 a 14 anos, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em seu bairro. Nesse projeto, segundo Igor, eram realizadas atividades esportivas, oficinas de reciclagem de materiais e reforço escolar. Naquele ano, três educadoras da AIC realizaram oficinas de produção de vídeo com os adolescentes do grupo. Igor participou das atividades e se interessou muito.

Em 2003, no período de seleção dos jovens que iriam participar do projeto “Rede Jovem de Cidadania”, uma representante da AIC entrou em contato com Igor, informando-o sobre o processo seletivo. O jovem decidiu participar e teve sucesso. Entre as atividades de produção de mídia de que participou entre 2003 e 2006, Igor conta que a de que mais gostou foi a de produção de programas de rádio, principalmente, pela informalidade do educador, que tinha um jeito dialógico de trabalhar com os jovens a construção dos programas.

Em 2007, Igor dedicou-se especialmente a finalizar o ensino médio. Quer fazer faculdade de Comunicação e considera que as experiências que viveu nos anos em que participou dos projetos da AIC serão importantes na sua escolha profissional. Participou de algumas atividades na AIC, mas focou seu tempo e esforços, para além da escola, ao participar do Grupo Cultural Interação. Por estudar à noite, viveu o dilema sobre como conciliar a escola e as reuniões do grupo, que eram realizadas à noite, em sua maioria. Aparentemente calmo, observador, informal e bem-humorado, Igor foi se organizando para participar das atividades desenvolvidas pelo grupo.

Laura, 20 anos, reside com os pais e quatro irmãos, na Regional Norte de Belo Horizonte. Laura está finalizando o ensino superior. Sua mãe, que tem o ensino superior completo, é professora da rede pública municipal. O pai, que não finalizou o ensino médio, trabalha na gráfica de um jornal da cidade. No trajeto entre sua casa e a AIC, Laura leva cerca de 40 minutos, de ônibus.

O primeiro contato de Laura com a AIC aconteceu em 2003, quando um colega de trabalho de sua mãe, que é associado à ONG, informou-a sobre o processo seletivo de jovens para participar do projeto “Rede Jovem de Cidadania”. A mãe de Laura orientou-a a participar do projeto. Na época, a jovem não participava de nenhum projeto e, por curiosidade, decidiu buscar mais informações sobre o que era o RJC. Foi selecionada e deu início às atividades de produção de mídia, representando a Regional Venda Nova entre os jovens “correspondentes”. O que Laura mais fazia era o jornal, apesar de, nos anos seguintes, ter se dedicado a realizar oficinas de produção de rádio em escolas, por meio do projeto Cuco. Em 2006, atuou na produção de programas de televisão e no processo formativo, trabalhando na articulação de grupos juvenis.

Demonstra uma calma aparente, mas é bastante agitada. Tem uma vida intensa, com muitas atividades. Em 2007, dividiu seu tempo entre a faculdade de Belas-Artes, na UFMG, e as atividades de produção de rádio em escolas municipais, que realizou pela AIC.

Ao falar sobre si, Laura afirma que sempre foi participativa, mas que, apesar disso, nunca teve vontade de montar um grupo de jovens. Assim, participar dos projetos da AIC era uma boa opção para ela, que estava em contato com outros jovens e que realizava atividades do seu interesse. O que mais a motivava a participar das atividades era estar nas escolas públicas, realizando oficinas de rádio. Assim, segundo ela, era possível mostrar coisas novas aos alunos.